

**DIREITO DO NASCITURO FRENTE À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O  
ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

**BIRTH RIGHT IN FRONT OF BRAZILIAN LEGISLATION AND THE  
UNDERSTANDING OF COURTS OF JUSTICE**

Adan Felipe Venâncio LOPES

**RESUMO**

O se falar em direito à vida é imprescindível deixar de falar sobre o feto, que apesar deste está ainda no ventre materno é o primeiro sinal de vida de um indivíduo. O presente trabalho tem como o intuito realizar uma abordagem no que diz respeito ao direito do nascituro frente ao ordenamento jurídico brasileiro. Para isto, será realizado a abordagem das três principais correntes sobre o início da personalidade jurídica. Estas correntes estão divididas como a teoria natalista, no qual fica caracterizado o início da personalidade jurídica a pós o nascimento com vida; da personalidade condicional, este que salvaguarda o direito do nascituro, entretanto só será aplicado, como na teoria natalista, somente após o nascimento com vida, ficando condicionado a esta limitação; e a teoria concepcionista, esta que garante o direito logo na concepção do nascituro. Será observado o sistema adotado pelo Código Civil Brasileiro, e as decisões proferidas nos tribunais de justiça sobre o assunto. A metodologia aplicada fo através do método dedutivo.

Palavras-chave: Nascituro. Natalista. Conceptionista.

**DIREITO DO NASCITURO FRENTE À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O  
ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

**BIRTH RIGHT IN FRONT OF BRAZILIAN LEGISLATION AND THE  
UNDERSTANDING OF COURTS OF JUSTICE**

Adan Felipe Venâncio LOPES

**RESUMO**

O se falar em direito à vida é imprescindível deixar de falar sobre o feto, que apesar deste está ainda no ventre materno é o primeiro sinal de vida de um indivíduo. O presente trabalho tem como o intuito realizar uma abordagem no que diz respeito ao direito do nascituro frente ao ordenamento jurídico brasileiro. Para isto, será realizado a abordagem das três principais correntes sobre o início da personalidade jurídica. Estas correntes estão divididas como a teoria natalista, no qual fica caracterizado o início da personalidade jurídica a pós o nascimento com vida; da personalidade condicional, este que salvaguarda o direito do nascituro, entretanto só será aplicado, como na teoria natalista, somente após o nascimento com vida, ficando condicionado a esta limitação; e a teoria concepcionista, esta que garante o direito logo na concepção do nascituro. Será observado o sistema adotado pelo Código Civil Brasileiro, e as decisões proferidas nos tribunais de justiça sobre o assunto. A metodologia aplicada fo através do método dedutivo.

Palavras-chave: Nascituro. Natalista. Conceptionista.

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENDE DE ABANDONO AFETIVO  
ENTRE PAIS E FILHOS\***

**CIVIL RESPONSIBILITY ARISES FROM AFFECTIVE ABANDONMENT  
BETWEEN PARENTS AND CHILDREN**

Alexia da Silva RUIZ  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo analisar o abandono afetivo, os danos que o abandono causa aos filhos e a possibilidade dos pais serem responsabilizados civilmente, já que os filhos precisam do amparo dos pais para terem um desenvolvimento saudável e se relacionar com a sociedade, este amparo, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente é um dever dos pais e direito dos filhos, então, os pais que não oferecerem o necessário para o desenvolvimento dos filhos estão contrariando e violando a lei e os direitos fundamentais de outrem, além de causar sérios problemas psicológicos que pode afetar toda a vida. Atualmente não existe legislação específica para punição dos pais que não proporciona afeto aos filhos, assim causa opiniões controversas entre os doutrinadores e os Tribunais sobre a responsabilidade civil dos pais. O trabalho foi desenvolvido utilizando o método dedutivo, por meio de pesquisas em sites, doutrinas, artigos acadêmicos e legislações, analisando as responsabilidades dos pais, o abandono afetivo, suas consequências, o dano moral, a responsabilidade civil e os entendimentos sobre o assunto. A partir das pesquisas foi possível concluir que é necessária uma legislação estabelecendo punição para o assunto, de modo que esta tenha finalidade punitiva e educativa.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Danos morais. Responsabilidade civil. Posicionamentos.

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENDE DE ABANDONO AFETIVO  
ENTRE PAIS E FILHOS\***

**CIVIL RESPONSIBILITY ARISES FROM AFFECTIVE ABANDONMENT  
BETWEEN PARENTS AND CHILDREN**

Alexia da Silva RUIZ  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo analisar o abandono afetivo, os danos que o abandono causa aos filhos e a possibilidade dos pais serem responsabilizados civilmente, já que os filhos precisam do amparo dos pais para terem um desenvolvimento saudável e se relacionar com a sociedade, este amparo, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente é um dever dos pais e direito dos filhos, então, os pais que não oferecerem o necessário para o desenvolvimento dos filhos estão contrariando e violando a lei e os direitos fundamentais de outrem, além de causar sérios problemas psicológicos que pode afetar toda a vida. Atualmente não existe legislação específica para punição dos pais que não proporciona afeto aos filhos, assim causa opiniões controversas entre os doutrinadores e os Tribunais sobre a responsabilidade civil dos pais. O trabalho foi desenvolvido utilizando o método dedutivo, por meio de pesquisas em sites, doutrinas, artigos acadêmicos e legislações, analisando as responsabilidades dos pais, o abandono afetivo, suas consequências, o dano moral, a responsabilidade civil e os entendimentos sobre o assunto. A partir das pesquisas foi possível concluir que é necessária uma legislação estabelecendo punição para o assunto, de modo que esta tenha finalidade punitiva e educativa.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Danos morais. Responsabilidade civil.  
Posicionamentos.

**A DEFESA DOS DIREITOS E DIGNIDADE DOS ANIMAIS NÃO  
HUMANOS DIANTE A CULTURA DE ENTRETENIMENTO E O  
ENTENDIMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO**

**THE DEFENSE OF THE RIGHTS AND DIGNITY OF NON-HUMAN  
ANIMALS BEFORE THE CULTURE OF ENTERTAINMENT AND THE  
UNDERSTANDING OF THE LEGAL ORDER**

Aline Cristina Silva NEVES  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Neste trabalho foram abordadas de maneira tanto quanto aprofundada algumas modalidades que utilizam de animais para provir o entretenimento para pessoas, embora tais atividades sejam demasiadamente cruéis e desumanas, proporcionando dor, desconforto, humilhação e tristeza. O estudo busca a conscientização das pessoas sobre o assunto que não recebe tanta importância, evidenciando que não é necessário usar um ser que possui a sensibilidade para sentir tudo de mal que lhe é feito, para as pessoas se divertirem, além da exemplificação das principais características de como algumas dessas práticas são realizadas. Apesar da normalidade que tal assunto é tratado por um grande percentual de pessoas, há também os que lutam pela causa e já obtiveram alguns resultados positivos. No decorrer deste seminário de pesquisa, serão apresentadas algumas leis que impediram parcialmente crueldades e possibilitaram que algumas manifestações culturais invasivas aos animais percam a tradição. Como metodologia para tal estudo foi utilizado pesquisas bibliográficas e por meios eletrônicos, onde se encontra uma ampla quantidade de informações. O método usado foi o qualitativo, já que o estudo busca compreender o comportamento das pessoas. Conclui-se então que, o que algumas pessoas entendem como festa e diversão, não passa de tortura e crueldade aos animais. O tema tardou a ser pautado pelo Judiciário, mas merece cada vez mais visibilidade.

Palavras-chave: Animais. Entretenimento. Tortura. Crueldade. Manifestação cultural.

**A DEFESA DOS DIREITOS E DIGNIDADE DOS ANIMAIS NÃO  
HUMANOS DIANTE A CULTURA DE ENTRETENIMENTO E O  
ENTENDIMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO**

**THE DEFENSE OF THE RIGHTS AND DIGNITY OF NON-HUMAN  
ANIMALS BEFORE THE CULTURE OF ENTERTAINMENT AND THE  
UNDERSTANDING OF THE LEGAL ORDER**

Aline Cristina Silva NEVES  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Neste trabalho foram abordadas de maneira tanto quanto aprofundada algumas modalidades que utilizam de animais para provir o entretenimento para pessoas, embora tais atividades sejam demasiadamente cruéis e desumanas, proporcionando dor, desconforto, humilhação e tristeza. O estudo busca a conscientização das pessoas sobre o assunto que não recebe tanta importância, evidenciando que não é necessário usar um ser que possui a sensibilidade para sentir tudo de mal que lhe é feito, para as pessoas se divertirem, além da exemplificação das principais características de como algumas dessas práticas são realizadas. Apesar da normalidade que tal assunto é tratado por um grande percentual de pessoas, há também os que lutam pela causa e já obtiveram alguns resultados positivos. No decorrer deste seminário de pesquisa, serão apresentadas algumas leis que impediram parcialmente crueldades e possibilitaram que algumas manifestações culturais invasivas aos animais percam a tradição. Como metodologia para tal estudo foi utilizado pesquisas bibliográficas e por meios eletrônicos, onde se encontra uma ampla quantidade de informações. O método usado foi o qualitativo, já que o estudo busca compreender o comportamento das pessoas. Conclui-se então que, o que algumas pessoas entendem como festa e diversão, não passa de tortura e crueldade aos animais. O tema tardou a ser pautado pelo Judiciário, mas merece cada vez mais visibilidade.

Palavras-chave: Animais. Entretenimento. Tortura. Crueldade. Manifestação cultural.

# **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

## **OBSTETRIC VIOLENCE**

Amábili Verena Solfa SANTOS  
Eduardo Cury

### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo sobre a violência obstétrica que ocorre com as mulheres no Brasil, apresentando os tipos de violência, como são camufladas sob erros médicos e da forma que isso reflete na vida da mulher e do bebê. Este estudo revela a conduta por parte da equipe médica que se tornou típica, pois não há lei federal que puna tais violações. De modo didático será apresentada o princípio, as maneiras que são aplicadas e como intervir. Estas práticas não são amplamente divulgadas, assim tornando mulheres vítimas, muitas vezes sem saber que passaram por um episódio de violência obstétrica. Embora esta conduta faça parte da vida das mulheres, ela não deverá ser considerada típica mesmo estando de acordo com a vida historicamente instruída em sociedade. Este artigo foi realizado por meio de leitura e interpretação, recorrendo a livros, pesquisas, artigos acadêmicos e estudo de casos concretos.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Saúde Pública. Respeito. Mulher. Direito Penal.

# **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

## **OBSTETRIC VIOLENCE**

Amábili Verena Solfa SANTOS  
Eduardo Cury

### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo sobre a violência obstétrica que ocorre com as mulheres no Brasil, apresentando os tipos de violência, como são camufladas sob erros médicos e da forma que isso reflete na vida da mulher e do bebê. Este estudo revela a conduta por parte da equipe médica que se tornou típica, pois não há lei federal que puna tais violações. De modo didático será apresentada o princípio, as maneiras que são aplicadas e como intervir. Estas práticas não são amplamente divulgadas, assim tornando mulheres vítimas, muitas vezes sem saber que passaram por um episódio de violência obstétrica. Embora esta conduta faça parte da vida das mulheres, ela não deverá ser considerada típica mesmo estando de acordo com a vida historicamente instruída em sociedade. Este artigo foi realizado por meio de leitura e interpretação, recorrendo a livros, pesquisas, artigos acadêmicos e estudo de casos concretos.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Saúde Pública. Respeito. Mulher. Direito Penal.

**A APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AO CRIME DE  
RECEPTAÇÃO  
THE APPLICATION OF THE BLINDNESS THEORY DELIBERATED TO  
THE RECEPTION CRIME**

Amanda Dourado MOREIRA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

A positivação dos crimes contra o patrimônio público é uma das formas do legislador reforçar a proteção ao patrimônio dos indivíduos. Contudo, fontes oficiais revelam que a prática destes ilícitos é constante no país, de modo que a evasão dos bens resulta no crime de receptação. O objetivo do presente trabalho é analisar a possibilidade de aplicação da teoria da cegueira deliberada ao crime de receptação. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica, se utilizando de sites, livros, jornais e periódicos que discutem a temática. A teoria da cegueira deliberada é uma construção jurisprudencial oriunda do direito comum e consiste na imputação de responsabilidade criminal ao indivíduo que coloca em si estado de ignorância sobre a prática de um crime e o invoca para se eximir do resultado. Conclui-se assim, que embora possua duas formas de aplicação, o conceito em sentido estrito se mostra o mais concernente com o ordenamento jurídico pátrio, concedendo a possibilidade analisar o elemento subjetivo do tipo e assim separar melhor as hipóteses de receptação culposa ou dolosa.

Palavras-chave: Teoria da cegueira deliberada. Receptação. Crimes contra o patrimônio.

**A APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AO CRIME DE  
RECEPTAÇÃO  
THE APPLICATION OF THE BLINDNESS THEORY DELIBERATED TO  
THE RECEPTION CRIME**

Amanda Dourado MOREIRA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

A positivação dos crimes contra o patrimônio público é uma das formas do legislador reforçar a proteção ao patrimônio dos indivíduos. Contudo, fontes oficiais revelam que a prática destes ilícitos é constante no país, de modo que a evasão dos bens resulta no crime de receptação. O objetivo do presente trabalho é analisar a possibilidade de aplicação da teoria da cegueira deliberada ao crime de receptação. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica, se utilizando de sites, livros, jornais e periódicos que discutem a temática. A teoria da cegueira deliberada é uma construção jurisprudencial oriunda do direito comum e consiste na imputação de responsabilidade criminal ao indivíduo que coloca em si estado de ignorância sobre a prática de um crime e o invoca para se eximir do resultado. Conclui-se assim, que embora possua duas formas de aplicação, o conceito em sentido estrito se mostra o mais concernente com o ordenamento jurídico pátrio, concedendo a possibilidade analisar o elemento subjetivo do tipo e assim separar melhor as hipóteses de receptação culposa ou dolosa.

Palavras-chave: Teoria da cegueira deliberada. Receptação. Crimes contra o patrimônio.

# **UNIÃO ESTÁVEL E O DIREITO SUCESSÓRIO**

## **STABLE UNION AND SUCCESSORY LAW**

Anayza ROSSITO

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como principal objetivo estudar a união estável e como é realizada a sucessão do convivente sobrevivente, nos moldes trazidos pelo Código Civil de 2002. Com esse estudo, objetiva-se verificar se a união estável é devidamente tratada pelo Código Civil e se a disposições do diploma está em consonância com a Constituição Federal da República. Através de um estudo sobre a união estável foi possível identificar suas principais características e também seus requisitos que tornam possível a constituição e comprovação da união estável. Diante de todo o exposto e das pesquisas e levantamentos realizados identificou-se ainda o regime de bens adotado como padrão na união estável, assim, como as características pertinentes de quando se diz respeito à sucessão, nos casos em que um dos companheiros vem a falecer, e da partilha dos bens quando ocorre a separação. O presente artigo visa reduzir possíveis dúvidas pertinentes ao caso, assim, como esclarecer possíveis pontos obscuros no que tange a sucessão. O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica em livros e artigos digitais.

Palavras-chave: Partilha. Companheiro. Herança.

## **UNIÃO ESTÁVEL E O DIREITO SUCESSÓRIO**

### **STABLE UNION AND SUCCESSORY LAW**

Anayza ROSSITO

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como principal objetivo estudar a união estável e como é realizada a sucessão do convivente sobrevivente, nos moldes trazidos pelo Código Civil de 2002. Com esse estudo, objetiva-se verificar se a união estável é devidamente tratada pelo Código Civil e se a disposições do diploma está em consonância com a Constituição Federal da República. Através de um estudo sobre a união estável foi possível identificar suas principais características e também seus requisitos que tornam possível a constituição e comprovação da união estável. Diante de todo o exposto e das pesquisas e levantamentos realizados identificou-se ainda o regime de bens adotado como padrão na união estável, assim, como as características pertinentes de quando se diz respeito à sucessão, nos casos em que um dos companheiros vem a falecer, e da partilha dos bens quando ocorre a separação. O presente artigo visa reduzir possíveis dúvidas pertinentes ao caso, assim, como esclarecer possíveis pontos obscuros no que tange a sucessão. O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica em livros e artigos digitais.

Palavras-chave: Partilha. Companheiro. Herança.

**A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NO PROCESSO DO TRABALHO ANTES E  
DEPOIS A REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017)**

**BAD FAITH LITIGANCE IN THE WORK PROCESS BEFORE AND AFTER  
THE LABOR REFORM (LAW No. 13.467/2017)**

**Beatriz Solfa DENAMI  
Janaina Guimarães MANSILIA**

**RESUMO**

O presente artigo objetiva analisar a litigância de má-fé na Justiça Trabalhista, antes e depois da reforma do texto da Consolidação das Leis do Trabalho, provocada pela Lei nº 13.467/2017, identificando sua utilização e reflexos após a inovação ocorrida na legislação, especificando o instituto que pune aquele que age de forma temerária no processo, violando princípios que o regem. O trabalho foi elaborado por meio de revisão de doutrinas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, análise de jurisprudências e revistas relevantes para o estudo. Aborda-se o conceito e histórico da litigância de má-fé na evolução processual brasileira, sua aplicação subsidiária ao Código de Processo Civil, analisando a carência sofrida pelo Judiciário Trabalhista antes da inclusão da norma que prevê a punição daquele que litiga sem a boa-fé e lealdade processual. Com base do que foi apresentado durante o desenvolvimento, constata-se que a Reforma Trabalhista, com a criação de uma seção específica que regula a Responsabilidade por Dano Processual, a aplicação da caracterização e punição da litigância de má-fé acontece de forma mais rígida, favorecendo a celeridade e diminuindo a morosidade processual, mas tais decisões acarretam a timidez do cidadão lesado na relação de trabalho ao buscar direito constitucional do acesso à justiça.

Palavras-chave: Litigância de Má-Fé. Reforma Trabalhista. Consolidação das Leis do Trabalho.

**A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NO PROCESSO DO TRABALHO ANTES E  
DEPOIS A REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017)**

**BAD FAITH LITIGANCE IN THE WORK PROCESS BEFORE AND AFTER  
THE LABOR REFORM (LAW No. 13.467/2017)**

**Beatriz Solfa DENAMI  
Janaina Guimarães MANSILIA**

**RESUMO**

O presente artigo objetiva analisar a litigância de má-fé na Justiça Trabalhista, antes e depois da reforma do texto da Consolidação das Leis do Trabalho, provocada pela Lei nº 13.467/2017, identificando sua utilização e reflexos após a inovação ocorrida na legislação, especificando o instituto que pune aquele que age de forma temerária no processo, violando princípios que o regem. O trabalho foi elaborado por meio de revisão de doutrinas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, análise de jurisprudências e revistas relevantes para o estudo. Aborda-se o conceito e histórico da litigância de má-fé na evolução processual brasileira, sua aplicação subsidiária ao Código de Processo Civil, analisando a carência sofrida pelo Judiciário Trabalhista antes da inclusão da norma que prevê a punição daquele que litiga sem a boa-fé e lealdade processual. Com base do que foi apresentado durante o desenvolvimento, constata-se que a Reforma Trabalhista, com a criação de uma seção específica que regula a Responsabilidade por Dano Processual, a aplicação da caracterização e punição da litigância de má-fé acontece de forma mais rígida, favorecendo a celeridade e diminuindo a morosidade processual, mas tais decisões acarretam a timidez do cidadão lesado na relação de trabalho ao buscar direito constitucional do acesso à justiça.

Palavras-chave: Litigância de Má-Fé. Reforma Trabalhista. Consolidação das Leis do Trabalho.

# **MAUS TRATOS ANIMAIS Á LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

## **BAD ANIMAL TREATMENTS IN THE LIGHT OF THE BRAZILIAN LEGAL ORDER**

Bianca Sória  
Eduardo Cury

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a Lei nº 9.605, mais conhecida como “Lei de Crimes Ambientais”, criada em 12 de fevereiro de 1998 e outras tutelas legais previstas no ordenamento jurídico brasileiro. A elaboração desse trabalho baseou-se em artigos científicos publicados, monografias, legislação e história, a metodologia utilizada foi a dedutiva. Traz ainda uma breve síntese sobre um dos Projetos de Lei em pauta para uma possível alteração da natureza jurídica dos animais, deixando de lado a ideia de que animais são considerados “coisas” para o Direito Civil e passar a serem seres dotados de personalidade jurídica, que possuem direitos. Trata-se de um tema de grande relevância jurídica atual, pois, os animais nunca tiveram um amparo jurídico a altura que eles merecem, conseqüentemente, o fato de que tal crime ocorrer com muita frequência a possível causa seja as brechas deixadas pela Lei e as mínimas sanções impostas com possibilidade de substituição em relação à gravidade do crime.

**Palavras-chaves:** Maus tratos animais. Legislação. Natureza Jurídica.

# **MAUS TRATOS ANIMAIS Á LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

## **BAD ANIMAL TREATMENTS IN THE LIGHT OF THE BRAZILIAN LEGAL ORDER**

Bianca Sória  
Eduardo Cury

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a Lei nº 9.605, mais conhecida como “Lei de Crimes Ambientais”, criada em 12 de fevereiro de 1998 e outras tutelas legais previstas no ordenamento jurídico brasileiro. A elaboração desse trabalho baseou-se em artigos científicos publicados, monografias, legislação e história, a metodologia utilizada foi a dedutiva. Traz ainda uma breve síntese sobre um dos Projetos de Lei em pauta para uma possível alteração da natureza jurídica dos animais, deixando de lado a ideia de que animais são considerados “coisas” para o Direito Civil e passar a serem seres dotados de personalidade jurídica, que possuem direitos. Trata-se de um tema de grande relevância jurídica atual, pois, os animais nunca tiveram um amparo jurídico a altura que eles merecem, conseqüentemente, o fato de que tal crime ocorrer com muita frequência a possível causa seja as brechas deixadas pela Lei e as mínimas sanções impostas com possibilidade de substituição em relação à gravidade do crime.

**Palavras-chaves:** Maus tratos animais. Legislação. Natureza Jurídica.

## **CRIMES DO COLARINHO BRANCO**

### **WHITE COLLAR CRIME**

Brunielle Fernanda da Costa FIORI

#### **RESUMO**

O artigo a seguir trata-se do estudo sobre os crimes de colarinho branco, que sem dúvida, compõe um dos mais relevantes e conflitais títulos da criminologia atual. O progressivo aumento da criminalidade econômica no Brasil e no mundo juntamente com a insuficiência dos órgãos, meios e instrumentos estatais, da administração pública responsáveis por sua prevenção e repressão, mostra o quão necessário seria um estudo maior sobre os crimes de colarinho branco, considerando a relevância do tema para o Direito Penal Econômico. Para a construção do trabalho utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo de uma análise geral e teórica ao exame dos resultados verificados em razão do desenvolvimento da investigação científica. Da pesquisa resulta a premente necessidade de um reexame do fenômeno criminológico do crime de colarinho branco e os delitos comumente cometidos juntos a ele, notadamente na seara da tipificação e aplicação da norma penal, como forma de empreender o combate e repressão ao crime de colarinho branco.

Palavras-chave: Crime organizado. Colarinho Branco, Direito Penal Econômico.

## **CRIMES DO COLARINHO BRANCO**

### **WHITE COLLAR CRIME**

Brunielle Fernanda da Costa FIORI

#### **RESUMO**

O artigo a seguir trata-se do estudo sobre os crimes de colarinho branco, que sem dúvida, compõe um dos mais relevantes e conflitais títulos da criminologia atual. O progressivo aumento da criminalidade econômica no Brasil e no mundo juntamente com a insuficiência dos órgãos, meios e instrumentos estatais, da administração pública responsáveis por sua prevenção e repressão, mostra o quão necessário seria um estudo maior sobre os crimes de colarinho branco, considerando a relevância do tema para o Direito Penal Econômico. Para a construção do trabalho utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo de uma análise geral e teórica ao exame dos resultados verificados em razão do desenvolvimento da investigação científica. Da pesquisa resulta a premente necessidade de um reexame do fenômeno criminológico do crime de colarinho branco e os delitos comumente cometidos juntos a ele, notadamente na seara da tipificação e aplicação da norma penal, como forma de empreender o combate e repressão ao crime de colarinho branco.

Palavras-chave: Crime organizado. Colarinho Branco, Direito Penal Econômico.

**AS MUDANÇAS SUBSEQUENTES DA LEGISLAÇÃO DA PRIMEIRA  
INFÂNCIA E A PROTEÇÃO INTEGRAL AOS FILHOS DE PRESOS.**

**SUBSEQUENT CHANGES IN FIRST CHILDHOOD LEGISLATION AND  
INTEGRAL PROTECTION FOR CHILDREN OF PRISONERS.**

Carolina Orlandi DIAS  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O atual trabalho traz a objetividade de suceder as mudanças subsequentes da Lei n. 13.257/16 reputada como Marco Legal da Primeira Infância, especialmente pelo Código de Processo Penal e serventia na Doutrina da Proteção Integral para os filhos dos presos. Em primeiro plano, observará historicamente o direito da criança e do adolescente, e seu crescimento passando a ser possuidor de direito. Sem hesitar será abordada a Doutrina da Proteção Integral, prometido a criança e ao adolescente pelo Estado, os seus direitos sem respeito ao Princípio da Prioridade Absoluta e do Melhor Interesse. O aprendizado de uma criança ao longo de seus primeiros anos, incide com grande influência no seu desenvolvimento. Investigará a fundo o aperfeiçoamento da Lei n. 13.257/16, e novas possibilidades para a adesão da prisão domiciliar. Conclui-se com a apresentação da jurisprudência, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, onde mulheres que possuem filhos de até 12 (doze) anos incompletos, ou até mesmo o homem único responsável, ganha lugar no magistrado. Este artigo utilizará metodologia bibliográfica do método dedutivo.

Palavras Chave: Lei n. 13.257/16. Primeira Infância. Proteção Integral. Prisão Domiciliar.

**AS MUDANÇAS SUBSEQUENTES DA LEGISLAÇÃO DA PRIMEIRA  
INFÂNCIA E A PROTEÇÃO INTEGRAL AOS FILHOS DE PRESOS.**

**SUBSEQUENT CHANGES IN FIRST CHILDHOOD LEGISLATION AND  
INTEGRAL PROTECTION FOR CHILDREN OF PRISONERS.**

Carolina Orlandi DIAS  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O atual trabalho traz a objetividade de suceder as mudanças subsequentes da Lei n. 13.257/16 reputada como Marco Legal da Primeira Infância, especialmente pelo Código de Processo Penal e serventia na Doutrina da Proteção Integral para os filhos dos presos. Em primeiro plano, observará historicamente o direito da criança e do adolescente, e seu crescimento passando a ser possuidor de direito. Sem hesitar será abordada a Doutrina da Proteção Integral, prometido a criança e ao adolescente pelo Estado, os seus direito sem respeito ao Princípio a Prioridade Absoluta e do Melhor Interesse. O aprendizado de uma criança ao longo de seus primeiros anos, incide com grande influência no seu desenvolvimento. Investigará a fundo o aperfeiçoamento da Lei n. 13.257/16, e novas possibilidades para a adesão da prisão domiciliar. Conclui-se com a apresentação da jurisprudência, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, onde mulheres que possuem filhos de até 12 (doze) anos incompletos, ou até mesmo o homem único responsável, ganha lugar no magistrado. Este artigo utilizará metodologia bibliográfica do método dedutivo.

Palavras Chave: Lei n. 13.257/16. Primeira Infância. Proteção Integral. Prisão Domiciliar.

## **A CRIAÇÃO DA NORMA JURÍDICA INSPIRADA NA LEI DO DIVÓRCIO**

### **THE CREATION OF LEGAL STANDARD INSPIRED BY THE DIVORCE LAW**

Clésio de Brito BORTOLO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

A norma jurídica é objeto fundamental na Ciência do Direito. Seu processo de criação, desenvolvimento e evolução está atrelado as necessidades, diretrizes, falhas, e outros aspectos que atingem a sociedade que será por ela beneficiada quando da sua instituição. O presente artigo visa através do estudo da Lei do Divórcio; previamente escolhida por tratar-se de norma plena, estabelecer um paralelo com o processo de criação da norma jurídica com a finalidade de torná-lo inteligível. Para alcançar o objetivo almejado será utilizada a pesquisa qualitativa focada na doutrina, em artigos, revistas, entre outros meios de informação, aliada ao método dedutivo. Objetiva-se demonstrar a interdependência dos atores envolvidos no cenário sócio-político e demais campos envolvidos no processo e por ele abrangido. Restará demonstrado que todo benefício alcançado, é fruto da luta incansável da sociedade e de seus representantes aliados a sua causa.

Palavras-chave: Divórcio. Norma Jurídica. Direito Civil. Direito de Família. Direito Constitucional.

## **A CRIAÇÃO DA NORMA JURÍDICA INSPIRADA NA LEI DO DIVÓRCIO**

### **THE CREATION OF LEGAL STANDARD INSPIRED BY THE DIVORCE LAW**

Clésio de Brito BORTOLO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

A norma jurídica é objeto fundamental na Ciência do Direito. Seu processo de criação, desenvolvimento e evolução está atrelado as necessidades, diretrizes, falhas, e outros aspectos que atingem a sociedade que será por ela beneficiada quando da sua instituição. O presente artigo visa através do estudo da Lei do Divórcio; previamente escolhida por tratar-se de norma plena, estabelecer um paralelo com o processo de criação da norma jurídica com a finalidade de torná-lo inteligível. Para alcançar o objetivo almejado será utilizada a pesquisa qualitativa focada na doutrina, em artigos, revistas, entre outros meios de informação, aliada ao método dedutivo. Objetiva-se demonstrar a interdependência dos atores envolvidos no cenário sócio-político e demais campos envolvidos no processo e por ele abrangido. Restará demonstrado que todo benefício alcançado, é fruto da luta incansável da sociedade e de seus representantes aliados a sua causa.

Palavras-chave: Divórcio. Norma Jurídica. Direito Civil. Direito de Família. Direito Constitucional.

**PUBLICAÇÃO DOS RESUMOS DO X SEMPEX - SEMINÁRIO DE  
PESQUISA E EXTENSÃO DO CURSO DE DIREITO DO UNIFUNEC**

**COORDENAÇÃO GERAL**

Me. LETÍCIA LOURENÇO SANGALETO TERRON

Dra. LUCIANA RENATA RONDINA STEFANONI

**CORPO EDITORIAL**

ANA NÚBIA DOS SANTOS

MAYUMI FUTIGAMI

RODRIGO ROSSAFA

ALINE MATOS

LIDIANE LIO

RENATA SCAPIN

LUANA FURTADO DE JESUS

MURIEL AMARAL JACOB

DELAINE

MATHEUS DOURADO CARNEIRO

MARIANA ARAUJO DURAN ERRERO

GRAZIELE BORTOLATO

CLEITON ALEX QUIALE TALPO

**PUBLICAÇÃO DOS RESUMOS DO X SEMPEX - SEMINÁRIO DE  
PESQUISA E EXTENSÃO DO CURSO DE DIREITO DO UNIFUNEC**

**COORDENAÇÃO GERAL**

Me. LETÍCIA LOURENÇO SANGALETO TERRON

Dra. LUCIANA RENATA RONDINA STEFANONI

**CORPO EDITORIAL**

ANA NÚBIA DOS SANTOS

MAYUMI FUTIGAMI

RODRIGO ROSSAFA

ALINE MATOS

LIDIANE LIO

RENATA SCAPIN

LUANA FURTADO DE JESUS

MURIEL AMARAL JACOB

DELAINE

MATHEUS DOURADO CARNEIRO

MARIANA ARAUJO DURAN ERRERO

GRAZIELE BORTOLATO

CLEITON ALEX QUIALE TALPO

**O DIREITO AGRÁRIO EM FACE DA FUNÇÃO AMBIENTAL DA  
PROPRIEDADE RURAL E DA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO**

**AGRARIAN LAW IN THE FACE OF THE ENVIRONMENTAL FUNCTION  
OF RURAL PROPERTY AND THE SEARCH FOR SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT OF MEANS OF PRODUCTION**

Dayane Cristina Adamo dos SANTOS

**RESUMO**

Relação jurídica do homem com a terra, o Direito Agrário tem evoluído e volta-se atualmente para a preocupação ambiental. No Brasil ganha ênfase com o Estatuto da Terra, que além da promessa de uma reforma agrária justa e democrática, trouxe a noção atual de função social da propriedade. Como a atividade agrária é de grande importância no país o trabalho tem por escopo demonstrar que as noções socioambientais se fazem mais urgentes. Evidenciou-se, portanto, o conceito de função ambiental da propriedade rural, posto que as atividades agrárias impactam severamente o meio ambiente. Buscou-se afirmar que os meios de produção agrários devem se amoldar no desenvolvimento sustentável em busca da efetiva proteção ambiental. Primeiramente foi abordado o conceito e a evolução do Direito Agrário brasileiro, bem como o Estatuto da Terra, Lei 4.504/64. Estudou-se ainda a função ambiental da propriedade rural, elucidando-se por último o desenvolvimento sustentável frente ao meio ambiente e os meios de produção. Foi empregado o método dedutivo, por meio de doutrinas, pesquisas, artigos, matérias jornalísticas. O estudo traz relevância pois mostra que os meios de produção devem basear-se nos preceitos ambientais de desenvolvimento sustentável para que se cumpra a função ambiental da propriedade rural, e para que haja equilíbrio de níveis produtores satisfatórios e efetiva preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Direito Agrário. Propriedade. Produção. Sustentabilidade. Ambiental

**O DIREITO AGRÁRIO EM FACE DA FUNÇÃO AMBIENTAL DA  
PROPRIEDADE RURAL E DA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO**

**AGRARIAN LAW IN THE FACE OF THE ENVIRONMENTAL FUNCTION  
OF RURAL PROPERTY AND THE SEARCH FOR SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT OF MEANS OF PRODUCTION**

Dayane Cristina Adamo dos SANTOS

**RESUMO**

Relação jurídica do homem com a terra, o Direito Agrário tem evoluído e volta-se atualmente para a preocupação ambiental. No Brasil ganha ênfase com o Estatuto da Terra, que além da promessa de uma reforma agrária justa e democrática, trouxe a noção atual de função social da propriedade. Como a atividade agrária é de grande importância no país o trabalho tem por escopo demonstrar que as noções socioambientais se fazem mais urgentes. Evidenciou-se, portanto, o conceito de função ambiental da propriedade rural, posto que as atividades agrárias impactam severamente o meio ambiente. Buscou-se afirmar que os meios de produção agrários devem se amoldar no desenvolvimento sustentável em busca da efetiva proteção ambiental. Primeiramente foi abordado o conceito e a evolução do Direito Agrário brasileiro, bem como o Estatuto da Terra, Lei 4.504/64. Estudou-se ainda a função ambiental da propriedade rural, elucidando-se por último o desenvolvimento sustentável frente ao meio ambiente e os meios de produção. Foi empregado o método dedutivo, por meio de doutrinas, pesquisas, artigos, matérias jornalísticas. O estudo traz relevância pois mostra que os meios de produção devem basear-se nos preceitos ambientais de desenvolvimento sustentável para que se cumpra a função ambiental da propriedade rural, e para que haja equilíbrio de níveis produtores satisfatórios e efetiva preservação ambiental.

**Palavras-chave:** Direito Agrário. Propriedade. Produção. Sustentabilidade. Ambiental

## **O ESTUPRO FRENTE AO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.**

### **RAPE IN FRONT OF THE BRAZILIAN CRIMINAL CODE.**

Eduarda de Souza PACHECO  
Dra. Regina Maria de SOUZA

#### **RESUMO**

O resultante trabalho tem o propósito de realizar um estudo sobre a consumação do crime de estupro. Um dos tópicos relacionados é tratar das consequências psíquicas deixada pelo estupro nas vítimas, tais resultados como sequelas que ficaram marcadas na vida dessas pessoas. Resultante de transtornos devido aos danos psicológicos e físicos, como uma gravidez indesejada. O Artigo 213 do Código Penal trás em seus parágrafos a caracterização do crime de estupro, mediante violência ou grave ameaça obrigar alguém o ato de copular. Tal ato é considerado crime hediondo, a prática da violência sexual é caracterizada como gravíssima, o tratamento que o autor da agressão recebe é diferenciado e mais rigoroso. A conduta do crime de estupro trouxe divergências entre as decisões dos juízes diante do ato de consumação das condutas, alguns posicionamentos considera o estupro como concurso de crimes e não crime único, outras decisões como unicidade ou pluralidade de condutas. Este trabalho foi elaborado através da revisão de literatura, com análise em sites e livros de referência com alta relevância para área de estudo.

Palavras-chave: Estupro. Consumação. Unicidade. Pluralidade. Agressão sexual.

## **O ESTUPRO FRENTE AO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.**

### **RAPE IN FRONT OF THE BRAZILIAN CRIMINAL CODE.**

Eduarda de Souza PACHECO  
Dra. Regina Maria de SOUZA

#### **RESUMO**

O resultante trabalho tem o propósito de realizar um estudo sobre a consumação do crime de estupro. Um dos tópicos relacionados é tratar das consequências psíquicas deixada pelo estupro nas vítimas, tais resultados como sequelas que ficaram marcadas na vida dessas pessoas. Resultante de transtornos devido aos danos psicológicos e físicos, como uma gravidez indesejada. O Artigo 213 do Código Penal trás em seus parágrafos a caracterização do crime de estupro, mediante violência ou grave ameaça obrigar alguém o ato de copular. Tal ato é considerado crime hediondo, a prática da violência sexual é caracterizada como gravíssima, o tratamento que o autor da agressão recebe é diferenciado e mais rigoroso. A conduta do crime de estupro trouxe divergências entre as decisões dos juízes diante do ato de consumação das condutas, alguns posicionamentos considera o estupro como concurso de crimes e não crime único, outras decisões como unicidade ou pluralidade de condutas. Este trabalho foi elaborado através da revisão de literatura, com análise em sites e livros de referência com alta relevância para área de estudo.

Palavras-chave: Estupro. Consumação. Unicidade. Pluralidade. Agressão sexual.

## **EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS**

### **ILLEGAL PRACTICE OF THE PROFESSION OF REAL ESTATE BROKER**

Eduardo Canuto ARAÚJO

#### **RESUMO**

O artigo tratará sobre o conceito e histórico da corretagem no Brasil, os principais pontos do Código de Ética Profissional do Corretor de Imóveis, bem como os aspectos cíveis e criminais do exercício da corretagem sem o registro no CRECI. O trabalho apresenta como objetivo demonstrar a real situação da profissão de corretor de imóveis e a aplicabilidade da lei quanto ao atendimento das necessidades e ao caso concreto. A problemática do artigo é a discussão de juristas que defende o exercício ilegal da profissão de corretor de imóveis e os profissionais da área que busca o Conselho Regional para coibir a prática descrita no artigo 47, da lei de Contravenção Penal. Conclui-se, então que apesar da discussão em relação a punição do exercício ilegal da profissão ou da não punição, é certo que o indivíduo disposto a seguir tal profissão como meio de vida, é preciso saber realizar o negócio imobiliário com ética, dignidade, cordialidade e respeito com os demais profissionais e com os clientes, sendo sincero durante todo o negócio e cobrar sua comissão de forma justa e íntegra. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, livros, dispositivos legais, buscando aprofundamento de conhecimentos científicos e objetivos específicos.

Palavras-chave: Exercício ilegal. Corretor de imóveis. CRECI. Negócio imobiliário.

## **EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS**

### **ILLEGAL PRACTICE OF THE PROFESSION OF REAL ESTATE BROKER**

Eduardo Canuto ARAÚJO

#### **RESUMO**

O artigo tratará sobre o conceito e histórico da corretagem no Brasil, os principais pontos do Código de Ética Profissional do Corretor de Imóveis, bem como os aspectos cíveis e criminais do exercício da corretagem sem o registro no CRECI. O trabalho apresenta como objetivo demonstrar a real situação da profissão de corretor de imóveis e a aplicabilidade da lei quanto ao atendimento das necessidades e ao caso concreto. A problemática do artigo é a discussão de juristas que defende o exercício ilegal da profissão de corretor de imóveis e os profissionais da área que busca o Conselho Regional para coibir a prática descrita no artigo 47, da lei de Contravenção Penal. Conclui-se, então que apesar da discussão em relação a punição do exercício ilegal da profissão ou da não punição, é certo que o indivíduo disposto a seguir tal profissão como meio de vida, é preciso saber realizar o negócio imobiliário com ética, dignidade, cordialidade e respeito com os demais profissionais e com os clientes, sendo sincero durante todo o negócio e cobrar sua comissão de forma justa e íntegra. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, livros, dispositivos legais, buscando aprofundamento de conhecimentos científicos e objetivos específicos.

Palavras-chave: Exercício ilegal. Corretor de imóveis. CRECI. Negócio imobiliário.

**FALTA DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA E SEUS REFLEXOS  
FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.**

**LACK OF TERM IN PREVENTIVE PRISON AND ITS  
REFLECTIONS IN FRONT OF CONSTITUTIONAL PRINCIPLES.**

Emily Paiva NUNES  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

O presente estudo objetiva analisar o instituto da prisão preventiva no que diz respeito a sua falta de prazo e seus reflexos frente aos princípios constitucionais. A prisão preventiva encontra-se nas espécies de medidas cautelares, e sua aplicação segue caráter excepcional aonde esta, só deverá ou pelo menos deveria ser decretada visando a garantia do processo de conhecimento e efetividade do processo de execução. Atualmente não possui prazo estipulado em legislação, lesando o réu, além de causar problemas de arbitrariedades se não for utilizada a luz da proporcionalidade. Partindo desse pressuposto inicia-se a análise afim de questionar a constitucionalidade da falta de prazo na medida cautelar da prisão preventiva, conseqüentemente ocorrendo a violação de garantias constitucionalmente estabelecidas pelo legislador, prevista na CF, como a presunção do estado de inocência. Através do estudo foi possível concluir que a prisão preventiva se trata de um instituto de caráter provisório, instrumental e mesmo não possuindo prazo estabelecido, é fundamental que o magistrado em sua aplicação, atente-se as peculiaridades de cada caso, observando o *fumus commissi delict* e o *periculum in mora*. O trabalho foi realizado por meio de leituras, pesquisas em sites e embasado no ordenamento jurídico que ampara o tema em questão.

Palavras Chaves: Processo Penal. Prisão preventiva. Princípios constitucionais.

**FALTA DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA E SEUS REFLEXOS  
FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.**

**LACK OF TERM IN PREVENTIVE PRISON AND ITS  
REFLECTIONS IN FRONT OF CONSTITUTIONAL PRINCIPLES.**

Emily Paiva NUNES  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

O presente estudo objetiva analisar o instituto da prisão preventiva no que diz respeito a sua falta de prazo e seus reflexos frente aos princípios constitucionais. A prisão preventiva encontra-se nas espécies de medidas cautelares, e sua aplicação segue caráter excepcional aonde esta, só deverá ou pelo menos deveria ser decretada visando a garantia do processo de conhecimento e efetividade do processo de execução. Atualmente não possui prazo estipulado em legislação, lesando o réu, além de causar problemas de arbitrariedades se não for utilizada a luz da proporcionalidade. Partindo desse pressuposto inicia-se a análise afim de questionar a constitucionalidade da falta de prazo na medida cautelar da prisão preventiva, conseqüentemente ocorrendo a violação de garantias constitucionalmente estabelecidas pelo legislador, prevista na CF, como a presunção do estado de inocência. Através do estudo foi possível concluir que a prisão preventiva se trata de um instituto de caráter provisório, instrumental e mesmo não possuindo prazo estabelecido, é fundamental que o magistrado em sua aplicação, atente-se as peculiaridades de cada caso, observando o *fumus commissi delicti* e o *periculum in mora*. O trabalho foi realizado por meio de leituras, pesquisas em sites e embasado no ordenamento jurídico que ampara o tema em questão.

Palavras Chaves: Processo Penal. Prisão preventiva. Princípios constitucionais.

**A INVISIBILIDADE DA SOCIEDADE LGBTT NO SISTEMA  
PENITENCIÁRIO BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS TRAVESTIS**

**THE INVISIBILITY OF THE LGBTT SOCIETY IN THE  
BRAZILIAN PENITENTIARY SYSTEM WITH EMPHASIS ON  
TRANSVESTITES**

Flávia ZAPAROLLI  
Eduardo CURY

**RESUMO**

Durante anos, o preconceito e a marginalização perpetuaram em face dos que não seguiam os ideais hétero-normativos, que cravou suas raízes em toda sociedade. Os transexuais também estão sujeitos a cometerem crimes, fazendo com que se questione onde é que cumprirão suas penas, uma vez que o sistema de execuções penais brasileiro é contemplado por um binarismo por força da própria Constituição Federal. O presente trabalho tem por objetivo analisar como o sistema carcerário brasileiro se organiza com relação ao cumprimento de pena para os transgêneros, indicando as deliberações do judiciário frente ao tema. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica, se utilizando de sites, livros, revistas e jornais que discutem a temática. Transgêneros é um termo amplo para se referir aos transsexuais e travestis, que tem por diferença a cirurgia de transgenitalização. De acordo com as atuais deliberações dos Tribunais, os transsexuais devem cumprir suas penas em presídios femininos, ao passo que as travestis se mantêm nos masculinos, ou seja, fazendo com que o sexo biológico se sobressaia sobre o psicológico, o que se mostra um descaso com a dignidade da pessoa humana e os demais princípios que regem a execução penal brasileira.

**Palavras chave:** Execução Penal. Transgêneros. Transsexuais.

**A INVISIBILIDADE DA SOCIEDADE LGBTT NO SISTEMA  
PENITENCIÁRIO BRASILEIRO COM ÊNFASE NOS TRAVESTIS**

**THE INVISIBILITY OF THE LGBTT SOCIETY IN THE  
BRAZILIAN PENITENTIARY SYSTEM WITH EMPHASIS ON  
TRANSVESTITES**

Flávia ZAPAROLLI  
Eduardo CURY

**RESUMO**

Durante anos, o preconceito e a marginalização perpetuaram em face dos que não seguiam os ideais hétero-normativos, que cravou suas raízes em toda sociedade. Os transexuais também estão sujeitos a cometerem crimes, fazendo com que se questione onde é que cumprirão suas penas, uma vez que o sistema de execuções penais brasileiro é contemplado por um binarismo por força da própria Constituição Federal. O presente trabalho tem por objetivo analisar como o sistema carcerário brasileiro se organiza com relação ao cumprimento de pena para os transgêneros, indicando as deliberações do judiciário frente ao tema. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica, se utilizando de sites, livros, revistas e jornais que discutem a temática. Transgêneros é um termo amplo para se referir aos transsexuais e travestis, que tem por diferença a cirurgia de transgenitalização. De acordo com as atuais deliberações dos Tribunais, os transsexuais devem cumprir suas penas em presídios femininos, ao passo que as travestis se mantêm nos masculinos, ou seja, fazendo com que o sexo biológico se sobressaia sobre o psicológico, o que se mostra um descaso com a dignidade da pessoa humana e os demais princípios que regem a execução penal brasileira.

**Palavras chave:** Execução Penal. Transgêneros. Transsexuais.

**RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM PROVER E MANTER A  
SAÚDE PÚBLICA**

**THE STATE'S RESPONSIBILITY TO PROVIDE AND MAINTAIN  
PUBLIC HEALTH**

Giovana Alves VIOLA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

A Constituição brasileira vigente no país traz em seu corpo inúmeros direitos fundamentais, tais como o da saúde. Por meio deste presente trabalho, busca-se demonstrar os meios que o ordenamento jurídico distribui aos administradores e exige a responsabilidade estatal, dando luz aos papéis desempenhados pelo Ministério Público, o Poder Judiciário, e a Sociedade como um todo e o uso destes para servirem como contrapeso nas medidas determinadas nas políticas pública, apontando quando da omissão do cumprimento das normas que norteiam a Constituição. A tona virá por meio deste, a responsabilização mútua do Estado e da sociedade, para a elaboração de uma rede de saúde viável e harmoniosa para com os mais carentes que não tem planos de saúde e nem meios para viabilizar o atendimento primoroso da rede privada de saúde. A administração pública como ente federativo que têm seu dever legalmente previsto em prover e manter a saúde pública em funcionamento, assim deve fazer, e no que tange aos resultados de caráter negativo, arcará com os pesares que sua ação assim fizera. O trabalho foi realizado por meio de revisão de leituras, pesquisas em sites, e embasado sobre o ordenamento jurídico que ampara o nosso País.

Palavras-chave: Responsabilidade. Saúde. Administração Pública.

**RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM PROVER E MANTER A  
SAÚDE PÚBLICA**

**THE STATE'S RESPONSIBILITY TO PROVIDE AND MAINTAIN  
PUBLIC HEALTH**

Giovana Alves VIOLA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

A Constituição brasileira vigente no país traz em seu corpo inúmeros direitos fundamentais, tais como o da saúde. Por meio deste presente trabalho, busca-se demonstrar os meios que o ordenamento jurídico distribui aos administradores e exige a responsabilidade estatal, dando luz aos papéis desempenhados pelo Ministério Público, o Poder Judiciário, e a Sociedade como um todo e o uso destes para servirem como contrapeso nas medidas determinadas nas políticas pública, apontando quando da omissão do cumprimento das normas que norteiam a Constituição. A tona virá por meio deste, a responsabilização mútua do Estado e da sociedade, para a elaboração de uma rede de saúde viável e harmoniosa para com os mais carentes que não tem planos de saúde e nem meios para viabilizar o atendimento primoroso da rede privada de saúde. A administração pública como ente federativo que têm seu dever legalmente previsto em prover e manter a saúde pública em funcionamento, assim deve fazer, e no que tange aos resultados de caráter negativo, arcará com os pesares que sua ação assim fizera. O trabalho foi realizado por meio de revisão de leituras, pesquisas em sites, e embasado sobre o ordenamento jurídico que ampara o nosso País.

Palavras-chave: Responsabilidade. Saúde. Administração Pública.

## **ADOÇÃO: por que não demorar**

### **ADOPTIO: why not delay**

Guilherme Fabres de Almeida GOMES

#### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo o estudo da adoção de crianças e adolescentes no Brasil, abordando sua evolução na linha do tempo, no que se refere a leis normas e ideias relacionadas ao ato de adotar, foi colado em pauta também, as divergências, quando se trata do nosso sistema de adoção, que é muito criticado por sua demora, e por nunca conseguir diminuir a quantidade de adotados disponíveis em nosso sistema. Tentou-se também mostrar o quanto é divergente a ideia de quem é o real causador desta demora, se a culpa é somente do Estado na execução de seu sistema, ou se os próprios candidatos impactam neste problema, que será vertente para o próximo problema que foi abordado, que são as consequências da demora na adoção, deixando as crianças por muito tempo em abrigos ou a mercê de, familiares sem estrutura para cria-los. Com isso pode se concluir que os únicos que tem a perder nessa bagunça toda são apenas as crianças, que terão seu desenvolvimento psicossocial comprometido. O trabalho foi realizado por meio de revisão de literatura, com pesquisas em sites, livros e revistas de referência de alta relevância para área de estudo, através do método dedutivo.

Palavras-chave: Adotandos. Demora. Criança. Evolução. Consequências.

## **ADOÇÃO: por que não demorar**

### **ADOPTIO: why not delay**

Guilherme Fabres de Almeida GOMES

#### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo o estudo da adoção de crianças e adolescentes no Brasil, abordando sua evolução na linha do tempo, no que se refere a leis normas e ideias relacionadas ao ato de adotar, foi colado em pauta também, as divergências, quando se trata do nosso sistema de adoção, que é muito criticado por sua demora, e por nunca conseguir diminuir a quantidade de adotados disponíveis em nosso sistema. Tentou-se também mostrar o quanto e divergente a ideia de quem e o real causador desta demora, se a culpa é somente do Estado na execução de seu sistema, ou se os próprios candidatos impactam neste problema, que será vertente para o próximo problema que foi abordado, que são as consequências da demora na adoção, deixando as crianças por muito tempo em abrigos ou a mercê de, familiares sem estrutura para cria-los. Com isso pode se concluir que os únicos que tem a perder nessa bagunça toda são apenas as crianças, que terão seu desenvolvimento psicossocial comprometido. O trabalho foi realizado por meio de revisão de literatura, com pesquisas em sites, livros e revistas de referência de alta relevância para área de estudo, através do método dedutivo.

Palavras-chave: Adotandos. Demora. Criança. Evolução. Consequências.

## **ACIDENTE DE TRÂNSITO DEVIDO EMBRIAGUEZ: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE DO CONDUTOR?**

### **TRAFFIC ACCIDENT DUE TO DRUNK: EVENTUAL DOLO OR CONSCIOUS GUILTY OF THE DRIVER?**

Gustavo Romero MARCCHIORI

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo realizar a abordagem sobre casos de acidente de trânsito no qual o condutor do veículo se encontra em estado de embriagues. Para tanto, será analisado se o agente será responsabilizado pelo resultado através do instituto do dolo eventual ou da culpa consciente. Assim, será necessário um estudo sobre ambos institutos, pois na teoria ambos se mostram de formas muito distintas, mas no caso concreto a sua diferenciação é de suma dificuldade, uma vez que para saber se o agente agiu por culpa ou dolo deve-se observar se no momento do resultado este agiu com a vontade ou assentimento, ou não se importou com o possível resultado lesivo. Contudo, verifica-se a existência de lacunas no que diz respeito a este assunto, uma vez que ainda existem divergências entre os tribunais, e como o elemento principal para sua análise é a vontade do agente, um entendimento uniforme ainda se mostra muito distante. A metodologia para a realização do trabalho foi baseado em revisões de literaturas, pautando-se em pesquisas bibliográficas, como também realizadas pesquisas em sites que discutem a temática.

Palavras-chave: Dolo eventual. Culpa consciente. Embriagues no volante.

## **ACIDENTE DE TRÂNSITO DEVIDO EMBRIAGUEZ: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE DO CONDUTOR?**

### **TRAFFIC ACCIDENT DUE TO DRUNK: EVENTUAL DOLO OR CONSCIOUS GUILTY OF THE DRIVER?**

Gustavo Romero MARCCHIORI

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo realizar a abordagem sobre casos de acidente de trânsito no qual o condutor do veículo se encontra em estado de embriagues. Para tanto, será analisado se o agente será responsabilizado pelo resultado através do instituto do dolo eventual ou da culpa consciente. Assim, será necessário um estudo sobre ambos institutos, pois na teoria ambos se mostram de formas muito distintas, mas no caso concreto a sua diferenciação é de suma dificuldade, uma vez que para saber se o agente agiu por culpa ou dolo deve-se observar se no momento do resultado este agiu com a vontade ou assentimento, ou não se importou com o possível resultado lesivo. Contudo, verifica-se a existência de lacunas no que diz respeito a este assunto, uma vez que ainda existem divergências entre os tribunais, e como o elemento principal para sua análise é a vontade do agente, um entendimento uniforme ainda se mostra muito distante. A metodologia para a realização do trabalho foi baseado em revisões de literaturas, pautando-se em pesquisas bibliográficas, como também realizadas pesquisas em sites que discutem a temática.

Palavras-chave: Dolo eventual. Culpa consciente. Embriagues no volante.

**FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA·  
A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.439 ENTRE HANS  
KELSEN E CARL SCHMITT**

**THE DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 4.439 UNDER THE  
PERSPECTIVE OF HANS KELSEN AND CARL SCHMITT**

Jorge Luís dos Santos LOURENÇON  
Ana Maria Ortega ALONSO

**RESUMO**

No século XX, os pensadores Hans Kelsen e Carl Schmitt travaram um embate sobre a quem incumbiria a guarda da Constituição. Para aquele, a tarefa seria de um órgão técnico, qual seja, uma corte constitucional. Para o segundo, o chefe de Estado seria o responsável, por ser detentor da vontade política. Discute-se, neste estudo, a qual teoria o Supremo Tribunal Federal se mostrou afim quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439, em que se decidiu pela compatibilidade do ensino religioso de natureza confessional, na rede pública de ensino, com a Constituição Federal de 1988. Este trabalho tem por objetivo questionar a utilização de argumentos jurídicos e políticos, pela Suprema Corte, sob a ótica das teorias da Constituição de Kelsen e Schmitt, bem como contribuir para os estudos acerca da laicidade do Estado no Brasil. Pela análise de votos dos Ministros, tem-se que a argumentação técnica restou vencida por uma argumentação jurídica e de ordem política, em consonância com a vontade popular. Conclui-se que a atuação do STF se distanciou da guarda da Carta Política tal como pretendida por Hans Kelsen. A metodologia empregada é a revisão bibliográfica, sob o método dedutivo.

Palavras-chave: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Hans Kelsen. Carl Schmitt. Teoria da Constituição. Laicidade.

**INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS CONDENAÇÕES PENAIS: liberdade de imprensa vs. presunção de inocência**

**INFLUENCE OF THE MEDIA ON CRIMINAL CONVICION: freedom of the press vs. presumption of innocence**

José Heitor Domingues LAUREANO  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade a interpretação da relação entre mídia e direito penal, mais especificamente o direito fundamental de liberdade de imprensa e presunção de inocência do réu. A mídia é a maior influenciadora da contemporaneidade é uma reguladora da democracia e possui alicerces bem definidos na Constituição Federal, o problema ocorre quando essa influência se sobrepõe a outros direitos. Ao especular e realizar o chamado jornalismo investigativo a mídia acaba por tendenciar a opinião popular sobre autores de crimes e isso gera uma pressão. Quando se escolhe um alvo a população fixa-se neste e por fim a pressão pela sua condenação é mais alta do que as provas. Por isso, é importante correlacionar e entender quais são os elementos que criam a linha de definição entre o informar e quando este ultrapassa limites, como o direito à privacidade e a presunção de inocência. Como resolver este conflito é objetivo deste trabalho. A metodologia foi jurídico-sociológica, pela vertente dedutiva.

Palavras-chaves: Direito Penal. Presunção de inocência. Liberdade de imprensa. Direitos fundamentais.

**INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS CONDENAÇÕES PENAIS: liberdade de imprensa vs. presunção de inocência**

**INFLUENCE OF THE MEDIA ON CRIMINAL CONVICION: freedom of the press vs. presumption of innocence**

José Heitor Domingues LAUREANO  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade a interpretação da relação entre mídia e direito penal, mais especificamente o direito fundamental de liberdade de imprensa e presunção de inocência do réu. A mídia é a maior influenciadora da contemporaneidade é uma reguladora da democracia e possui alicerces bem definidos na Constituição Federal, o problema ocorre quando essa influência se sobrepõe a outros direitos. Ao especular e realizar o chamado jornalismo investigativo a mídia acaba por tendenciar a opinião popular sobre autores de crimes e isso gera uma pressão. Quando se escolhe um alvo a população fixa-se neste e por fim a pressão pela sua condenação é mais alta do que as provas. Por isso, é importante correlacionar e entender quais são os elementos que criam a linha de definição entre o informar e quando este ultrapassa limites, como o direito à privacidade e a presunção de inocência. Como resolver este conflito é objetivo deste trabalho. A metodologia foi jurídico-sociológica, pela vertente dedutiva.

Palavras-chaves: Direito Penal. Presunção de inocência. Liberdade de imprensa. Direitos fundamentais.

**A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19 PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DOS MEIOS TECNOLÓGICOS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CONTRIBUIÇÃO PARA A ADVOCACIA 4.0.**

**THE INFLUENCE OF THE COVID-19 PANDEMIC FOR EFFECTIVE COMPLIANCE WITH THE TECHNOLOGICAL MEANS PROVIDED IN THE CIVIL PROCEDURE CODE AND THE CONTRIBUTION TO LAWYER 4.0**

Júlia Aguiar Whitaker GUIMARÃES

**RESUMO**

O presente trabalho possui como objetivo analisar a influência da pandemia na utilização efetiva dos meios tecnológicos previstos no Código de Processo Civil, bem como, sua contribuição para o futuro jurídico através da advocacia 4.0. Busca-se constatar a efetividade do uso de tecnologias e o resultado prático em relação A celeridade e qualidade do serviço prestado. O método empregado foi hipotético-dedutivo, tendo como base da pesquisa portais eletrônicos, revistas eletrônicas, doutrinas, artigos jurídicos, legislação, normas infra legais e sítios eletrônicos. Da análise sistemática às bases pesquisadas foi possível identificar muitas dificuldades vivenciadas pela comunidade jurídica pelo fato de não ser praxe a utilização do ambiente virtual na prática forense quando se trata de cumprimento de atos, sessões de julgamento, audiências e juntada de documentos, ambos de forma virtual. Contudo, foi possível concluir que a utilização da tecnologia e dos ambientes virtuais são de suma importância, projetando o futuro com a advocacia 4.0, *Home Office*, utilização dos meios tecnológicos e ambientes virtuais, de outra banda, é também extremamente necessário e urgente o desenvolvimento e aperfeiçoamento de normas para segurança, prática dos atos e fiscalização dos mesmos, tendo em vista que a tecnologia ante seu resultado prático veio para ficar.

Palavras-chave: Pandemia. Tecnologia. Advocacia 4.0.

**A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19 PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DOS MEIOS TECNOLÓGICOS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CONTRIBUIÇÃO PARA A ADVOCACIA 4.0.**

**THE INFLUENCE OF THE COVID-19 PANDEMIC FOR EFFECTIVE COMPLIANCE WITH THE TECHNOLOGICAL MEANS PROVIDED IN THE CIVIL PROCEDURE CODE AND THE CONTRIBUTION TO LAWYER 4.0**

Júlia Aguiar Whitaker GUIMARÃES

**RESUMO**

O presente trabalho possui como objetivo analisar a influência da pandemia na utilização efetiva dos meios tecnológicos previstos no Código de Processo Civil, bem como, sua contribuição para o futuro jurídico através da advocacia 4.0. Busca-se constatar a efetividade do uso de tecnologias e o resultado prático em relação A celeridade e qualidade do serviço prestado. O método empregado foi hipotético-dedutivo, tendo como base da pesquisa portais eletrônicos, revistas eletrônicas, doutrinas, artigos jurídicos, legislação, normas infra legais e sítios eletrônicos. Da análise sistemática às bases pesquisadas foi possível identificar muitas dificuldades vivenciadas pela comunidade jurídica pelo fato de não ser praxe a utilização do ambiente virtual na prática forense quando se trata de cumprimento de atos, sessões de julgamento, audiências e juntada de documentos, ambos de forma virtual. Contudo, foi possível concluir que a utilização da tecnologia e dos ambientes virtuais são de suma importância, projetando o futuro com a advocacia 4.0, *Home Office*, utilização dos meios tecnológicos e ambientes virtuais, de outra banda, é também extremamente necessário e urgente o desenvolvimento e aperfeiçoamento de normas para segurança, prática dos atos e fiscalização dos mesmos, tendo em vista que a tecnologia ante seu resultado prático veio para ficar.

Palavras-chave: Pandemia. Tecnologia. Advocacia 4.0.

**A MISTANÁSIA NO BRASIL FRENTE À PANDEMIA DA COVID-  
19**

**MYSTANASIA IN BRAZIL IN FRONT OF THE COVID-19  
PANDEMIC**

Juliana Marim dos SANTOS  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar a punibilidade do estado nos casos de mistanásia durante a pandemia de COVID-19 de acordo com a Constituição Federal. Sendo estudado o significado de mistanásia, consistindo na morte miserável de pessoas que não recebem o tratamento necessário ou não chega a consegui-lo por seu condicionamento político, sociológico ou econômico e pelo fato de depender do atendimento público de saúde, a penalidade que o Estado deve sofrer por infringir o direito inviolável da vida e a intensificação do problema já existente no Sistema Único de Saúde devido a pandemia. A metodologia empregada é o método dedutivo através de meios digitais, artigos e legislações relacionadas ao tema. Nota-se assim, após a pesquisa que o Estado não está cumprindo seu dever de fiscalizar e proporcionar saúde igualitária a todos.

Palavra chave: Direito fundamental da vida. Mistanásia. Pandemia da COVID-19. Saúde Pública.

**A MISTANÁSIA NO BRASIL FRENTE À PANDEMIA DA COVID-  
19**

**MYSTANASIA IN BRAZIL IN FRONT OF THE COVID-19  
PANDEMIC**

Juliana Marim dos SANTOS  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar a punibilidade do estado nos casos de mistanásia durante a pandemia de COVID-19 de acordo com a Constituição Federal. Sendo estudado o significado de mistanásia, consistindo na morte miserável de pessoas que não recebem o tratamento necessário ou não chega a consegui-lo por seu condicionamento político, sociológico ou econômico e pelo fato de depender do atendimento público de saúde, a penalidade que o Estado deve sofrer por infringir o direito inviolável da vida e a intensificação do problema já existente no Sistema Único de Saúde devido a pandemia. A metodologia empregada é o método dedutivo através de meios digitais, artigos e legislações relacionadas ao tema. Nota-se assim, após a pesquisa que o Estado não está cumprindo seu dever de fiscalizar e proporcionar saúde igualitária a todos.

Palavra chave: Direito fundamental da vida. Mistánásia. Pandemia da COVID-19. Saúde Pública.

**DESVENDANDO O RECENTE INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE E  
SUA INTERFERÊNCIA NO MUNDO JURÍDICO**

**UNVEILING THE RECENT INSTITUTE OF MULTIPROPRIETY AND ITS  
INTERFERENCE IN THE LEGAL WORLD**

Karoline PONDIAN  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente trabalho apresenta como objetivo central realizar estudos sobre o instituto da multipropriedade imobiliária, com uma breve explanação sobre sua origem e sua recente regulamentação no Brasil através da Lei Nº 13.777 de 20 de dezembro de 2018. Busca-se analisar as principais características, formas de aquisição e administração dos imóveis inseridos nesse regime de propriedade. Pretende-se elucidar também sobre sua função social e as mudanças que trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro, bem como, a sua natureza jurídica, a relação com os direitos reais e os efeitos dessa nova modalidade de condomínio com sua perspectiva no mercado imobiliário. Diante do estudo, foi possível concluir que a multipropriedade se estabeleceu no meio jurídico como uma nova espécie de condomínio com regulamentação própria, trazendo maior segurança jurídica para seus adquirentes e inovando na utilização da propriedade tradicional, cumprindo grande êxito sua função social. O trabalho foi realizado por meio de revisão de leituras, pesquisas em sites e embasado sobre o ordenamento jurídico que ampara o nosso País.

Palavras-chave: Multipropriedade. Direitos reais. Condomínio.

**DESVENDANDO O RECENTE INSTITUTO DA MULTIPROPRIEDADE E  
SUA INTERFERÊNCIA NO MUNDO JURÍDICO**

**UNVEILING THE RECENT INSTITUTE OF MULTIPROPRIETY AND ITS  
INTERFERENCE IN THE LEGAL WORLD**

Karoline PONDIAN  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente trabalho apresenta como objetivo central realizar estudos sobre o instituto da multipropriedade imobiliária, com uma breve explanação sobre sua origem e sua recente regulamentação no Brasil através da Lei Nº 13.777 de 20 de dezembro de 2018. Busca-se analisar as principais características, formas de aquisição e administração dos imóveis inseridos nesse regime de propriedade. Pretende-se elucidar também sobre sua função social e as mudanças que trouxe para o ordenamento jurídico brasileiro, bem como, a sua natureza jurídica, a relação com os direitos reais e os efeitos dessa nova modalidade de condomínio com sua perspectiva no mercado imobiliário. Diante do estudo, foi possível concluir que a multipropriedade se estabeleceu no meio jurídico como uma nova espécie de condomínio com regulamentação própria, trazendo maior segurança jurídica para seus adquirentes e inovando na utilização da propriedade tradicional, cumprindo grande êxito sua função social. O trabalho foi realizado por meio de revisão de leituras, pesquisas em sites e embasado sobre o ordenamento jurídico que ampara o nosso País.

Palavras-chave: Multipropriedade. Direitos reais. Condomínio.

**COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA: legislação e valores empresariais frente a minimização de improbidades**

**COMPLIANCE AND CORPORATE GOVERNANCE: legislation and business values in front of minimization of improbities**

Laís Lidiane ZORZENON  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

A corrupção é um problema mundial, e se intensificou devido AS transações entre países e o crescente montante de dinheiro. O presente trabalho objetivou tratar essa questão do combate à corrupção, através dos Programas de Compliance dentro das organizações. O Programa reúne um conjunto de regras e procedimentos legais que depois de definido, serão implantados a fim de mapear, prevenir e detectar atos ilegais através da junção DA legislação e políticas internas particulares. Desta forma é possível a reestruturação da organização, fortalecendo a sintonia de todos os departamentos a fim de minimizar a corrupção, agregando valores a empresa. Aborta ainda o crescimento desse Programa, a partir da promulgação da Lei 12.846/13 – Lei Anticorrupção, que trouxe em seu texto a responsabilização das empresas, sempre que praticarem atos lesivos contra a administração pública. A partir disso, conclui-se que é essencial que as organizações se adequem e entendam os benefícios do Programa para a Governança Corporativa, no mapeamento de riscos, e na integração da dimensão cultural organizacional. O trabalho foi realizado pelo método dedutivo, e por meio de revisão de literatura, com pesquisas em sites, livros e revistas de referência para área.

Palavras-chave: Compliance. Corrupção. Lei 12.248/13.

**COMPLIANCE E GOVERNANÇA CORPORATIVA: legislação e valores empresariais frente a minimização de improbidades**

**COMPLIANCE AND CORPORATE GOVERNANCE: legislation and business values in front of minimization of improbities**

Laís Lidiane ZORZENON  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

A corrupção é um problema mundial, e se intensificou devido AS transações entre países e o crescente montante de dinheiro. O presente trabalho objetivou tratar essa questão do combate à corrupção, através dos Programas de Compliance dentro das organizações. O Programa reúne um conjunto de regras e procedimentos legais que depois de definido, serão implantados a fim de mapear, prevenir e detectar atos ilegais através da junção DA legislação e políticas internas particulares. Desta forma é possível a reestruturação da organização, fortalecendo a sintonia de todos os departamentos a fim de minimizar a corrupção, agregando valores a empresa. Aborta ainda o crescimento desse Programa, a partir da promulgação da Lei 12.846/13 – Lei Anticorrupção, que trouxe em seu texto a responsabilização das empresas, sempre que praticarem atos lesivos contra a administração pública. A partir disso, conclui-se que é essencial que as organizações se adequem e entendam os benefícios do Programa para a Governança Corporativa, no mapeamento de riscos, e na integração da dimensão cultural organizacional. O trabalho foi realizado pelo método dedutivo, e por meio de revisão de literatura, com pesquisas em sites, livros e revistas de referência para área.

Palavras-chave: Compliance. Corrupção. Lei 12.248/13.

# **A IMPORTÂNCIA DE UMA LEGISLAÇÃO PRÓPRIA PARA AS FINTECHS**

## **THE IMPORTANCE OF OWN LEGISLATION FOR FINTECHS**

Higor Aparecido FIDELIS  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

A tecnologia se torna fundamental para evolução da sociedade, na área financeira não é diferente, visando os malefícios trazidos pelo Monopólio Bancário, nasce as Fintechs, que são startups, ou seja, empresas que se utilizam totalmente de tecnologia para seus processos e transações, isso acarreta na desburocratização do sistema financeiro. O trabalho de pesquisa justifica-se na falta de legislação específica para as Fintechs, levando em consideração a falta de proteção e segurança que isso causa tanto as empresas quanto para os clientes, haja vista o crescimento gigantesco do segmento em nosso país. O presente trabalho de estudo e pesquisa tem como objetivo, demonstrar o fenômeno Fintech que vem se tornando mais presente na vida dos brasileiros, juntamente demonstrando como trabalha essas empresas, e quais são os segmentos de atuação, e em foco a falta de um texto de lei, regulamentando as operações, e respaldo jurídico para segurança das mesmas. O trabalho demonstrou que, por mais que as Fintechs, não tenha uma legislação própria, integram fortemente o cenário financeiro nacional. O trabalho utilizou o método Estruturalista, e proporciona enriquecimento pessoal e coletivo, logo um tema presente no cotidiano de muitos brasileiros, visando o avanço e desburocratização do setor.

Palavras-chave: Fintech. Tecnologia. Legislação Própria.

# **A IMPORTÂNCIA DE UMA LEGISLAÇÃO PRÓPRIA PARA AS FINTECHS**

## **THE IMPORTANCE OF OWN LEGISLATION FOR FINTECHS**

Higor Aparecido FIDELIS  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

A tecnologia se torna fundamental para evolução da sociedade, na área financeira não é diferente, visando os malefícios trazidos pelo Monopólio Bancário, nasce as Fintechs, que são startups, ou seja, empresas que se utilizam totalmente de tecnologia para seus processos e transações, isso acarreta na desburocratização do sistema financeiro. O trabalho de pesquisa justifica-se na falta de legislação específica para as Fintechs, levando em consideração a falta de proteção e segurança que isso causa tanto as empresas quanto para os clientes, haja vista o crescimento gigantesco do segmento em nosso país. O presente trabalho de estudo e pesquisa tem como objetivo, demonstrar o fenômeno Fintech que vem se tornando mais presente na vida dos brasileiros, juntamente demonstrando como trabalha essas empresas, e quais são os segmentos de atuação, e em foco a falta de um texto de lei, regulamentando as operações, e respaldo jurídico para segurança das mesmas. O trabalho demonstrou que, por mais que as Fintechs, não tenha uma legislação própria, integram fortemente o cenário financeiro nacional. O trabalho utilizou o método Estruturalista, e proporciona enriquecimento pessoal e coletivo, logo um tema presente no cotidiano de muitos brasileiros, visando o avanço e desburocratização do setor.

Palavras-chave: Fintech. Tecnologia. Legislação Própria.

# **SEPARAÇÃO DOS PODERES E SUA ORGANIZAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

## **SEPARATION OF POWERS AND THEIR ORGANIZATION IN THE DEMOCRATIC STATE OF LAW**

João Carlos Garcia de ALMEIDA

### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo dissertar sobre a teoria da Tripartição dos poderes e suas atribuições, mas também a organização do estado frente aos poderes que a ele exercem funções, tais como legislar, administrar e julgar por via de regra utiliza-se de funções típicas mais que excepcionalmente atribui funções atípicas em alguns casos. A divisão dos poderes do estado é estabelecida ao Poder Legislativo, Executivo e Judiciário esses órgãos foram estabelecidos pela Constituição Federal, a famosa “Carta Magna” a suprema de todo ordenamento Jurídico Brasileiro. O artigo também faz um relato histórico que fala de onde veio e como começou essa ideia de Separação dos poderes, relata todas as teorias filosóficas que deram início ao sistema e o intuito. No decorrer do artigo será demonstrado as funções do estado, pois é a base para organização de todo poder Uno e indivisível que é do estado, no tocante a estrutura do estado ele é composto pelos elementos: população, território e governo. A tripartição dos poderes tem intuito de preservar o controle e a organização estatal, e tornou o Brasil um Estado Democrático de direito. Para o desenvolvimento deste artigo foram realizadas revisões bibliográficas e descritivas, mediante auxílio por buscas eletrônicas, e principalmente na doutrina brasileira, e outros conteúdos da área de direito; livros, monografias.

Palavras-chave: Tripartição dos poderes. Estado. Os Três Poderes. Constituição Federal.

# **SEPARAÇÃO DOS PODERES E SUA ORGANIZAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

## **SEPARATION OF POWERS AND THEIR ORGANIZATION IN THE DEMOCRATIC STATE OF LAW**

João Carlos Garcia de ALMEIDA

### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo dissertar sobre a teoria da Tripartição dos poderes e suas atribuições, mas também a organização do estado frente aos poderes que a ele exercem funções, tais como legislar, administrar e julgar por via de regra utiliza-se de funções típicas mais que excepcionalmente atribui funções atípicas em alguns casos. A divisão dos poderes do estado é estabelecida ao Poder Legislativo, Executivo e Judiciário esses órgãos foram estabelecidos pela Constituição Federal, a famosa “Carta Magna” a suprema de todo ordenamento Jurídico Brasileiro. O artigo também faz um relato histórico que fala de onde veio e como começou essa ideia de Separação dos poderes, relata todas as teorias filosóficas que deram início ao sistema e o intuito. No decorrer do artigo será demonstrado as funções do estado, pois é a base para organização de todo poder Uno e indivisível que é do estado, no tocante a estrutura do estado ele é composto pelos elementos: população, território e governo. A tripartição dos poderes tem intuito de preservar o controle e a organização estatal, e tornou o Brasil um Estado Democrático de direito. Para o desenvolvimento deste artigo foram realizadas revisões bibliográficas e descritivas, mediante auxílio por buscas eletrônicas, e principalmente na doutrina brasileira, e outros conteúdos da área de direito; livros, monografias.

Palavras-chave: Tripartição dos poderes. Estado. Os Três Poderes. Constituição Federal.

**A FIDELIDADE RECÍPROCA DOS CÔNJUGES CABÍVEL A  
CLÁUSULA INDENIZATÓRIA POR TRAIÇÃO, NO PACTO  
ANTENUPCIAL**

**THE RECIPROCAL LOYALTY OF APPLICABLE CASES THE  
INDEMNITY CLAUSE FOR TREASON, IN THE ANTENUPCIAL OF THE  
PACT**

João Marcio Pinto PAULON  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

Será estudado a seguir os aspetos do casamento e da união estável, as obrigações do casamento como a fidelidade recíproca e a vida em comum no domicílio conjugal, e se podem ser elencadas no pacto antenupcial. A problemática se deu após ampla discussão sobre o tema da fidelidade recíproca, se pode ser elencada no pacto antenupcial, e sua divergência doutrinária, que diz se é cabível haver uma cláusula do tipo, e se a lei permite tal cláusula no pacto antenupcial. A regulamentação da fidelidade recíproca, vem como modo de punir o cônjuge que descumpra tal obrigação, indenizando o cônjuge traído, já a obrigação de dever de vida em comum, não pode ser elencada visando permitir que os cônjuges vivam separados. O tema justifica-se por estar tomando força e notoriedade somente agora, após vários casos repercutirem na mídia. Com o estudo do tema conclui-se que se pôr vontade de ambos os cônjuges ou companheiros, poderá ser elencada cláusula indenizatória em caso de traição, além de ser permitido eles escolherem o regime de bens, além de estipular outras condições para a melhor convivência conjugal. A metodologia utilizada no presente artigo, constou-se do método dedutivo, utilizando-se bibliografia, artigos de internet e uso de casos.

Palavras-chaves: Casamento. Cláusula. Fidelidade. Matrimonial. Indenizável.

**A FIDELIDADE RECÍPROCA DOS CÔNJUGES CABÍVEL A  
CLÁUSULA INDENIZATÓRIA POR TRAIÇÃO, NO PACTO  
ANTENUPCIAL**

**THE RECIPROCAL LOYALTY OF APPLICABLE CASES THE  
INDEMNITY CLAUSE FOR TREASON, IN THE ANTENUPCIAL OF THE  
PACT**

João Marcio Pinto PAULON  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

Será estudado a seguir os aspetos do casamento e da união estável, as obrigações do casamento como a fidelidade recíproca e a vida em comum no domicílio conjugal, e se podem ser elencadas no pacto antenupcial. A problemática se deu após ampla discussão sobre o tema da fidelidade recíproca, se pode ser elencada no pacto antenupcial, e sua divergência doutrinária, que diz se é cabível haver uma cláusula do tipo, e se a lei permite tal cláusula no pacto antenupcial. A regulamentação da fidelidade recíproca, vem como modo de punir o cônjuge que descumpra tal obrigação, indenizando o cônjuge traído, já a obrigação de dever de vida em comum, não pode ser elencada visando permitir que os cônjuges vivam separados. O tema justifica-se por estar tomando força e notoriedade somente agora, após vários casos repercutirem na mídia. Com o estudo do tema conclui-se que se pôr vontade de ambos os cônjuges ou companheiros, poderá ser elencada cláusula indenizatória em caso de traição, além de ser permitido eles escolherem o regime de bens, além de estipular outras condições para a melhor convivência conjugal. A metodologia utilizada no presente artigo, constou-se do método dedutivo, utilizando-se bibliografia, artigos de internet e uso de casos.

Palavras-chaves: Casamento. Cláusula. Fidelidade. Matrimonial. Indenizável.

## **DIREITO AO ESQUECIMENTO RIGHT TO FORGET**

João Victor Silva OLIVEIRA

### **RESUMO**

O presente trabalho foi realizado com o intuito de analisar as características e situações que envolvem o direito ao esquecimento em relação aos condenados, apontando os diversos liames diante a efetiva realização deste benefício concedido pelo Estado. Pautado no Direito da Personalidade, foi feita uma análise introdutória seguida dos institutos que o envolvem, tais como a reabilitação criminal. O direito ao esquecimento tomou forma no mundo jurídico brasileiro com o enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, ao afirmar que o referido tema está incluído na tutela da Dignidade da Pessoa Humana, sendo desde indissociável. Em razão disso, busca-se fazer um observação dessa garantia diante da evolução tecnológica, da expansão das ferramentas de comunicação e disseminação de informações. O tema ganhou visibilidade na atual era informacional, principalmente por serem responsáveis pela eternização das informações. As novas tecnologias vedaram o esquecimento, com serviços cujo produto final é a perpetuação de dados. Diante disso, busca-se debater a viabilidade do direito a ser esquecido, frente as garantias constitucionais de liberdade de imprensa e acesso à informação.

**Palavras-chave:** Direito Civil. Condenados. Reabilitação criminal. Indissociável. Tecnologia.

## **DIREITO AO ESQUECIMENTO RIGHT TO FORGET**

João Victor Silva OLIVEIRA

### **RESUMO**

O presente trabalho foi realizado com o intuito de analisar as características e situações que envolvem o direito ao esquecimento em relação aos condenados, apontando os diversos liames diante a efetiva realização deste benefício concedido pelo Estado. Pautado no Direito da Personalidade, foi feita uma análise introdutória seguida dos institutos que o envolvem, tais como a reabilitação criminal. O direito ao esquecimento tomou forma no mundo jurídico brasileiro com o enunciado nº 531 da VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, ao afirmar que o referido tema está incluído na tutela da Dignidade da Pessoa Humana, sendo desde indissociável. Em razão disso, busca-se fazer um observação dessa garantia diante da evolução tecnológica, da expansão das ferramentas de comunicação e disseminação de informações. O tema ganhou visibilidade na atual era informacional, principalmente por serem responsáveis pela eternização das informações. As novas tecnologias vedaram o esquecimento, com serviços cujo produto final é a perpetuação de dados. Diante disso, busca-se debater a viabilidade do direito a ser esquecido, frente as garantias constitucionais de liberdade de imprensa e acesso à informação.

**Palavras-chave:** Direito Civil. Condenados. Reabilitação criminal. Indissociável. Tecnologia.

**FEMINICÍDIO E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA·  
A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.439 ENTRE HANS  
KELSEN E CARL SCHMITT**

**THE DIRECT ACTION OF UNCONSTITUTIONALITY 4.439 UNDER THE  
PERSPECTIVE OF HANS KELSEN AND CARL SCHMITT**

Jorge Luís dos Santos LOURENÇON  
Ana Maria Ortega ALONSO

**RESUMO**

No século XX, os pensadores Hans Kelsen e Carl Schmitt travaram um embate sobre a quem incumbiria a guarda da Constituição. Para aquele, a tarefa seria de um órgão técnico, qual seja, uma corte constitucional. Para o segundo, o chefe de Estado seria o responsável, por ser detentor da vontade política. Discute-se, neste estudo, a qual teoria o Supremo Tribunal Federal se mostrou afim quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.439, em que se decidiu pela compatibilidade do ensino religioso de natureza confessional, na rede pública de ensino, com a Constituição Federal de 1988. Este trabalho tem por objetivo questionar a utilização de argumentos jurídicos e políticos, pela Suprema Corte, sob a ótica das teorias da Constituição de Kelsen e Schmitt, bem como contribuir para os estudos acerca da laicidade do Estado no Brasil. Pela análise de votos dos Ministros, tem-se que a argumentação técnica restou vencida por uma argumentação jurídica e de ordem política, em consonância com a vontade popular. Conclui-se que a atuação do STF se distanciou da guarda da Carta Política tal como pretendida por Hans Kelsen. A metodologia empregada é a revisão bibliográfica, sob o método dedutivo.

Palavras-chave: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Hans Kelsen. Carl Schmitt. Teoria da Constituição. Laicidade.

**ORIGENS E FORMATOS DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO  
BRASIL: A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO  
PREMIADA SOB À LUZ DA LEI 12.850/13**

**ORIGINS AND FORMATS OF CRIMINAL ORGANIZATIONS IN  
BRAZIL: THE APPLICATION OF THE COLLABORATION  
INSTITUTE AWARDED UNDER LIGHT OF LAW 12.850/13**

Lara Hauschil ROMÃO  
Ademir Gasques SANCHES

**RESUMO**

O objetivo do presente artigo é analisar os mecanismos do Crime Organizado no Brasil, dando destaque as teorias acerca de seu nascimento e desenvolvimento na sociedade brasileira. Notoriamente, descrever o percurso da legislação no ordenamento jurídico, destacando respectivamente o art. 288 do Código Penal, e as Leis 9.034/95 (revogada) e 12.850/13 (em vigência), delineando na prática um dos principais métodos investigativos da Lei de Crime Organizado no Brasil, sendo o instituto da colaboração premiada. Busca levantar apontamentos acerca de sua natureza, do momento processual em que é proposta ou requerida a celebração do acordo de colaboração premiada, constituindo o principal viés utilizado pela força policial para auxiliar na Operação Lava Jato. Outrossim, expõe críticas ao instituto, como o descumprimento da ampla defesa, a realidade de sua aplicação na persecução penal, e os resultados que apresentam no combate e desconstrução das organizações criminosas. O artigo foi realizado por meio de revisão de leitura, com pesquisas em sites e livros e outros materiais de referência para a área, com o escopo de constituir uma revisão bibliográfica crítica da utilização e empenho do instituto da colaboração premiada previsto na Lei 12.850/13.

Palavras-chave: Crime organizado. Colaboração premiada. Operação Lava Jato.  
Métodos investigativos.

**ORIGENS E FORMATOS DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO  
BRASIL: A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO  
PREMIADA SOB À LUZ DA LEI 12.850/13**

**ORIGINS AND FORMATS OF CRIMINAL ORGANIZATIONS IN  
BRAZIL: THE APPLICATION OF THE COLLABORATION  
INSTITUTE AWARDED UNDER LIGHT OF LAW 12.850/13**

Lara Hauschil ROMÃO  
Ademir Gasques SANCHES

**RESUMO**

O objetivo do presente artigo é analisar os mecanismos do Crime Organizado no Brasil, dando destaque as teorias acerca de seu nascimento e desenvolvimento na sociedade brasileira. Notoriamente, descrever o percurso da legislação no ordenamento jurídico, destacando respectivamente o art. 288 do Código Penal, e as Leis 9.034/95 (revogada) e 12.850/13 (em vigência), delineando na prática um dos principais métodos investigativos da Lei de Crime Organizado no Brasil, sendo o instituto da colaboração premiada. Busca levantar apontamentos acerca de sua natureza, do momento processual em que é proposta ou requerida a celebração do acordo de colaboração premiada, constituindo o principal viés utilizado pela força policial para auxiliar na Operação Lava Jato. Outrossim, expõe críticas ao instituto, como o descumprimento da ampla defesa, a realidade de sua aplicação na persecução penal, e os resultados que apresentam no combate e desconstrução das organizações criminosas. O artigo foi realizado por meio de revisão de leitura, com pesquisas em sites e livros e outros materiais de referência para a área, com o escopo de constituir uma revisão bibliográfica crítica da utilização e empenho do instituto da colaboração premiada previsto na Lei 12.850/13.

Palavras-chave: Crime organizado. Colaboração premiada. Operação Lava Jato.  
Métodos investigativos.

**DESMISTIFICANDO OS ESTADOS DE EXCEÇÃO: POSSIBILIDADE DE APLICABILIDADE EM TEMPOS DE ANORMALIDADE SOCIAL E SANITÁRIA**

**DEMYSTIFYING STATES OF EXCEPTION: POSSIBILITY OF APPLICABILITY IN TIMES OF SOCIAL AND HEALT ABNORMALITY**

Laura Solfa DENAMI  
Eduardo CURY

**RESUMO**

As diversas teses do Direito Constitucional têm demonstrado a complexidade em conseguir determinar o caráter constitucional de determinadas situações de anormalidades. Em análise detalhada, procurou-se determinar a legalidade de cada ato praticado, bem como, no surgimento de conflitos de valores, a importância em sopesar os interesses que mereçam prevalecer frente uma crise constitucional. A metodologia utilizada é a dedutiva, contando com apoio de fontes como a Carta Magna, em natureza geral, além de seus desdobramentos dados por leis, atos do poder legislativo, doutrinas contemporânea e decisões dos Tribunais acerca do tema. Os valores postos em conflitos foram expostos e filtrados por ideias onde o bem-estar dos vulneráveis prevalecem beneficiados em uma relação de anormalidade negativa. Na análise de constitucionalidade dos atos estudados, procurando-se estabelecer quais critérios devem ser respeitados diante a resolução de conflitos, ante a ausência de regulamentação direta sobre a matéria em questão, pode-se concluir que, enquanto não oficializado os meios de sopesamento, é imprescindível impedir meios que sejam mais agressivos, e utilizar outros instrumentos disponibilizados pela Constituinte, além do poder de polícia concedido ao Estado, agindo em prol da saúde pública.

Palavras-chaves: Constituição. Ponderação. Estados de Exceções. Princípios.

**DESMISTIFICANDO OS ESTADOS DE EXCEÇÃO: POSSIBILIDADE DE APLICABILIDADE EM TEMPOS DE ANORMALIDADE SOCIAL E SANITÁRIA**

**DEMYSTIFYING STATES OF EXCEPTION: POSSIBILITY OF APPLICABILITY IN TIMES OF SOCIAL AND HEALT ABNORMALITY**

Laura Solfa DENAMI  
Eduardo CURY

**RESUMO**

As diversas teses do Direito Constitucional têm demonstrado a complexidade em conseguir determinar o caráter constitucional de determinadas situações de anormalidades. Em análise detalhada, procurou-se determinar a legalidade de cada ato praticado, bem como, no surgimento de conflitos de valores, a importância em sopesar os interesses que mereçam prevalecer frente uma crise constitucional. A metodologia utilizada é a dedutiva, contando com apoio de fontes como a Carta Magna, em natureza geral, além de seus desdobramentos dados por leis, atos do poder legislativo, doutrinas contemporânea e decisões dos Tribunais acerca do tema. Os valores postos em conflitos foram expostos e filtrados por ideias onde o bem-estar dos vulneráveis prevalecem beneficiados em uma relação de anormalidade negativa. Na análise de constitucionalidade dos atos estudados, procurando-se estabelecer quais critérios devem ser respeitados diante a resolução de conflitos, ante a ausência de regulamentação direta sobre a matéria em questão, pode-se concluir que, enquanto não oficializado os meios de sopesamento, é imprescindível impedir meios que sejam mais agressivos, e utilizar outros instrumentos disponibilizados pela Constituinte, além do poder de polícia concedido ao Estado, agindo em prol da saúde pública.

Palavras-chaves: Constituição. Ponderação. Estados de Exceções. Princípios.

**O DESLINDE DA CEGUEIRA DELIBERADA NO SISTEMA JURÍDICO *CIVIL LAW*  
E O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO**

**THE UNRIVEL OF WILLFUL BLINDNESS IN THE CIVIL LAW SYSTEM AND  
THE CRIME OF MONEY LAUNDERING**

Letícia Aguiar Almeida YAMANARI  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

O crime de lavagem de capitais é um crime de grande complexidade, que envolve diretamente a Ordem Econômica e Financeira do país. Em tempos de diversos escândalos relacionados a esse tipo de delito, principalmente com a operação Lava Jato, utilizar-se de uma teoria importada do direito norte-americano com o sistema jurídico *common law* poderá ocasionar grandes impasses no ordenamento jurídico brasileiro. O propósito do presente artigo é compreender a aplicabilidade da Cegueira Deliberada no sistema jurídico *civil law* e analisá-la sob a perspectiva do dolo e do princípio da legalidade, visto que o uso da teoria se encaixaria no dolo eventual, admitido em razão da modificação trazida em 2012 na Lei de Lavagem de Capitais. Para isso é necessário um estudo do elemento subjetivo do tipo penal, visto a tênue linha existente entre dolo eventual e culpa consciente. A aplicação desta teoria no Brasil é complexa e demanda cuidado, haja vista que pressupõe a responsabilidade penal objetiva. As modalidades de práticas de crimes econômicos evoluíram, e a jurisprudência também precisa evoluir, porém, com o conhecimento necessário para que se estabeleça uma estrutura teórica robusta, evitando extrapolar os limites da legalidade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Cegueira Deliberada. Lavagem de Dinheiro. Dolo eventual.

**LEI DO FEMINICÍDIO E MARIA DA PENHA: dispositivos ainda insuficientes  
no combate a violência contra à mulher?**

**FEMINICIDE LAW AND MARIA DA PENHA: devices still insufficient in  
combating violence against women?**

Letícia Mirely PORATO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O artigo desenvolvido tem o intuito de alcançar a similaridade de cada leitor e transformar em coletivo o olhar ao outro, especialmente ao feminino. Desenvolve-se ao decorrer dos temas abaixo elencados, a forma de como a violência contra a mulher percorre caminhos enraizados na sociedade, os quais só podem ser destruídos a partir do momento em que a realidade for vista e dita, deixando de lado a banalidade que cega a comunidade do País atualmente. A metodologia utilizada foi a descritiva qualitativa, baseada em livros, artigos digitais, notícias, jornais e pesquisas de campo já elaboradas, inclusive por gerações passadas de mulheres que já lutavam pela diferença. A conclusão baseia-se em uma perspectiva de mudança, tanto do pensamento individual de cada um, quanto do sistema de Justiça, provido atualmente de inibição da igualdade entre gêneros e ignorância quanto ao quinto lugar que o País ocupa no ranking de violência doméstica no mundo.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Liberdade. Justiça. Inferiorização.

**LEI DO FEMINICÍDIO E MARIA DA PENHA: dispositivos ainda insuficientes  
no combate a violência contra à mulher?**

**FEMINICIDE LAW AND MARIA DA PENHA: devices still insufficient in  
combating violence against women?**

Letícia Mirely PORATO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O artigo desenvolvido tem o intuito de alcançar a similaridade de cada leitor e transformar em coletivo o olhar ao outro, especialmente ao feminino. Desenvolve-se ao decorrer dos temas abaixo elencados, a forma de como a violência contra a mulher percorre caminhos enraizados na sociedade, os quais só podem ser destruídos a partir do momento em que a realidade for vista e dita, deixando de lado a banalidade que cega a comunidade do País atualmente. A metodologia utilizada foi a descritiva qualitativa, baseada em livros, artigos digitais, notícias, jornais e pesquisas de campo já elaboradas, inclusive por gerações passadas de mulheres que já lutavam pela diferença. A conclusão baseia-se em uma perspectiva de mudança, tanto do pensamento individual de cada um, quanto do sistema de Justiça, provido atualmente de inibição da igualdade entre gêneros e ignorância quanto ao quinto lugar que o País ocupa no ranking de violência doméstica no mundo.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Liberdade. Justiça. Inferiorização.

**PSICOPATIA: O CONTRASTE ENTRE ELUCIDAÇÃO  
LEGISLATIVA E COERÇÃO PRISIONAL**

**PSYCHOPATHY: THE CONTRAST BETWEEN LEGISLATIVE  
ELUCIDATION AND PRISON COERTION**

Lisiane Franzin ALVES

**RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo sobre a Psicopatia, suas particularidades e seus conceitos distintos, fazer uma análise de como o psicopata é tratado dentro da sociedade e qual seria seu destino ideal após a prática de determinado crime, como o Direito Penal Brasileiro abrange delitos deste potencial. De modo didático, serão apresentadas as características principais desses indivíduos na opinião de especialistas, as quais facilitam a identificação das pessoas que são portadores de tal doença. Desta maneira o teor embasado no presente artigo é relevante para estudo, pois a sociedade, historicamente, possui um conceito formado do que se trata esse distúrbio. Paradigmas estes que precisam ser rompidos, pois a teoria nem sempre é condizente com a realidade, esta é, muitas vezes, muito além do que se pode ponderar. Este artigo foi realizado por meio de leitura e interpretação, recorrendo a livros, revistas, artigos acadêmicos, estudo de casos concretos, pesquisas médicas e científicas do assunto em questão.

Palavras-chave: Psicopatia. Doença da mente. Moral. Crimes. Imputabilidade.

# A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

## CONDEMNATION IN ADVOCATORY FEES WITHIN THE SPACE OF CIVIL SPECIAL JUDGES

Lucas Eduardo dos SANTOS

### RESUMO

O trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo sobre os juizados especiais cíveis no Brasil, a importância do advogado no âmbito dos juizados, honorários advocatícios no âmbito dos juizados especiais e a solução imediata para falta de previsão de pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. A Lei nº 9099/95 foi constituída com a finalidade de dar acesso à justiça à população mais carente. Nesse sentido trouxe a possibilidade de as partes exercerem o *jus postulandi* para ações até vinte salários-mínimos e serem dispensadas de condenação em custas e honorários advocatícios em primeiro grau. A ausência de condenação em honorários advocatícios desencoraja a contratação de advogado na esfera dos juizados especiais. Nesse contexto fica demonstrado que é necessário fixar uma indenização aos advogados, pagos pela parte sucumbente, a fim de que sejam remunerados pelo trabalho desempenhado sendo o ideal uma reforma legislativa urgente na Lei nº 9099/95, principalmente em seu artigo 55. O trabalho foi realizado por meio de revisão de literatura, com pesquisa em sites e livros de referência para área de estudo.

Palavras-chave: Juizados Especiais. Honorários Advocatícios. Acesso à Justiça.

**DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO REO* À LUZ DA  
DECISÃO DE PRONÚNCIA**

**OF THE APPLICABILITY OF THE *IN DUBIO PRO REO* PRINCIPLE  
IN THE LIGHT OF THE PRONUNCIATION DECISION**

Lucas Henrique de Carvalho dos SANTOS  
Prof<sup>ª</sup> Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

Através da necessidade de providências capazes de contribuir para um devido processo penal cuja defesa seja exercida sem cerceamento, o escopo desta revisão bibliográfica é demonstrar que o princípio *in dubio pro societate* alimenta a insegurança jurídica quando aplicado sob a perspectiva do tribunal do júri, que ao contrário, o princípio *in dubio pro reo* observado diante da decisão de pronúncia, contribui para a correta aplicação da justiça dado o aspecto de incerteza advinda sobretudo de magistrados. O princípio *in dubio pro reo* se adequa e respeita a presunção de inocência que norteia especialmente o processo penal. Busca-se, portanto, verificar que não há subordinação hierárquica entre os fundamentos opostos, ambos têm o mesmo valor, a questão é que favorecer o réu quando não há certeza, além de disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, é uma premissa que deverá ser validada quando estivermos à frente do cabimento do procedimento do júri. Existem interpretações que caminham em direção contrária. Juristas que acreditam que o princípio *pro societate* se sobrepõe aquele contido na Carta Magna e assim, pode produzir um efeito significativo em relação à ocasião. Dessa forma, revela-se aspectos positivos na implementação desta regra, procurando erradicar injustiças e falhas no procedimento.

Palavras-chave: Decisão de Pronúncia. *In dubio pro reo*. *In dubio pro societate*. Ampla defesa. Garantia Constitucional.

## **O ARTIGO 216-A DO CÓDIGO PENAL E O ASSÉDIO SEXUAL NAS INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS**

### **ARTICLE 216-A OF THE CRIMINAL CODE AND SEXUAL HARASSMENT IN ACADEMIC INSTITUTIONS**

Lucas Vinicius Matioli Dias da COSTA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

O presente artigo apresenta como objetivo central realizar um estudo sobre o assédio sexual nas instituições acadêmicas, no qual professores cometem contra alunos. O assédio sexual consiste na prática de constranger alguém para obter vantagem sexual, numa relação em que o autor exerce influência sobre a vítima. Desde o início da civilização humana, o assédio sexual esteve presente, muitas vezes aceitado socialmente, era algo que não feria a moral, pode-se citar os casos entre mentores e pupilos na Grécia antiga. A relação entre aluno e professor também marcou a literatura brasileira, a exemplo da obra “Amar, verbo intransitivo” de Mario de Andrade. Atualmente relação entre alunos e professores são, na maioria das vezes, vistas de forma negativa, que fere a moral, especialmente quando o aluno é menor de idade; estas relações podem acarretar em diversos crimes, especialmente quando não há consentimento por parte do aluno. A doutrina diverge acerca da problemática, há doutrinadores dizendo que o artigo 216-A do Código Penal cabe perfeitamente nestes casos e outros que acreditam que não; em caso real um professor foi condenado pelo STJ fulcro no referido artigo.

Palavras chaves: Assédio Sexual; Acadêmico; Alunos; Professores.

# ASCENSÃO DA ERA DIGITAL: REVÉS TRIBUTÁRIO DOS SOFTWARES

## RISE OF THE DIGITAL AGE: SOFTWARE TAX ADVERSITY

Lucas Missiano LOPES

### RESUMO

O trabalho apresenta como objetivo central realizar uma análise sobre aspectos de elevada indagação jurídica quanto à tributação de *software* no Brasil, considerando as instruções legais, além do real impacto econômico ascendente neste âmbito. À primeira vista, serão analisados quesitos importantes quanto à bitributação, expondo a real disputa entre Estados (ICMS) e Municípios (ISS), trespassando pela legislação vigente. Na sequência, com arguição do Supremo Tribunal Federal, analisa-se a incidência e criminalização da recusa de pagamento do ICMS. Há dificuldade em se tributar fatos geradores ocorridos na internet, devido seu aspecto essencialmente imaterial e intangível, o chamado “*streaming*”, que, por sua vez, ao mesmo tempo, são aplicados aspectos tributários singulares com uma legislação mais unificada no campo internacional, e, sobretudo, a tributação dos bens digitais é vista como relevante e iminente para moção econômica global. Para tanto, discorre-se acerca dos conceitos de “operações” e “mercadoria” com base em ditames doutrinários. Este artigo foi realizado por meio de leitura e interpretação, recorrendo a livros, pesquisas, doutrinas específicas, artigos acadêmicos, estudo de casos concretos e jurisprudências do assunto em questão.

Palavras-chave: Tributação de *software*. Guerra fiscal. Bitributação. Impacto Econômico. Esfera Internacional.

## **FEMINICIDIO NO BRASIL**

### **FEMINICIDE IN BRAZIL**

Lucas da Silva OLIVEIRA

#### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo esclarecer o que é o Femicídio, sua criação na legislação brasileira, explicar seu conceito e surgimento de uma qualificadora nova que altera o artigo 121 do Código Penal, que diz que matar mulher pelo simples fato de ser mulher por menosprezo e condições de gênero tem consequências mais sérias já que antes não se tinha em nosso ordenamento jurídico, também apresenta sua legislação onde está previsto qual a punição da qualificadora os casos de aumento de pena como se enquadram no Femicídio. Mostrar a diferença em Femicídio e Feticídio. O conceito de mulher e os critérios que a qualificam, também quem mais a prática e porque acontece mais no meio familiar. Dados atuais sobre as taxas do crime de Femicídio no Brasil que ainda são elevadas apesar da criação da qualificadora e onde mais acontece. O aumento dos casos na pandemia do Covid-19 no país e por que desse aumento e quais as providências tomadas pelas autoridades para tentar mudar essa triste realidade. A metodologia utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chave: Femicídio. Mulher. Morte.

## NEGOCIAÇÃO NA JUSTIÇA PENAL

## NEGOTIATION IN CRIMINAL JUSTICE

Luiz Guilherme de Souza FERNANDE

### RESUMO

O tema desenvolvido neste artigo é de grande relevância de estudo, tratando-se de um tópico de grandes controvérsias na atualidade, com diversos entendimentos e perspectiva de doutrinadores, sendo a negociação na Justiça Penal uma novidade para o direito brasileiro, advinda da legislação estrangeira, e sem tradução solidificada no Brasil, passou a ser tratado como uma transação penal. Apesar dos pontos doutrinários de divergências, certo é que o processo penal moderno é composto por princípios máximos que asseguram o reconhecimento da não culpabilidade do acusado, sendo seu exclusivamente o direito também de utilizar o instituto da negociação penal, confessando a prática delituosa em troca de uma composição para o cumprimento da pena. O instituto da negociação penal não só é válido como também traz benefícios ao direito penal brasileiro, pois com a negociação penal, haverá uma diminuição notória do trâmite para a resolução de processos criminais, além da própria economia gerada ao Poder Judiciário. Além disso, diversos fatores reflexos poderão ser observados com a negociação penal, como o encerramento célere de processo e a possibilidade de o réu seguir sua vida adiante, sem se preocupar com o peso de carregar um processo com desfecho incerto. O artigo foi desenvolvido com base em análises de monografias, discussões em grupos e por meio de pesquisas em sítios idôneos da internet.

Palavras-chave: Direito Penal. Direito Processual Penal. Negociação na Justiça Penal. *Plea Bargain*.

**O INSTITUTO DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO  
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.**

**THE INSTITUTE OF ADOPTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN  
BRAZILIAN LEGAL ORDER.**

Mariane Assi Toppan

**RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é realizar uma ampla análise sobre o conceito e as políticas do instituto da adoção no ordenamento jurídico brasileiro, que atualmente está previsto como legislação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990. Este estudo possui a finalidade de apresentar a história da adoção no Brasil desde seus primórdios até os dias atuais, assim como expor detalhadamente os requisitos exigidos no procedimento de adoção como forma de incentivar a população brasileira a conhecer mais sobre o tema discutido. O presente artigo também busca tratar dos fatores evolutivos e das mudanças legislativas a respeito deste assunto, como a inovação feita no Código Civil de 2002, no Estatuto da Criança e do Adolescente e até mesmo na Constituição Federal. A pesquisa aborda as mitificações existentes sobre a adoção tardia, que é um empecilho para a adoção de crianças acima de três anos de idade, que acabam vivendo sua infância em lares e abrigos. Pretende-se também demonstrar a importância das evoluções a respeito do assunto em comento em nossa sociedade, tais mudanças passaram a garantir direitos essenciais na vida do adotando, tornando seu bem-estar uma prioridade no processo de adoção. O trabalho foi realizado por meio de revisão de leituras, através de pesquisas em sites, e embasado sobre o ordenamento jurídico que ampara o nosso País.

Palavras-chave: Adoção. Evoluções. Legislação.

## **O DIREITO À SAÚDE E A ATUAÇÃO ESTATAL**

### **THE RIGHT TO HEALTH AND STATE ACTIVITY**

Mariany Gomes Del SANTO

Eduardo CURY

#### **RESUMO**

No presente artigo fora realizado um estudo a respeito de um dos direitos fundamentais mais relevantes no ordenamento jurídico, o direito à saúde com a obrigação de executá-lo. Tal tema é de grande importância jurídica, posto que lida com o direito fundamental: a vida. Far-se-á uma análise a respeito da Teoria da Reserva do Possível, sendo conceituada como uma limitação da atuação Estatal ao executar os direitos supramencionados, atuando consoante com o autorizado pela sua reserva financeira. O direito aqui abordado, é plenamente garantido pela Constituição Federal de 1988. Objetiva-se enfatizar que é obrigação do Estado, proporcionar a saúde a todos, já que se trata de algo expressamente garantido, é dizer que o acesso deverá ocorrer de forma igualitária e integral a todos os tipos de ações e serviços prestados, tendo como finalidade a recuperação e proteção da saúde. Para realizar tal pesquisa, utilizou-se livros, artigos e legislações pertinentes ao tema, através de revisão de literatura. Conclui-se que não convém à administração pública alegar a Teoria da Reserva do Possível no que diz respeito às matérias relacionadas à saúde, já que este direito está diretamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, protegendo o “mínimo existencial” do ser humano.

Palavras-chave: Direito à saúde. Dignidade da Pessoa Humana. Teoria da Reserva do Possível.

**ÁGUA VIRTUAL, A ÁGUA QUE NINGUÉM VÊ**  
**VIRTUAL WATER, THE WATER THAT NO ONE SEES**

Milena Franco de Sousa

**RESUMO**

Por certo, a água é um elemento estritamente necessário à vida humana, no entanto, trata-se de recurso finito e com impossibilidade de confecção artificial, pelo menos até o presente momento. Pesquisas demonstram que um brasileiro médio consome diretamente 187 litros de água por dia, sendo considerado o décimo segundo país que mais gasta água no mundo. No entanto, existe o chamado consumo indireto de água, aquele utilizado na produção de determinado produto ou serviço. Se utilizando da água como insumo, empresas de determinados setores conseguem faturamentos muito altos, capazes até de chefiar as exportações do país. Contudo, não pagam nada além da taxa de consumo devida às concessionárias de recurso, lesando cada vez mais o meio ambiente. Assim, o presente trabalho discute a responsabilidade civil dos utilizadores do recurso hídrico pelo consumo indireto de água. O método científico adotado foi a revisão bibliográfica, por meio da leitura crítica de livros, notícias, artigos, revisão de leitura, doutrina. Diante do estudo, conclui-se que as empresas utilizadoras dos recursos hídricos devem ser responsabilizadas civilmente pelo dano causado, solidariamente o Estado que se mantém omissivo por conta dos resultados positivos de tais empresas e fazendo prosperar a narrativa de que os fins justificam os meios, ainda que os meios sejam lesões à direitos estampados na Norma Fundamental.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Água virtual. Consumo indireto.

**A DIMINUIÇÃO DAS FUNÇÕES COGNITIVAS E FÍSICAS DO IDOSO NA  
DIREÇÃO VEICULAR COMO IMPORTANTE FORMA DE DISCUSSÃO  
PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO**

**REDUCING THE COGNITIVE AND PHYSICAL FUNCTIONS OF THE  
ELDERLY IN VEHICLE DIRECTION AS AN IMPORTANT DISCUSSION  
FOR TRAFFIC SAFETY**

Milena Stabele MARTIN  
Eduardo CUR

**RESUMO**

O presente trabalho possui como objetivo principal apresentar o surgimento de limitações no comportamento de indivíduos idosos, cuja idade, apresentam funções físicas e reflexivas reduzidas. Evidenciando que os portadores de diminuições no déficit cognitivo manifestam estímulos que colocam em risco a sociedade, podendo por muitas vezes ser o motivo de muitos dos acidentes automobilísticos. Pretende-se enfatizar que, estas restrições demonstram problemas em conseguir manter a autonomia e independência da pessoa na direção veicular. O método de pesquisa empregado, é o hipotético-dedutivo, utilizando-se de: legislações, doutrinas específicas, artigos acadêmicos e estudo de casos concretos. Tais informações foram baseadas no Código de Trânsito Brasileiro, Código Civil, Estatuto do Idoso e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Inicialmente, o tema discuti sobre o déficit cognitivo dos idosos com a junção das limitações destes condutores, trazendo como objetivo primordial, a vedação do direito de dirigir em decorrência do risco eminente, podendo ele, ser comprovado através de diagnósticos, testes neuropsicológicos e avaliações amplas das funções. A finalidade do estudo está regulamentado na segurança coletiva, afim de impedir a ocorrência dos incidentes. O assunto merece suma importância, uma vez que, quando as devidas intervenções são tomadas, o trânsito torna-se livre deste fator de risco.

Palavras-chave: Limitações. Diminuição da Capacidade. Riscos Eminentemente.

# **A CONTROVÉRSIA ENTRE O PODER INVESTIGATÓRIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL**

## **CONTROVERSY BETWEEN THE INVESTIGATIVE POWER OF THE JUDICIAL POLICE AND THE PUBLIC MINISTRY IN THE POLICE INVESTIGATION**

Mirella Cristina Pitaro GOMES

### **RESUMO**

O inquérito policial, com suas características bem definidas, forma a base para o início da ação penal, através da colheita de diferentes tipos de provas. No entanto, existe uma controvérsia jurisprudencial e doutrinária envolvendo o Ministério Público que, além das funções já definidas em lei, entre elas, a de fiscalização da atividade policial, poderá também atuar diretamente na investigação criminal. Tal possibilidade não está expressa na norma, no entanto, diversas decisões jurisprudenciais admitem tal capacidade. Alguns doutrinadores têm posicionamento contrário e outros a favor, com suas respectivas fundamentações. Este artigo de revisão normativa, jurisprudencial e hermenêutica tem como objetivo demonstrar quais os limites da atuação do Ministério Público na investigação criminal, haja vista a considerável relevância do tema, que deve ser pacificado na suprema corte, pois provas obtidas através da investigação do Ministério Público podem levar à nulidade de todo processo, condenando um inocente ou até mesmo, absolvendo um culpado, causando além da sensação de impunidade, uma grave insegurança jurídica entre os operadores do Direito e de toda sociedade. Resultado de toda pesquisa elaborada, conclui-se ser inviável que o Ministério Público assumira a investigação criminal, substituindo a polícia judiciária, pois se assim ocorrer, estará ausente a imparcialidade, uma vez que o Ministério Público é acusador por excelência.

Palavras-chave: Ministério Público. Investigação Criminal. Inquérito Policial.

**DEVOLUÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO A TÍTULO DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA E SEU REFLEXO NO ÂMBITO JURÍDICO**

**RETURN OF THE SOCIAL SECURITY BENEFIT IN THE EVENT OF REVENUED ANTECIPATED GUARANTEE AND ITS REFLECTION IN THE LEGAL SCOPE**

Naiara Clarice Rocha de PAULA  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente artigo expõe o novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em relação a devolução do benefício previdenciário por meio de tutela antecipada posteriormente revogada, apontando os argumentos que construíram esse novo seguimento. Constitui-se como principal objetivo comparar o antigo e o novo entendimento, apresentando as falhas do atual, e mostrando que a devolução do benefício previdenciário não é amparada pelo princípio da “irrepetibilidade de alimentos” e nem respaldado pela Súmula 51 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, que por causa dessa nova compreensão da matéria caiu em desuso. A metodologia empregada a este trabalho é o método indutivo, baseado em ideias já existentes, fundada em artigos e em análise de jurisprudências, nas quais, não oferecem dúvidas de que os alimentos são considerados um direito social, logo, o benefício previdenciário tem caráter alimentar, uma vez que o assegurado depende exclusivamente desse benefício para suprir seu próprio sustento e que não tem de forma alguma arcar com a devolução desses proventos. O atual entendimento encontra-se em revisão, já que os ministros encontraram lacunas em diversas situações, cabe ao advogado orientar seu cliente sobre a tutela de urgência e os riscos que lhe aguardam.

Palavras-chave: Irrepetibilidade de alimentos. Devolução. Benefício.

# **TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL**

## **INTERNATIONAL TRAFFICKING IN PERSONS FOR SEXUAL EXPLORATION PURPOSES**

Nathalia Pereira Dourado de ASSIS  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de analisar as características e situações que abrangem o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, apontando os inúmeros obstáculos presentes em seu combate. Pautado no Direito Penal Mínimo e no Princípio da Dignidade Humana, foi feita uma análise introdutória seguida dos institutos que o englobam, tais como a descrição e as formas existentes de tráfico de pessoas e exploração sexual. Foram avaliados os principais acordos internacionais afeitos à matéria, sobretudo o Protocolo de Palermo, sendo o título de maior destaque no combate ao referido crime. E em virtude da falta de dados coerentes em relação ao ilícito, que constitui uma das atividades mais lucrativas do crime organizado transnacional, fez-se de extremo destaque a construção do perfil das vítimas e dos aliciantes, tal como as redes de favorecimento aplicadas em sua ação. O trabalho foi desenvolvido utilizando a revisão de literatura pautada em pesquisas bibliográficas, por meio de pesquisas em sites, doutrinas, artigos e legislações, analisando o entendimento e as consequências sobre a temática. Por último, realiza-se uma análise sobre o avanço da legislação brasileira, que a princípio tratava somente sobre a exploração sexual e admitiu alterações relevantes com o advento da Lei 13.344 de 6 de outubro de 2016, que expõe o tráfico de pessoas de modo mais extensivo atingindo os inúmeros fins para qual o crime é praticado.

**Palavras-chave:** Tráfico internacional de pessoas. Exploração sexual. Protocolo de Palermo. Vítimas. Aliciadores.

# **DIREITO SISTÊMICO: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS VARAS DE FAMÍLIA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

## **SYSTEMIC LAW: ALTERNATIVE MEANS OF CONFLICT RESOLUTION IN THE FAMILY COURTS OF THE BRAZILIAN JUDICIARY**

Patrícia Locatti BORTOLATO  
Wania Campoli ALVES

### **RESUMO**

O artigo discorrerá sobre os conceitos da constelação familiar e do direito sistêmico, as leis sistêmicas de Bert Hellinger, o direito sistêmico e os direitos humanos, bem como a importância da conciliação no Poder Judiciário utilizando o método da constelação sistêmica. O trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de aplicação do Direito Sistêmico nas Varas de Família no judiciário brasileiro, como forma alternativa de solução de conflitos e estudar o embasamento do Direito Sistêmico, à luz da filosofia de Bert Hellinger. A problematização do tema é como a aplicação do Direito Sistêmico é possível na solução pacífica dos conflitos nas Varas de Família. Conclui-se, então que o desenvolvimento do Direito Sistêmico observa o comportamento humano em relação aos aspectos fenomenológicos, psicológicos e jurídicos para a auto composição dos conflitos, por isso que a teoria de Bert Hellinger foi incorporada no meio jurídico para potencializar a resolução de conflitos, uma vez que proporciona aos indivíduos envolvidos estar em contato com as raízes da controvérsia e passam a entender o problema por outra perspectiva. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura através do método dedutivo, com pesquisas em doutrinas, revistas jurídicas, artigos científicos e legislação.

Palavras-chave: Bert Hellinger. Constelação familiar. Sami Storch. Direito sistêmico. Solução de conflitos.

## **STARTUP EM GESTÃO TRIBUTÁRIA: inteligência artificial como ferramenta de solução em problemas empresariais**

### **STARTUP IN TAX MANAGEMENT: artificial intelligence as a solution tool in business problems**

Priscila Danielle Barbosa de ALMEIDA

Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

No Brasil o complexo Sistema Tributário é sempre alvo de questionamentos, críticas e supostas reformas, porém, a população muito pouco sabe sobre essa realidade e as empresas amargam contribuições tributárias exorbitantes. Assim, as empresas de tecnologia denominadas Startups na área tributária (Taxtech) atuam para solucionar os maiores problemas das empresas, que são: dificuldade de organização dos gastos com tributos, cumprimento dos prazos de pagamentos e a gestão financeira. O controle efetivo e automatizado pela Inteligência Artificial desenvolvidos nas Startups tributárias pode possibilitar melhor gestão financeira da empresa e assim até apontar e recuperar tributos pagos indevidamente. Dessa forma, a presente pesquisa teve por objetivo compreender como a Inteligência Artificial das Startups na área tributária pode colaborar com os empresários e colocar em prática as legislações tributárias e constitucionais afins, trazendo benefícios ao empreendedor. A metodologia foi de revisão bibliográfica e a análise dos dados foi por meio do método dedutivo. Assim, concluiu-se que a automatização de serviços tributários pode ser realizada por máquinas treinadas pela Inteligência Artificial (plataformas, softwares e bots) e dessa forma o profissional da área tributária pode agir de forma mais estratégica com as pessoas de seu negócio, possibilitando assim, maiores lucros e melhores contribuições sociais.

Palavras-chaves: Direito Tributário. Startup. Inteligência Artificial. Gestão empresarial.

---

# **OS ASPECTOS JURIDÍCOS DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E OS LIMITES DE SUA LICITUDE**

## **THE LEGAL ASPECTS OF TELEPHONE INTERCEPTION AND THE LIMITS OF ITS LAWFULNESS**

Rafael ANGELOTTI  
Eduardo CURY

### **RESUMO**

O presente trabalho apresenta como escopo realizar um estudo sobre a Lei das Interceptações Telefônicas (Lei 9.296/1996). A finalidade deste artigo é de analisar o contexto da Lei 9.296/1996, tendo em vista a garantia da norma constitucional do Artigo 5º, Inciso X, da Constituição Federal, bem como abordar alguns pontos sobre as interceptações telefônicas e as ilegalidades cometidas no curso deste procedimento. Um dos tópicos relacionados a este artigo é tratar do conceito de interceptação telefônica, que seria a captação e gravação de uma conversa particular onde nenhum dos interlocutores tem conhecimento de que estão sendo ouvidos. Ao longo do artigo também será exposto os requisitos para realizar uma interceptação telefônica, além de fazer uma breve diferenciação entre interceptação telefônica, escuta telefônica e gravações clandestinas. Também será mencionada a justificativa legal para que possa ocorrer uma interceptação das comunicações telefônicas. Posteriormente será abordado algumas das consequências jurídicas pelo descumprimento dos pressupostos da Lei 9.296/96. Por derradeiro, os resultados obtidos com esta pesquisa serão delineados em uma lacônica conclusão. O trabalho foi realizado por meio de revisão de literatura, com pesquisas em sites, livros e revistas de referência de alta relevância para área de estudo, através do método dedutivo.

Palavras-chave: Interceptação Telefônica. Intimidade. Provas. Violação.

# **INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO COMPORTAMENTO VIOLENTO DOS INDIVÍDUOS E O EFEITO COPYCAT**

## **THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON INDIVIDUAL'S VIOLENT BEHAVIOR AND THE COPYCAT EFFECT**

Caio Henrique GONÇALVES

Giovanni Biazoto MANCHINI

Lucas Gitti JULIANO

Maria Augusta Jardim Do Santos CORRÊA

Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

O sensacionalismo provocado pela publicidade seja pelos meios convencionais de comunicação ou pelas mídias sociais, em casos de suicídio ou crimes violentos, podem levar indivíduos propensos a cometer tais crimes e a se sentirem parte de algo maior, mostrando que não são os únicos a pensar desta maneira e então criarem coragem para de fato replicarem tal atitude. Bandura com a Teoria da Aprendizagem Social e Coleman com o "Efeito Copycat" trazem à tona os malefícios da ampla divulgação de tais crimes. O primeiro autor mostra através de seus experimentos que a falta de punição incita a repetição de atos violentos pelos seus espectadores. O segundo, além de corroborar com o que já havia sido antes dito, reforça a tese de que por não se sentirem parte do problema e não assumirem a parte de responsabilidade que lhes cabe, a mídia e os meios de comunicação ignoram as teorias supracitadas e contribuem ainda mais com o comportamento, gerando um ciclo vicioso. Virginia Tech e Columbine somam 43 mortes, e são apenas alguns exemplos da periculosidade da disseminação de notícias violentas. O objetivo do presente trabalho é estudar o Efeito Copycat, conceituando-o, apresentando as críticas envolvidas e exemplos reais, tendo como metodologia a revisão bibliográfica de artigos e livros relacionados ao tema, sendo assim, foi utilizado o método dedutivo. De forma geral, conclui-se pela necessidade da aceitação da parcela de culpa que cabe aos meios de comunicação, para que assim a publicidade dos fatos seja feita de maneira responsável.

Palavras-chaves: Efeito Copycat. Violência. Divulgação. Aprendizagem Social.

## **A CRIMINALIZAÇÃO IMPEDE O DIREITO AO ABORTO SEGURO**

### **CRIMINALIZATION PREVENTS THE RIGHT TO SAFE ABORTION**

Amanda da Silva ZAGO  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

Diante do enorme número de abortos induzidos ilegalmente e de forma insegura, percebe-se a necessidade de avaliar os efeitos da criminalização do aborto, no Brasil. O objetivo geral do presente trabalho é mostrar que a criminalização do aborto não tem sido eficaz e útil para a proteção da vida, o que foi comprovado, já que o enorme número de abortos não tem reduzido. Os objetivos específicos são: descrever a trajetória histórica e apresentar dados que resumem o que os pesquisadores brasileiros produziram sobre aborto entre os anos 1989 a 2009. Utilizando dados estatísticos, a partir de procedimentos bibliográficos, os objetivos específicos, de acordo com os estudos do Ministério da Saúde, mostraram que mulheres, predominantemente, entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, fazem o uso do misoprostol para realizar o aborto em casa ou para iniciá-lo e terminá-lo no hospital. A metodologia utilizou-se do método dedutivo. Desta forma, é necessário considerar a prática como um problema de saúde pública, busca-se sua descriminalização para garantir a saúde das mulheres, tendo em vista que a sua discriminação não diminui o número de abortos induzidos.

Palavras-chaves: Aborto. Saúde Pública. Criminalização. Descriminalização.

## **A DESCRIMINALIZAÇÃO DA *CANNABIS SATIVA* NO BRASIL**

## **THE DECRIMINALIZATION OF *CANNABIS SATIVA* IN BRAZIL**

Amanda Mateus Fim GATTO  
Fernanda da Silva FREIRE  
Hillary Vargas QUEIROZ  
Luana Aparecida da Silva PEREIRA  
Paula Eduarda Lima Borges Menezes dos REIS  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma discussão no que concerne a descriminalização da Cannabis sativa, popularmente conhecida como maconha no Brasil. A proposta geral é mostrar as consequências do ato de criminalização da maconha, como a extrema violência encontrada no país, principalmente em meio a população marginalizada, o super encarceramento e os atos infracionais cometidos pela busca da droga. O objetivo principal é a argumentação dos possíveis aspectos positivos e negativos caso a Cannabis sativa venha a ser descriminalizada no Brasil. No decorrer desta apresentação serão exibidos os fatos históricos relacionados ao surgimento da maconha e o modo como ocorreu a expansão dessa droga mundialmente conhecida. Além disso, também serão discutidos assuntos relacionados à desigualdade de punição em comparação as pessoas da alta e baixa sociedade e ainda serão relatados os benefícios e malefícios da Cannabis no olhar medicinal. Por fim, a conclusão é feita baseada nos resultados de outros países que utilizaram de medidas voltadas a descriminalização e obtiveram resultados satisfatórios. A metodologia utilizada no presente trabalho foi feita através do método dedutivo.

Palavras-chaves: Descriminalização. *Cannabis Sativa*. Maconha. Consumo.

**A CONSTITUCIONALIDADE DAS MEDIDAS RESTRITIVAS ADOTADAS NA  
PANDEMIA POR DECRETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

**THE CONSTITUTIONALITY OF RESTRICTIVE MEASURES ADOPTED IN  
PANDEMIA BY STATE AND MUNICIPAL DECREE**

Vinicius GONÇALVES  
Alines Leda SCURCIATTO

**RESUMO**

O avanço do COVID-19 no Brasil trouxe uma série de desafios e conflitos ao país, entre eles se faz notório o questionamento sobre o choque entre as liberdades individuais e as medidas restritivas para conter o avanço do vírus. Sobretudo se faz necessária uma análise sobre a origem e o papel do Estado, remetendo desde sua concepção na antiguidade até o atual estado de direito, cuja função é assegurar a população e os limites da intervenção estatal. Por isso, verificou-se a ligação da concepção de Estado com o surgimento dos movimentos constitucionalistas, inerentemente ligado à limitação do poder do Estado sobre os indivíduos, visto que o atual neoconstitucionalismo assegura os direitos do indivíduo, protegidos pela Constituição Federal. Para tanto, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de análise bibliográfica, com consulta em livros, artigos e periódicos. A partir da revisão da literatura, notou-se que a resposta do legislativo à emergência de medidas normativas para regulamentar as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia e o entendimento do STF que culminaram na ponderação, possibilitam a adoção das medidas restritivas sem ferir as liberdades individuais.

Palavras-chaves: Constitucionalismo. Liberdades individuais. Medidas restritivas. Estado.

# **O CRESCENTE NÚMERO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIANTE A PANDEMIA DO COVID-19**

## **THE GROWING NUMBER OF CASES OF DOMESTIC VIOLENCE IN THE COVER-19 PANDEMIC**

Gabriela Cardoso RUIZ  
Roberto Gabriel Ruiz VICENTE  
Weschey Antonio Alves CUBO  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

Em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, mudando seus mecanismos para prevenir a violência doméstica contra a mulher. Antes dessa Lei os crimes eram julgados em juizados especiais criminais, para onde vão os crimes de menor potencial ofensivo. Pós a entrada em vigor da Lei essa competência foi deslocada para novos Juizados Especializados de violência doméstica, onde tratam os casos com mais abrangência. No Brasil, no ano 2020 foi decretado o isolamento social, devido ao surgimento do COVID-19, com isso as mulheres foram obrigadas há passar mais tempo com seus companheiros, com isso os casos de violência doméstica subiram aproximadamente a marca de 50%, sendo que as autoridades competentes tiveram que tomar medidas remotas no auxílio a prevenção destas violências. O objetivo do presente artigo é conscientizar as mulheres que ainda sofrem violência a tomar a decisão de denunciar o agressor para que as medidas de punição sejam tomadas. A metodologia utilizada foi à pesquisa em sites de legislação pertinentes à temática e doutrinas. Em consequência a pandemia esta Lei tem ajudado a combater muitos casos de violência contra as mulheres, assim, percebe-se a importância dessa norma para que as penas atribuídas às condutas agressivas dos ofensores possam ser devidamente punidas.

Palavras-chaves: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica. Pandemia. Punição.

## **EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

### **EUTHANASIA IN BRAZILIAN LEGAL ORDERAGEMENT**

Miguel David Martin da SILVA  
Elisa Fernanda de Souza WIDER  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo central analisar como o ordenamento jurídico brasileiro dispõe sobre a Eutanásia. Utilizando de métodos de pesquisa científica explicativa e descritiva para compreender como o assunto é tratado no país e no mundo além de suas causas e efeitos. Ela é dividida em ativa, quando o agente pratica a conduta buscando o resultado morte, e passiva que se caracteriza pela omissão, deixando o agente de praticar um ato, sabendo que sua ausência no mesmo levará a vítima a óbito. Segundo o ordenamento jurídico, doutrinas e jurisprudências majoritárias brasileiras a morte ocorre quando a vítima tem suas atividades cefálicas cessadas. Diante disto, será tratado no presente artigo de que forma o Código Penal em seu artigo 121 do decreto Lei 2838/40 classifica o crime no ordenamento, o que é, como ocorre, de que forma é feita a dosimetria da pena, visto que, no Brasil a eutanásia é caracterizada como crime, mesmo nos casos se tratando da eliminação de um sofrimento constante e em quais casos o ato de abreviação da vida não será considerado eutanásia. Diante do estudo realizado foi possível se obter a conclusão de que, a eutanásia é considerada um crime tipificado no art. 121 do CP, ou seja, como homicídio.

Palavras-chaves: Eutanásia. Morte. Crime. Vida.

# **SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL E SEUS DIREITOS ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO**

## **PUBLIC HEALTH IN BRAZIL AND ITS RIGHTS ENSURED BY THE CONSTITUTION**

Amanda Cristina M. BONFÁ  
Evellyn Chinaglia GARRIO  
Fabiana Clemente MANZOLI  
João Victor M. MUNIZ  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo estabelecer as funções do Sistema de Saúde Público brasileiro, e como a Constituição Federal garante este direito. Este artigo tem como foco, abordar a formação desse sistema, e como ele chegou ao ponto de saturação que se encontra neste momento. No decorrer deste artigo, é submetido para análise os principais fatores que influenciaram a implementação deste sistema, e seu funcionamento antes do Sistema Único de Saúde ser aplicado de fato. É enfatizado que, mesmo a Constituição assegurando aos brasileiros saúde de qualidade, infelizmente o que se encontra é um sistema precário e que sofre inúmeros problemas em suas finanças. Apresenta-se a opção da privatização do SUS, e quais são suas problemáticas. Seguindo tal norte esse também trará exemplos de como é implantado os serviços de saúde por parte das grandes potências econômicas. A metodologia neste artigo utilizou-se de bibliografia, pesquisas realizadas em sites, reportagens e fatos históricos. Concluindo-se assim que é indubitável a gratuidade e uma aplicação coerente do serviço brasileiro de saúde pública.

Palavras-chave: Saúde. Sistema Único de Saúde. Estrutura. Direitos.

---

# **A INTERFACE ENTRE A EVOLUÇÃO DO BIODIREITO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

## **THE INTERFACE BETWEEN THE EVOLUTION OF BIOLAW AND THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON**

Laura Lima BASSOLI  
Pedro de Paula SILVÉRIO  
Thais Tonizioli MASCHIO  
Thales Santos SILVA  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade apresentar a evolução do Biodireito e sua relação com a dignidade da pessoa humana, baseando-se em pensamentos filosóficos juntamente com fatos históricos para construir essa interface. Ademais, esse traz a importância da associação do inovador ramo jurídico, denominado Biodireito, bem como a bioética correlata aos direitos humanos a fim de assegurar a proteção da dignidade humana, adequando essa de acordo com a evolução da sociedade. Outrossim, demonstra pontos em que o avanço científico corrobora para a evolução de tal, expondo a adequação do direito, mas também os casos contrários a esse fato, os quais lesionam a ética e a referida dignidade. Seguindo tal norte, esse também trará a importância do princípio da autonomia da vontade para o Estatuto da Pessoa com Deficiência e sua imprescindível contribuição para o pleno exercício dos direitos e inclusão desses indivíduos, em consonância, dessa maneira, com a interface temática do trabalho. Portanto, cumpre salientar que a evolução do Biodireito caminha adjunta à bioética e aos direitos humanos, de forma a resguardar a dignidade da pessoa humana. No mais, consignase que a metodologia aplicada foi baseada na análise de artigos relacionados ao tema e pesquisas efetuadas na internet.

Palavras-chaves: Biodireito. Dignidade da Pessoa Humana. Bioética. Direitos Humanos.

## **SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS E SOLUÇÕES**

### **BRAZILIAN PRISON SYSTEM: CHALLENGES AND SOLUTIONS**

Eduarda Gabriely Duran RODRIGUES

Emily Quintino ARAÚJO

Iasmin Maria Saraiva VALERETO

Laís Blanco ROSALIN

Regina Maria de SOUZA

#### **RESUMO**

Essa pesquisa tem o objetivo de mostrar os problemas majoritariamente encontrados no sistema penal brasileiro, apresentando fatos, fazendo comparações e trazendo alternativas de soluções para um cárcere mais eficiente. Aqui iremos abordar os tópicos: superlotação; justiça ineficaz; falta de estrutura para deficientes físicos e mentais; morosidade da justiça; comparação entre o sistema penal norueguês e brasileiro; normas e suas discrepâncias quanto à realidade penal. Foram usadas comparações baseadas nas leis subjetivas de jurisprudências e de outros sistemas prisionais que tiveram resultados muito melhores em relação ao Brasil ao usarem outros métodos mais humanitários. A conclusão foi obtida na absorção dos fatos presentes em todo o artigo, criando de forma lógica condutas a serem tomadas pelo Governo e agentes da lei perante nossa situação atual, usando o dinheiro público de forma mais útil para uma melhoria futura, para isso sendo necessário ter um olhar mais amplo em relação ao que realmente é uma prisão. A metodologia utilizada foi o método dedutivo.

Palavras-chaves: Superlotação. Justiça Ineficaz. Morosidade da Justiça. Sistema Penal.

## **O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL**

### **THE JUDICIARY IN BRAZIL**

Bruna Thais Soares EMÍDIO  
Giovana Vilela FERREIRA  
Lucas Rossafa Agostinho CORREA  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

#### **RESUMO**

O Poder Judiciário foi criado para defender os direitos individuais e coletivos dos cidadãos resolvendo os conflitos de interesse. Essa prática ocorre desde a Grécia Antiga. Foi a partir daí que surgiu o termo "jurisdição" - do latim, "dizer o direito" - que designa o poder que o Estado possui ao aplicá-lo no âmbito da sociedade ao proteger a ordem jurídica e autoridade da lei. Para isso, o Poder Judiciário teve autonomia administrativa e financeira garantida pela Constituição Federal que dita às leis regentes do país e que preveem os direitos judiciais com uma melhor organização. O judiciário, assim, foi dividido em vários órgãos que atuam conforme sua competência. O Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado Moderno. Na teoria de Montesquieu, ele não é um poder como todo, mas sim uma função do Estado. Da mesma forma, o Poder Judiciário permite fazer contrapeso a certas decisões governamentais e, com as mudanças sofridas no país diante de toda a história, suas leis também sofreram e sofrem alterações. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a evolução e modificações sofridas pelo Poder Judiciário ao longo das décadas, afim de atender o bem comum. A metodologia utilizada foi Revisão de literatura.

Palavras-chaves: Justiça. Poder Judiciário. Sociedade. Direitos Humanos. História.

**JORNADA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES E A REPRESSÃO  
DO ESTADO**

**THE JOURNEY OF BRAZILIAN SLAVERY IN THE CONTEMPORARY  
SOCIETY THE EXPLORATION OF BRAZILIANS WORKERS AND THE  
REPRESSION OF THE STATE**

Ana Júlia Oliveira ALVES  
Bruna Roberta Da SILVA  
Gustavo Matsumato RODRIGUES

**RESUMO**

O presente artigo, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e do método dedutivo, possui o objetivo de demonstrar o quanto a escravidão está presente na sociedade brasileira, como essa forma de trabalho desumano atinge milhares de brasileiros, principalmente dos Estados de Minas Gerais, onde o garimpo gera uma pequena renda para muitas famílias e grande lucro para seus patrões. Partindo para uma análise de como o Estado lidou e ainda lida com a escravidão, que, em tese, foi abolida em 13 de maio de 1888, porém, mesmo após trezentos anos, essa prática de trabalho que explora o trabalhador, retirando-lhe todos os seus direitos, como trabalhador e ser humano, ainda perpetua em nosso país, demonstrando um grande retrocesso histórico. Assim, devem ser trabalhadas propostas no meio executivo para que essas atividades criminosas sejam cada vez menos eminentes no Brasil e seus idealizadores penalizados, para que essas pessoas que estão vivenciando essas humilhações e violações de Direitos Humanos sejam capazes de obter justiça.

Palavras-chaves: Trabalho Escravo. Relações de trabalho. Escravos de Minas Gerais.

# **INTENSIFICAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO PERÍODO DE ISOLAMENTO DA PANDEMIA COVID-19**

## **INTENSIFICATION OF CASES OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE INSULATION PERIOD OF PANDEMIC COVID-19**

Maria Fernanda Garcia MAGANHA

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar a intensificação de casos de violência doméstica contra a mulher, a partir do início do período de isolamento ocasionado pela pandemia do Covid-19. A violência doméstica é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. O período de isolamento social, que embora necessário para evitar propagação do vírus na sociedade, fez com que a convivência entre as mulheres vítimas de violência doméstica e seus agressores, se tornasse mais intensa, dificultando ainda mais, a busca de socorro por parte das vítimas. Busca-se ainda demonstrar quais são os caminhos que as vítimas podem buscar em caso de agressões ou ameaças, bem como a legislação para proteger as vítimas, e como punir os agressores, seja pela Lei Maria da Penha ou pela Lei do Feminicídio. O trabalho será desenvolvido por meio de revisão de literatura com consulta a livros, periódicos e legislação pertinente.

Palavras-chaves: Violência doméstica. Isolamento Social. Lei Maria da Penha. Crime de Feminicídio.

# **RELAÇÃO DE CONSUMO VIRTUAL PERANTE O DIREITO DO CONSUMIDOR**

## **VIRTUAL CONSUMER RELATIONSHIP BEFORE CONSUMER LAW**

Amanda Orlandi DIAS  
Gustavo Pansani de SOUZA  
Jaqueline dos Santos SANTIAGO  
Júlia Fachim CARDOSO  
Núbia Stefe Guimarães LOURENÇO  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

### **RESUMO**

O presente resumo é a conclusão de pesquisas feitas a respeito da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor em relação à viabilização pela comercialização eletrônica, em particular o mercado varejista de lojas virtuais. O objetivo é mostrar como o corpo social detém facilidade e acessibilidade a ofertas vindas dos mais diversos lugares e como o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) permanece competente e aplicável. A ampliação da internet e sua disseminação como uso contínuo pela comunidade mundial de consumo se tornou um famoso meio facilitador de procura aos mais variados objetos e serviços para satisfazer os desejos e necessidades de uma economia globalizada. Evidentemente o Direito, sendo a ciência que acompanha o caminhar social, não deixaria de abraçar as garantias do consumidor nas relações comerciais, principalmente do seu direito de reconsideração frente à comercialização jurídica realizada, dentro das normas estabelecidas em lei. Para isso utiliza-se a metodologia de pesquisa bibliográfica para realização desse trabalho, com fontes em artigos científicos, legislação sobre o assunto, doutrina e internet.

Palavras-chaves: Direito do Consumidor. Lojas Virtuais. Internet. Comércio Eletrônico.

# **RACISMO FRENTE AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

## **RACISM IN FRONT OF THE BRAZILIAN LEGAL ORDER**

Isabela da Silva MELO  
Sara Andressa Pereira BARBOSA  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

O presente artigo tem como principal proposta analisar o Racismo em sua correlação com a violência e a maneira de como ele é tratado em meio à sociedade brasileira, deixando explícito que o Racismo não é um tema recente abordado, mas presenciado desde a história escravista em que vivemos no passado. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e esse problema envolve não só as esferas políticas, mas sim o dia a dia, possuindo uma característica estrutural, o racismo afeta o indivíduo em todas as fases de sua vida, seja ela na infância, adolescência, fase adulta e até mesmo na velhice, deixando seus traumas e suas sequelas. Nesse estudo contempla-se o quanto essa desigualdade ainda se faz presente no mundo, sobretudo na criminalidade onde o índice de violência e a taxa de mortalidade decorrente do racismo nos últimos tempos só vêm aumentando, com isso questiona-se o sistema por tamanha intolerância a raça negra e por tratarem essa questão com contra ordenação, não aplicando punição adequada aos indivíduos etnocêntricos. Utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chaves: Racismo. Violência. Desigualdade. Escravista.

## **A FALSA MORAL DA PENA DE MORTE**

### **THE FALSE MORALITY OF THE DEATH PENALTY**

Thiago Tamassia Sanches BENVENUTO

Tullio Vitor HENRIQUE

Luciana Renata Rondina STEFANONI

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo mostrar a inefetividade da pena capital, demonstrando durante o texto o histórico da mesma, a percepção popular que tal pena carrega, a visão constitucional da pena de morte, os direitos humanos e a sua relação com essa modalidade de pena e as consequências dessa punição, para isso será apresentado os diferentes pontos de vista envolvendo essa modalidade penal. Ao analisar-se o histórico mundial da aplicação da pena capital, observa-se um descompasso entre a justiça verdadeira e a tirania, tendo assim uma noção de quão brutal é a aplicação da pena de morte e como a mesma é usada para expor ao terror a população. No Brasil nada de muito diferente ocorre em relação à realidade desta pena, com a diferença de que quando esta era possível no território brasileiro possuía uma questão classista por trás de sua aplicação. Além de ser desincentivada pela declaração dos direitos humanos publicados no pós-guerra, a punição com a morte demonstra-se bastante ineficiente em combater a criminalidade, algo que é percebido pelos estudos inconclusivos sobre este tipo de pena. A pena capital por sua vez assim representa a volta à lei de talião e perda da justiça. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, com fontes de pesquisa em doutrina, legislação sobre o assunto e internet.

Palavras-chaves: Pena de Morte. Pena Capital. Eficácia. Consequência.

# **A BAIXA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO**

## **THE LOW RESOCIALIZATION OF THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM**

Ariadiny do Nascimento GONZALEZ

Bruno Moreira da SILVA

Mell Vomieiro TREVIZAN

Raphael Aduino PEDROSO

Luciana Renata Rondini STEFANONI

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir alguns motivos que incorrem na baixa ressocialização do Sistema Carcerário Brasileiro e seus efeitos sobre o condenado, acarretando vários problemas ao corpo social. Diante das pesquisas realizadas, constatou-se que o complexo administrativo prisional do Brasil passa por uma crise, tanto humanitária quanto na aplicabilidade da Legislação, onde se tem um sistema de características punitivas e que não cumpre o que está disposto na teoria do Ordenamento Jurídico. Desse modo, é estritamente necessário analisar a atual situação prisional, onde não traz formas práticas e bem sucedidas de ressocializar os indivíduos que se encontram encarcerados, tendo sua estrutura em estado deflagrado e precário, num ambiente de cela superlotado, onde presos interagem entre si e trocam experiências sobre suas atuações passadas. Diante desta situação, entende-se que o sistema carcerário brasileiro não está preocupado com a ressocialização, devolvendo à sociedade um sujeito com altas probabilidades de reincidência, estimulada por um crescimento exponencial da população carcerária, dificultando cada vez mais projetos que visam a recuperação do interno, trazendo cada vez mais implicações e divergências perante a execução das leis respectivas ao tema. Utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chaves: Ressocialização. Sistema Carcerário. Legislação.

## **AS QUESTÕES LEGAIS DA ATUAÇÃO DOS PLANOS DE SAÚDE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19.**

### **THE LEGAL ISSUES OF THE ACTION OF HEALTH PLANS IN FRONT OF THE COVID-19 PANDEMIC.**

Briana YasminArruda MURAD,  
Castilhiana Aparecida Alves RIBEIRO  
Josiane Isabel de Oliveira da SILVA  
Maria Eduarda Vieira CHIOZINI  
Vinicius Frigo RAHAL  
Regina Maria de SOUZA

#### **RESUMO**

O trabalho tem como objetivo central abordar sobre a atuação dos planos de saúde frente à pandemia. Segundo a Constituição Federal, o Estado é obrigado a fornecer um sistema de saúde de qualidade para todos (SUS). Porém, acaba por ter muitas falhas e o consumidor tem que recorrer a planos de saúde privados. Com a pandemia do Covid-19, o tratamento médico aumentou exponencialmente, o sistema público de Saúde entrou em colapso, deixando muitos à deriva. Segundo o Tribunal do Distrito Federal, qualquer complicação causada pelo Covid-19, será tratada como emergência, sendo que os planos de Saúde, não poderão exigir carência superior a 24 horas. Os planos de Saúde são regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sendo que cabe ao usuário no ato da contratação, analisar todas as informações do Plano e verificar se está com autorização de funcionamento em dia. Os planos estão autorizados a reajustes anuais segundo ANS, porém com relação a idosos, possui normas específicas quanto aos reajustes. Ressalta-se que os planos privados deverão atender sua demanda, não enviando seus pacientes ao SUS. As novas medidas adotadas pela ANS, juntos aos Planos de Saúde preveem a criação de Telessaúde, utilizando tecnologia da informação e comunicação de serviços à distância para o usuário, criação de medidas que dão maior flexibilização financeira as operadoras, com o congelamento dos depósitos de solvência, estabilizando no percentual. Por fim, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica qualificativa.

Palavras-chave: Planos de saúde. Covid-19. Pandemia.

## **A LITERATURA NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA JURÍDICA**

### **LITERATURE IN LEGAL ARGUMENTATIVE CONSTRUCTION**

Sophia Antunes MACHADO  
Thalia Pereira ROSSIGNALI  
Geovana P. Oliveira SANTOS  
Alines Leda SCURSIATO

#### **RESUMO**

A argumentação é primordial na construção do saber jurídico porque o Direito se desenvolve em um cenário paradoxal, contraditório, por isso se busca nele a harmonização da identidade na diversidade. O mercado, por sua vez, expõe muita rivalidade e, com isso, requerer cada vez mais cognição dos sujeitos sociais, sobretudo nos âmbitos da escrita, da leitura e da retórica. Para a construção do discurso persuasivo, está a literatura que contribui para as relações sociais, de forma que a comunicação seja empática e harmoniosa com diferentes indivíduos, atuando diretamente na área jurídica e fixando diretrizes. Nesse sentido, a argumentação possibilita defesa e acusação do ponto de vista do orador voltado a um auditório a fim de obter, pelo discurso, o convencimento, a persuasão na construção da verdade de cada processo com o intuito de impor o direito válido para todo o grupo social. Assim, este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, a partir da leitura e compreensão de textos em artigos e livros que abordaram o tema escolhido. Por fim, entende-se que a leitura dos clássicos literários possibilita não só entretenimento e conhecimento, mas favorece também a formação humana e a eficácia nas relações interpessoais, essenciais para o sucesso pessoal e profissional.

Palavras-chave: Direito. Literatura. Discurso. Argumentação

## **ESTRUTURA DO MERCADO DE CARBONO**

### **STRUCTURE OF THE CARBON MARKET**

João Vitor Teodoro OLIVEIRA  
Juliano Aguiar RODRIGUES  
Marcos Vinicius Martins RIBEIRO

#### **RESUMO**

O desenvolvimento econômico afetou e afeta negativamente o meio ambiente. Tendo em vista que os danos ambientais ocasionados pelos gases poluentes, responsáveis pelo aquecimento global, são cumulativos, deste modo, surge o Protocolo de Quioto, com o intuito de garantir o direito às futuras gerações um meio ambiente equilibrado e estável. Foi fundado então, o Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), estabelecendo o mercado de carbono e o CER (Certificado de Emissão Reduzida) que transforma a redução do EGEE (Emissão de Gases do Efeito Estufa) em commodities valiosas, despertando assim o interesse da preservação ambiental e desenvolvimento de tecnologias para preservar o meio ambiente. O direito ao meio ambiente equilibrado é um direito constitucional garantido pela constituição, desse modo, conclui-se que é evidente a importância de compreender a estrutura os aspectos básicos e jurídicos desse mercado bilionário que é responsável por movimentar grandes quantias de capital e garantir a preservação do meio ambiente que é do interesse de todos os países. Assim, este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e compreensão de textos retirados da internet.

Palavras chaves: Carbono. Desenvolvimento. Sustentável.

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ONLINE E DELIVERY NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA**

**ANALYSIS OF THE IMPORTANCE OF DIGITAL PLATFORMS  
OF ONLINE SERVICES AND DELIVERY IN THE PANDEMIC CONTEXT**

Maria Amélia Freitas dos SANTOS  
Maria Eduarda Velozo de FREITAS  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar a importância das plataformas digitais de prestação de serviço *on line* e delivery no contexto da pandemia. A metodologia utilizada se deu através de pesquisas bibliográficas. No estudo, foi demonstrado o crescimento dos acessos aos novos dispositivos, o modo como esses canais digitais surgiram dentro dos comércios e quais foram os critérios para que eles se findassem como uma plataforma totalmente segura para a realização de transações, como compra e venda. Foi abordado sobre as adaptações necessárias perante a atual situação do país como forma de prevenir a propagação do vírus, evitando com que os clientes dirijam-se até o ponto comercial para adquirirem os produtos desejados, em especial à classe idosa que, além de representar uma parcela dos grupos de risco, também é o grande desafio dos aplicativos de compra e venda online. Por fim, concluiu-se que as novas tecnologias influenciam no aprimoramento das atividades estratégicas das grandes e pequenas empresas que estão buscando integrar-se no meio digital, analisando as inovações tecnológicas disponíveis no mercado para otimização dos serviços das empresas do setor comercial.

Palavras-chave: Plataformas digitais. Empresas comerciais. Tecnologia. Pandemia.

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO DIANTE DO PRINCÍPIO DA  
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**BRAZILIAN PRISON SYSTEM IN FRONT OF THE HUMAN PERSON'S DIGNITY  
PRINCIPLE**

Bruna Vitoria CERELI  
Bruno Henrique Alves de SOUZA  
Guilherme Biribi de OLIVEIRA  
Willian Galvão da SILVA  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

No cenário brasileiro, o sistema carcerário tem se mostrado escasso em função do desenvolvimento de presidiários dispostos à ressocialização, além de se mostrar falho em aspectos propostos pelo Estado como essencial, oferecendo poucos meios de se integrar novamente em meio à sociedade, tornando-os submisso àquele tratamento e então, cometem novos crimes. A presente pesquisa tem como objetivo de elucidar as falhas que ferem os princípios da dignidade humana em presídios de todo o país. Para sua realização, utilizou-se o método dedutivo através de levantamento bibliográfico, artigos jurídicos e artigos científicos, buscando apresentar as diferenças e formas de tratamentos desprezíveis. Neste artigo são abordadas as taxas de encarceramento e ocupação de vagas (%) de países inferiores e superiores ao Brasil. Vale ressaltar que este estudo busca mostrar aos interessados em conhecer as condições precárias do sistema carcerário brasileiro. Por fim, o presente trabalho apontou o descaso com os presidiários que vai desde a falta de saneamento básico até a falta de ressocialização.

Palavras-chave: Sistema carcerário brasileiro. Ressocialização. Descaso. Dignidade da Pessoa Humana.

## **CONTRATO DE LOCAÇÃO EM MEIO PANDEMIACOVID-19**

### **LEASING AGREEMENT IN PANDEMIC COVID-19**

Heloisa Bogaz MADEIRA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central encontrar respostas para o atual conflito causado pelo vírus COVID-19, no qual vem afetando a instabilidade contratual, impulsionado pela preocupação com o impacto sobre a situação econômica do país, encontra-se presente a Teoria da Imprevisão e Força Maior, onde estas estão amparadas por meio de doutrinas e do Código Civil, pra que desta forma seja possível encontrar formas vencer o desafio que vem sendo reequilibrar a equação dos contratos, sendo está uma medida necessária, desta forma o primeiro e mais importante passo para o contratante é induzir de boa-fé a negociação das mudanças necessárias em seu atual contrato pactuado. A sinceridade objetiva produz a responsabilidade de lealdade e cooperação para alcançar os resultados esperados que sejam benéficos para ambas as partes do contrato, e se torna um elemento de integração hermenêutica quando é difícil aplicar a teoria da imprevisibilidade. Ademais, ainda que ambas as partes não alcancem um consentimento, o poder judiciário haverá uma ação fundamental na preservação desses fundamentos para que um desenlace justo e coerente possa ser sugestão de conciliação com cada processo individual. Por fim, consigna-se que este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas e compreensão de textos de artigos científicos retirados da internet.

Palavras-chave: COVID-19. Contrato de Locação. Força Maior. Imprevisão.

## **A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SEUS EFEITOS NA ATUALIDADE**

### **CRISIS IN THE BRAZILIAN PRISIONAL SYSTEM AND ITS EFFECTS IN ACTUALITY**

Felipe A. de S. BARBOZA  
Jessica Rodrigues PEREIRA  
Gisele da Silva COVA

#### **RESUMO**

No trabalho de pesquisa atual, foi abordado sobre o Sistema Prisional Brasileiro. O objetivo foi oferecer conhecimento aos leitores, trazendo-lhes uma visão acerca do tema. Foi discutido sobre o conceito do sistema carcerário, onde é citada a evolução dos estabelecimentos prisionais, as mudanças que houve na finalidade de penas, e alguns dados que discorrem brevemente sobre a falência que acontece cada vez mais no sistema, levantando assim problemas como a superlotação, saúde precária, entre outros. Também sobre a diferença de um país para outro, onde uns buscam a ressocialização dos presos e outros acabam deixando os indivíduos ainda piores do que antes. Foi citado como é a visão da sociedade atual, sobre como as pessoas influenciam o estado e a administração desses sistemas. E, por fim, sobre a dignidade humana e as garantias do preso, isso porque, a dignidade é um direito fundamental do preso para que este tenha uma vida digna. A metodologia usada foi através da revisão de literatura com fontes de pesquisa em doutrina, artigos científicos, internet e legislação sobre o assunto. E na conclusão foram apresentadas soluções para se refletir e discutir, para que assim, o país não precise conviver com essa falha no sistema.

Palavras-chaves: Sistema prisional brasileiro. Evolução. Problemas. Ressocialização.

**ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO: um vislumbre da possibilidade de descriminalização no Brasil.**

**ABORTION CAUSED BY PREGNANT WOMEN OR WITH HER CONSENT: a glimpse of the possibility of decriminalization in Brazil.**

Leonardo Silva TEREZA  
Samuel da Silva SOUZA  
Robson Rodrigo Ferro LIVORATTI  
Lethícia Estéfani Ribeiro ALVES  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Criminalizado pelos artigos 124 e seguintes do código penal, com exclusão de ilicitude apenas em casos de anencefalia como malformação detectada no nascituro ou em gravidez como consequência de estupro, mesmo contemporaneamente o aborto sempre foi um assunto polêmico devido ao teor da acirrada discussão entre os que são favoráveis a descriminalização e os que são fervorosamente contra, na maioria das vezes por motivos religiosos. A polêmica gira em torno de uma incerteza científica, algo que não se pôde afirmar até agora com absoluta certeza: onde começa a vida humana. Justamente por isso e por outros aspectos como questão da autonomia da mulher sobre seu próprio corpo, a situação das gestantes que, não podendo exercer o abortamento legalmente, são forçadas a procedimentos precários e inseguros entre outros que trazem este assunto para os holofotes frequentemente. Às vezes, em meio a tantas informações de diferentes fontes com diferentes opiniões sobre o mesmo assunto, a visão dos prováveis rumos das problemáticas fica turvas e foi a partir dessa premissa que com este trabalho pretendeu-se delinear a possibilidade da legalização. Através de pesquisa bibliográfica e leitura de textos em artigos na internet, o que se obteve foi a projeção da concretização da conquista descriminalização, contudo, num futuro significativamente distante devido as características do próprio país, de sua população e na evidente retomada do conservadorismo ao protagonismo político.

Palavras-Chave: Aborto. Direito. Mulher. Penal. Gravidez

# **INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO COMPORTAMENTO VIOLENTO DOS INDIVÍDUOS E O EFEITO COPYCAT**

## **THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON INDIVIDUAL'S VIOLENT BEHAVIOR AND THE COPYCAT EFFECT**

Caio Henrique GONÇALVES

Giovanni Biazoto MANCHINI

Lucas Gitti JULIANO

Maria Augusta Jardim Do Santos CORRÊA

Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

O sensacionalismo provocado pela publicidade seja pelos meios convencionais de comunicação ou pelas mídias sociais, em casos de suicídio ou crimes violentos, podem levar indivíduos propensos a cometer tais crimes e a se sentirem parte de algo maior, mostrando que não são os únicos a pensar desta maneira e então criarem coragem para de fato replicarem tal atitude. Bandura com a Teoria da Aprendizagem Social e Coleman com o "Efeito Copycat" trazem à tona os malefícios da ampla divulgação de tais crimes. O primeiro autor mostra através de seus experimentos que a falta de punição incita a repetição de atos violentos pelos seus espectadores. O segundo, além de corroborar com o que já havia sido antes dito, reforça a tese de que por não se sentirem parte do problema e não assumirem a parte de responsabilidade que lhes cabe, a mídia e os meios de comunicação ignoram as teorias supracitadas e contribuem ainda mais com o comportamento, gerando um ciclo vicioso. Virginia Tech e Columbine somam 43 mortes, e são apenas alguns exemplos da periculosidade da disseminação de notícias violentas. O objetivo do presente trabalho é estudar o Efeito Copycat, conceituando-o, apresentando as críticas envolvidas e exemplos reais, tendo como metodologia a revisão bibliográfica de artigos e livros relacionados ao tema, sendo assim, foi utilizado o método dedutivo. De forma geral, conclui-se pela necessidade da aceitação da parcela de culpa que cabe aos meios de comunicação, para que assim a publicidade dos fatos seja feita de maneira responsável.

Palavras-chaves: Efeito Copycat. Violência. Divulgação. Aprendizagem Social.

## **A CRIMINALIZAÇÃO IMPEDE O DIREITO AO ABORTO SEGURO**

### **CRIMINALIZATION PREVENTS THE RIGHT TO SAFE ABORTION**

Amanda da Silva ZAGO  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

Diante do enorme número de abortos induzidos ilegalmente e de forma insegura, percebe-se a necessidade de avaliar os efeitos da criminalização do aborto, no Brasil. O objetivo geral do presente trabalho é mostrar que a criminalização do aborto não tem sido eficaz e útil para a proteção da vida, o que foi comprovado, já que o enorme número de abortos não tem reduzido. Os objetivos específicos são: descrever a trajetória histórica e apresentar dados que resumem o que os pesquisadores brasileiros produziram sobre aborto entre os anos 1989 a 2009. Utilizando dados estatísticos, a partir de procedimentos bibliográficos, os objetivos específicos, de acordo com os estudos do Ministério da Saúde, mostraram que mulheres, predominantemente, entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, fazem o uso do misoprostol para realizar o aborto em casa ou para iniciá-lo e terminá-lo no hospital. A metodologia utilizou-se do método dedutivo. Desta forma, é necessário considerar a prática como um problema de saúde pública, busca-se sua descriminalização para garantir a saúde das mulheres, tendo em vista que a sua discriminação não diminui o número de abortos induzidos.

Palavras-chaves: Aborto. Saúde Pública. Criminalização. Descriminalização.

## **A DESCRIMINALIZAÇÃO DA *CANNABIS SATIVA* NO BRASIL**

### **THE DECRIMINALIZATION OF *CANNABIS SATIVA* IN BRAZIL**

Amanda Mateus Fim GATTO  
Fernanda da Silva FREIRE  
Hillary Vargas QUEIROZ  
Luana Aparecida da Silva PEREIRA  
Paula Eduarda Lima Borges Menezes dos REIS  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma discussão no que concerne a descriminalização da Cannabis sativa, popularmente conhecida como maconha no Brasil. A proposta geral é mostrar as consequências do ato de criminalização da maconha, como a extrema violência encontrada no país, principalmente em meio a população marginalizada, o super encarceramento e os atos infracionais cometidos pela busca da droga. O objetivo principal é a argumentação dos possíveis aspectos positivos e negativos caso a Cannabis sativa venha a ser descriminalizada no Brasil. No decorrer desta apresentação serão exibidos os fatos históricos relacionados ao surgimento da maconha e o modo como ocorreu a expansão dessa droga mundialmente conhecida. Além disso, também serão discutidos assuntos relacionados à desigualdade de punição em comparação as pessoas da alta e baixa sociedade e ainda serão relatados os benefícios e malefícios da Cannabis no olhar medicinal. Por fim, a conclusão é feita baseada nos resultados de outros países que utilizaram de medidas voltadas a descriminalização e obtiveram resultados satisfatórios. A metodologia utilizada no presente trabalho foi feita através do método dedutivo.

Palavras-chaves: Descriminalização. *Cannabis Sativa*. Maconha. Consumo.

**A CONSTITUCIONALIDADE DAS MEDIDAS RESTRITIVAS ADOTADAS NA  
PANDEMIA POR DECRETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

**THE CONSTITUTIONALITY OF RESTRICTIVE MEASURES ADOPTED IN  
PANDEMIA BY STATE AND MUNICIPAL DECREE**

Vinicius GONÇALVES  
Alines Leda SCURCIATTO

**RESUMO**

O avanço do COVID-19 no Brasil trouxe uma série de desafios e conflitos ao país, entre eles se faz notório o questionamento sobre o choque entre as liberdades individuais e as medidas restritivas para conter o avanço do vírus. Sobretudo se faz necessária uma análise sobre a origem e o papel do Estado, remetendo desde sua concepção na antiguidade até o atual estado de direito, cuja função é assegurar a população e os limites da intervenção estatal. Por isso, verificou-se a ligação da concepção de Estado com o surgimento dos movimentos constitucionalistas, inerentemente ligado à limitação do poder do Estado sobre os indivíduos, visto que o atual neoconstitucionalismo assegura os direitos do indivíduo, protegidos pela Constituição Federal. Para tanto, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de análise bibliográfica, com consulta em livros, artigos e periódicos. A partir da revisão da literatura, notou-se que a resposta do legislativo à emergência de medidas normativas para regulamentar as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia e o entendimento do STF que culminaram na ponderação, possibilitam a adoção das medidas restritivas sem ferir as liberdades individuais.

Palavras-chaves: Constitucionalismo. Liberdades individuais. Medidas restritivas. Estado.

# **O CRESCENTE NÚMERO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIANTE A PANDEMIA DO COVID-19**

## **THE GROWING NUMBER OF CASES OF DOMESTIC VIOLENCE IN THE COVER-19 PANDEMIC**

Gabriela Cardoso RUIZ  
Roberto Gabriel Ruiz VICENTE  
Weschey Antonio Alves CUBO  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

Em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, mudando seus mecanismos para prevenir a violência doméstica contra a mulher. Antes dessa Lei os crimes eram julgados em juizados especiais criminais, para onde vão os crimes de menor potencial ofensivo. Pós a entrada em vigor da Lei essa competência foi deslocada para novos Juizados Especializados de violência doméstica, onde tratam os casos com mais abrangência. No Brasil, no ano 2020 foi decretado o isolamento social, devido ao surgimento do COVID-19, com isso as mulheres foram obrigadas há passar mais tempo com seus companheiros, com isso os casos de violência doméstica subiram aproximadamente a marca de 50%, sendo que as autoridades competentes tiveram que tomar medidas remotas no auxílio a prevenção destas violências. O objetivo do presente artigo é conscientizar as mulheres que ainda sofrem violência a tomar a decisão de denunciar o agressor para que as medidas de punição sejam tomadas. A metodologia utilizada foi à pesquisa em sites de legislação pertinentes à temática e doutrinas. Em consequência a pandemia esta Lei tem ajudado a combater muitos casos de violência contra as mulheres, assim, percebe-se a importância dessa norma para que as penas atribuídas às condutas agressivas dos ofensores possam ser devidamente punidas.

Palavras-chaves: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica. Pandemia. Punição.

## **EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

### **EUTHANASIA IN BRAZILIAN LEGAL ORDERAGEMENT**

Miguel David Martin da SILVA  
Elisa Fernanda de Souza WIDER  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo central analisar como o ordenamento jurídico brasileiro dispõe sobre a Eutanásia. Utilizando de métodos de pesquisa científica explicativa e descritiva para compreender como o assunto é tratado no país e no mundo além de suas causas e efeitos. Ela é dividida em ativa, quando o agente pratica a conduta buscando o resultado morte, e passiva que se caracteriza pela omissão, deixando o agente de praticar um ato, sabendo que sua ausência no mesmo levará a vítima a óbito. Segundo o ordenamento jurídico, doutrinas e jurisprudências majoritárias brasileiras a morte ocorre quando a vítima tem suas atividades cefálicas cessadas. Diante disto, será tratado no presente artigo de que forma o Código Penal em seu artigo 121 do decreto Lei 2838/40 classifica o crime no ordenamento, o que é, como ocorre, de que forma é feita a dosimetria da pena, visto que, no Brasil a eutanásia é caracterizada como crime, mesmo nos casos se tratando da eliminação de um sofrimento constante e em quais casos o ato de abreviação da vida não será considerado eutanásia. Diante do estudo realizado foi possível se obter a conclusão de que, a eutanásia é considerada um crime tipificado no art. 121 do CP, ou seja, como homicídio.

Palavras-chaves: Eutanásia. Morte. Crime. Vida.

# **SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL E SEUS DIREITOS ASSEGURADOS PELA CONSTITUIÇÃO**

## **PUBLIC HEALTH IN BRAZIL AND ITS RIGHTS ENSURED BY THE CONSTITUTION**

Amanda Cristina M. BONFÁ  
Evellyn Chinaglia GARRIO  
Fabiana Clemente MANZOLI  
João Victor M. MUNIZ  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo estabelecer as funções do Sistema de Saúde Público brasileiro, e como a Constituição Federal garante este direito. Este artigo tem como foco, abordar a formação desse sistema, e como ele chegou ao ponto de saturação que se encontra neste momento. No decorrer deste artigo, é submetido para análise os principais fatores que influenciaram a implementação deste sistema, e seu funcionamento antes do Sistema Único de Saúde ser aplicado de fato. É enfatizado que, mesmo a Constituição assegurando aos brasileiros saúde de qualidade, infelizmente o que se encontra é um sistema precário e que sofre inúmeros problemas em suas finanças. Apresenta-se a opção da privatização do SUS, e quais são suas problemáticas. Seguindo tal norte esse também trará exemplos de como é implantado os serviços de saúde por parte das grandes potências econômicas. A metodologia neste artigo utilizou-se de bibliografia, pesquisas realizadas em sites, reportagens e fatos históricos. Concluindo-se assim que é indubitável a gratuidade e uma aplicação coerente do serviço brasileiro de saúde pública.

Palavras-chave: Saúde. Sistema Único de Saúde. Estrutura. Direitos.

---

# **A INTERFACE ENTRE A EVOLUÇÃO DO BIODIREITO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

## **THE INTERFACE BETWEEN THE EVOLUTION OF BIOLAW AND THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON**

Laura Lima BASSOLI  
Pedro de Paula SILVÉRIO  
Thais Tonizioli MASCHIO  
Thales Santos SILVA  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como finalidade apresentar a evolução do Biodireito e sua relação com a dignidade da pessoa humana, baseando-se em pensamentos filosóficos juntamente com fatos históricos para construir essa interface. Ademais, esse traz a importância da associação do inovador ramo jurídico, denominado Biodireito, bem como a bioética correlata aos direitos humanos a fim de assegurar a proteção da dignidade humana, adequando essa de acordo com a evolução da sociedade. Outrossim, demonstra pontos em que o avanço científico corrobora para a evolução de tal, expondo a adequação do direito, mas também os casos contrários a esse fato, os quais lesionam a ética e a referida dignidade. Seguindo tal norte, esse também trará a importância do princípio da autonomia da vontade para o Estatuto da Pessoa com Deficiência e sua imprescindível contribuição para o pleno exercício dos direitos e inclusão desses indivíduos, em consonância, dessa maneira, com a interface temática do trabalho. Portanto, cumpre salientar que a evolução do Biodireito caminha adjunta à bioética e aos direitos humanos, de forma a resguardar a dignidade da pessoa humana. No mais, consigna-se que a metodologia aplicada foi baseada na análise de artigos relacionados ao tema e pesquisas efetuadas na internet.

Palavras-chaves: Biodireito. Dignidade da Pessoa Humana. Bioética. Direitos Humanos.

## **SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS E SOLUÇÕES**

### **BRAZILIAN PRISON SYSTEM: CHALLENGES AND SOLUTIONS**

Eduarda Gabriely Duran RODRIGUES

Emily Quintino ARAÚJO

Iasmin Maria Saraiva VALERETO

Láis Blanco ROSALIN

Regina Maria de SOUZA

#### **RESUMO**

Essa pesquisa tem o objetivo de mostrar os problemas majoritariamente encontrados no sistema penal brasileiro, apresentando fatos, fazendo comparações e trazendo alternativas de soluções para um cárcere mais eficiente. Aqui iremos abordar os tópicos: superlotação; justiça ineficaz; falta de estrutura para deficientes físicos e mentais; morosidade da justiça; comparação entre o sistema penal norueguês e brasileiro; normas e suas discrepâncias quanto à realidade penal. Foram usadas comparações baseadas nas leis subjetivas de jurisprudências e de outros sistemas prisionais que tiveram resultados muito melhores em relação ao Brasil ao usarem outros métodos mais humanitários. A conclusão foi obtida na absorção dos fatos presentes em todo o artigo, criando de forma lógica condutas a serem tomadas pelo Governo e agentes da lei perante nossa situação atual, usando o dinheiro público de forma mais útil para uma melhoria futura, para isso sendo necessário ter um olhar mais amplo em relação ao que realmente é uma prisão. A metodologia utilizada foi o método dedutivo.

Palavras-chaves: Superlotação. Justiça Ineficaz. Morosidade da Justiça. Sistema Penal.

## **O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL**

### **THE JUDICIARY IN BRAZIL**

Bruna Thais Soares EMÍDIO  
Giovana Vilela FERREIRA  
Lucas Rossafa Agostinho CORREA  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

#### **RESUMO**

O Poder Judiciário foi criado para defender os direitos individuais e coletivos dos cidadãos resolvendo os conflitos de interesse. Essa prática ocorre desde a Grécia Antiga. Foi a partir daí que surgiu o termo "jurisdição" - do latim, "dizer o direito" - que designa o poder que o Estado possui ao aplicá-lo no âmbito da sociedade ao proteger a ordem jurídica e autoridade da lei. Para isso, o Poder Judiciário teve autonomia administrativa e financeira garantida pela Constituição Federal que dita às leis regentes do país e que preveem os direitos judiciais com uma melhor organização. O judiciário, assim, foi dividido em vários órgãos que atuam conforme sua competência. O Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado Moderno. Na teoria de Montesquieu, ele não é um poder como todo, mas sim uma função do Estado. Da mesma forma, o Poder Judiciário permite fazer contrapeso a certas decisões governamentais e, com as mudanças sofridas no país diante de toda a história, suas leis também sofreram e sofrem alterações. Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a evolução e modificações sofridas pelo Poder Judiciário ao longo das décadas, afim de atender o bem comum. A metodologia utilizada foi Revisão de literatura.

Palavras-chaves: Justiça. Poder Judiciário. Sociedade. Direitos Humanos. História.

**JORNADA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES E A REPRESSÃO  
DO ESTADO**

**THE JOURNEY OF BRAZILIAN SLAVERY IN THE CONTEMPORARY  
SOCIETY THE EXPLORATION OF BRAZILIANS WORKERS AND THE  
REPRESSION OF THE STATE**

Ana Júlia Oliveira ALVES  
Bruna Roberta Da SILVA  
Gustavo Matsumato RODRIGUES

**RESUMO**

O presente artigo, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e do método dedutivo, possui o objetivo de demonstrar o quanto a escravidão está presente na sociedade brasileira, como essa forma de trabalho desumano atinge milhares de brasileiros, principalmente dos Estados de Minas Gerais, onde o garimpo gera uma pequena renda para muitas famílias e grande lucro para seus patrões. Partindo para uma análise de como o Estado lidou e ainda lida com a escravidão, que, em tese, foi abolida em 13 de maio de 1888, porém, mesmo após trezentos anos, essa prática de trabalho que explora o trabalhador, retirando-lhe todos os seus direitos, como trabalhador e ser humano, ainda perpetua em nosso país, demonstrando um grande retrocesso histórico. Assim, devem ser trabalhadas propostas no meio executivo para que essas atividades criminosas sejam cada vez menos eminentes no Brasil e seus idealizadores penalizados, para que essas pessoas que estão vivenciando essas humilhações e violações de Direitos Humanos sejam capazes de obter justiça.

Palavras-chaves: Trabalho Escravo. Relações de trabalho. Escravos de Minas Gerais.

# **INTENSIFICAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO PERÍODO DE ISOLAMENTO DA PANDEMIA COVID-19**

## **INTENSIFICATION OF CASES OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE INSULATION PERIOD OF PANDEMIC COVID-19**

Maria Fernanda Garcia MAGANHA

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar a intensificação de casos de violência doméstica contra a mulher, a partir do início do período de isolamento ocasionado pela pandemia do Covid-19. A violência doméstica é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. O período de isolamento social, que embora necessário para evitar propagação do vírus na sociedade, fez com que a convivência entre as mulheres vítimas de violência doméstica e seus agressores, se tornasse mais intensa, dificultando ainda mais, a busca de socorro por parte das vítimas. Busca-se ainda demonstrar quais são os caminhos que as vítimas podem buscar em caso de agressões ou ameaças, bem como a legislação para proteger as vítimas, e como punir os agressores, seja pela Lei Maria da Penha ou pela Lei do Feminicídio. O trabalho será desenvolvido por meio de revisão de literatura com consulta a livros, periódicos e legislação pertinente.

Palavras-chaves: Violência doméstica. Isolamento Social. Lei Maria da Penha. Crime de Feminicídio.

# **RELAÇÃO DE CONSUMO VIRTUAL PERANTE O DIREITO DO CONSUMIDOR**

## **VIRTUAL CONSUMER RELATIONSHIP BEFORE CONSUMER LAW**

Amanda Orlandi DIAS  
Gustavo Pansani de SOUZA  
Jaqueline dos Santos SANTIAGO  
Júlia Fachim CARDOSO  
Núbia Stefe Guimarães LOURENÇO  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

### **RESUMO**

O presente resumo é a conclusão de pesquisas feitas a respeito da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor em relação à viabilização pela comercialização eletrônica, em particular o mercado varejista de lojas virtuais. O objetivo é mostrar como o corpo social detém facilidade e acessibilidade a ofertas vindas dos mais diversos lugares e como o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) permanece competente e aplicável. A ampliação da internet e sua disseminação como uso contínuo pela comunidade mundial de consumo se tornou um famoso meio facilitador de procura aos mais variados objetos e serviços para satisfazer os desejos e necessidades de uma economia globalizada. Evidentemente o Direito, sendo a ciência que acompanha o caminhar social, não deixaria de abraçar as garantias do consumidor nas relações comerciais, principalmente do seu direito de reconsideração frente à comercialização jurídica realizada, dentro das normas estabelecidas em lei. Para isso utiliza-se a metodologia de pesquisa bibliográfica para realização desse trabalho, com fontes em artigos científicos, legislação sobre o assunto, doutrina e internet.

Palavras-chaves: Direito do Consumidor. Lojas Virtuais. Internet. Comércio Eletrônico.

# **RACISMO FRENTE AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

## **RACISM IN FRONT OF THE BRAZILIAN LEGAL ORDER**

Isabela da Silva MELO  
Sara Andressa Pereira BARBOSA  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

O presente artigo tem como principal proposta analisar o Racismo em sua correlação com a violência e a maneira de como ele é tratado em meio à sociedade brasileira, deixando explícito que o Racismo não é um tema recente abordado, mas presenciado desde a história escravista em que vivemos no passado. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e esse problema envolve não só as esferas políticas, mas sim o dia a dia, possuindo uma característica estrutural, o racismo afeta o indivíduo em todas as fases de sua vida, seja ela na infância, adolescência, fase adulta e até mesmo na velhice, deixando seus traumas e suas sequelas. Nesse estudo contempla-se o quanto essa desigualdade ainda se faz presente no mundo, sobretudo na criminalidade onde o índice de violência e a taxa de mortalidade decorrente do racismo nos últimos tempos só vêm aumentando, com isso questiona-se o sistema por tamanha intolerância a raça negra e por tratarem essa questão com contra ordenação, não aplicando punição adequada aos indivíduos etnocêntricos. Utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chaves: Racismo. Violência. Desigualdade. Escravista.

## **A FALSA MORAL DA PENA DE MORTE**

### **THE FALSE MORALITY OF THE DEATH PENALTY**

Thiago Tamassia Sanches BENVENUTO

Tullio Vitor HENRIQUE

Luciana Renata Rondina STEFANONI

#### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo mostrar a inefetividade da pena capital, demonstrando durante o texto o histórico da mesma, a percepção popular que tal pena carrega, a visão constitucional da pena de morte, os direitos humanos e a sua relação com essa modalidade de pena e as consequências dessa punição, para isso será apresentado os diferentes pontos de vista envolvendo essa modalidade penal. Ao analisar-se o histórico mundial da aplicação da pena capital, observa-se um descompasso entre a justiça verdadeira e a tirania, tendo assim uma noção de quão brutal é a aplicação da pena de morte e como a mesma é usada para expor ao terror a população. No Brasil nada de muito diferente ocorre em relação à realidade desta pena, com a diferença de que quando esta era possível no território brasileiro possuía uma questão classista por trás de sua aplicação. Além de ser desincentivada pela declaração dos direitos humanos publicados no pós-guerra, a punição com a morte demonstra-se bastante ineficiente em combater a criminalidade, algo que é percebido pelos estudos inconclusivos sobre este tipo de pena. A pena capital por sua vez assim representa a volta à lei de talião e perda da justiça. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, com fontes de pesquisa em doutrina, legislação sobre o assunto e internet.

Palavras-chaves: Pena de Morte. Pena Capital. Eficácia. Consequência.

# **A BAIXA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO**

## **THE LOW RESOCIALIZATION OF THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM**

Ariadiny do Nascimento GONZALEZ

Bruno Moreira da SILVA

Mell Vomieiro TREVIZAN

Rafhael Aduino PEDROSO

Luciana Renata Rondini STEFANONI

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir alguns motivos que incorrem na baixa ressocialização do Sistema Carcerário Brasileiro e seus efeitos sobre o condenado, acarretando vários problemas ao corpo social. Diante das pesquisas realizadas, constatou-se que o complexo administrativo prisional do Brasil passa por uma crise, tanto humanitária quanto na aplicabilidade da Legislação, onde se tem um sistema de características punitivas e que não cumpre o que está disposto na teoria do Ordenamento Jurídico. Desse modo, é estritamente necessário analisar a atual situação prisional, onde não traz formas práticas e bem sucedidas de ressocializar os indivíduos que se encontram encarcerados, tendo sua estrutura em estado deflagrado e precário, num ambiente de cela superlotado, onde presos interagem entre si e trocam experiências sobre suas atuações passadas. Diante desta situação, entende-se que o sistema carcerário brasileiro não está preocupado com a ressocialização, devolvendo à sociedade um sujeito com altas probabilidades de reincidência, estimulada por um crescimento exponencial da população carcerária, dificultando cada vez mais projetos que visam a recuperação do interno, trazendo cada vez mais implicações e divergências perante a execução das leis respectivas ao tema. Utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chaves: Ressocialização. Sistema Carcerário. Legislação.

## **AS QUESTÕES LEGAIS DA ATUAÇÃO DOS PLANOS DE SAÚDE FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19.**

### **THE LEGAL ISSUES OF THE ACTION OF HEALTH PLANS IN FRONT OF THE COVID-19 PANDEMIC.**

Briana YasminArruda MURAD,  
Castilhiana Aparecida Alves RIBEIRO  
Josiane Isabel de Oliveira da SILVA  
Maria Eduarda Vieira CHIOZINI  
Vinicius Frigo RAHAL  
Regina Maria de SOUZA

#### **RESUMO**

O trabalho tem como objetivo central abordar sobre a atuação dos planos de saúde frente à pandemia. Segundo a Constituição Federal, o Estado é obrigado a fornecer um sistema de saúde de qualidade para todos (SUS). Porém, acaba por ter muitas falhas e o consumidor tem que recorrer a planos de saúde privados. Com a pandemia do Covid-19, o tratamento médico aumentou exponencialmente, o sistema público de Saúde entrou em colapso, deixando muitos à deriva. Segundo o Tribunal do Distrito Federal, qualquer complicação causada pelo Covid-19, será tratada como emergência, sendo que os planos de Saúde, não poderão exigir carência superior a 24 horas. Os planos de Saúde são regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sendo que cabe ao usuário no ato da contratação, analisar todas as informações do Plano e verificar se está com autorização de funcionamento em dia. Os planos estão autorizados a reajustes anuais segundo ANS, porém com relação a idosos, possui normas específicas quanto aos reajustes. Ressalta-se que os planos privados deverão atender sua demanda, não enviando seus pacientes ao SUS. As novas medidas adotadas pela ANS, juntos aos Planos de Saúde preveem a criação de Telessaúde, utilizando tecnologia da informação e comunicação de serviços à distância para o usuário, criação de medidas que dão maior flexibilização financeira as operadoras, com o congelamento dos depósitos de solvência, estabilizando no percentual. Por fim, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica qualificativa.

Palavras-chave: Planos de saúde. Covid-19. Pandemia.

## **A LITERATURA NA CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA JURÍDICA**

### **LITERATURE IN LEGAL ARGUMENTATIVE CONSTRUCTION**

Sophia Antunes MACHADO  
Thalia Pereira ROSSIGNALI  
Geovana P. Oliveira SANTOS  
Alines Leda SCURSIATO

#### **RESUMO**

A argumentação é primordial na construção do saber jurídico porque o Direito se desenvolve em um cenário paradoxal, contraditório, por isso se busca nele a harmonização da identidade na diversidade. O mercado, por sua vez, expõe muita rivalidade e, com isso, requerer cada vez mais cognição dos sujeitos sociais, sobretudo nos âmbitos da escrita, da leitura e da retórica. Para a construção do discurso persuasivo, está a literatura que contribui para as relações sociais, de forma que a comunicação seja empática e harmoniosa com diferentes indivíduos, atuando diretamente na área jurídica e fixando diretrizes. Nesse sentido, a argumentação possibilita defesa e acusação do ponto de vista do orador voltado a um auditório a fim de obter, pelo discurso, o convencimento, a persuasão na construção da verdade de cada processo com o intuito de impor o direito válido para todo o grupo social. Assim, este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, a partir da leitura e compreensão de textos em artigos e livros que abordaram o tema escolhido. Por fim, entende-se que a leitura dos clássicos literários possibilita não só entretenimento e conhecimento, mas favorece também a formação humana e a eficácia nas relações interpessoais, essenciais para o sucesso pessoal e profissional.

Palavras-chave: Direito. Literatura. Discurso. Argumentação

## **ESTRUTURA DO MERCADO DE CARBONO**

### **STRUCTURE OF THE CARBON MARKET**

João Vitor Teodoro OLIVEIRA  
Juliano Aguiar RODRIGUES  
Marcos Vinicius Martins RIBEIRO

#### **RESUMO**

O desenvolvimento econômico afetou e afeta negativamente o meio ambiente. Tendo em vista que os danos ambientais ocasionados pelos gases poluentes, responsáveis pelo aquecimento global, são cumulativos, deste modo, surge o Protocolo de Quioto, com o intuito de garantir o direito às futuras gerações um meio ambiente equilibrado e estável. Foi fundado então, o Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), estabelecendo o mercado de carbono e o CER (Certificado de Emissão Reduzida) que transforma a redução do EGEE (Emissão de Gases do Efeito Estufa) em commodities valiosas, despertando assim o interesse da preservação ambiental e desenvolvimento de tecnologias para preservar o meio ambiente. O direito ao meio ambiente equilibrado é um direito constitucional garantido pela constituição, desse modo, conclui-se que é evidente a importância de compreender a estrutura os aspectos básicos e jurídicos desse mercado bilionário que é responsável por movimentar grandes quantias de capital e garantir a preservação do meio ambiente que é do interesse de todos os países. Assim, este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e compreensão de textos retirados da internet.

**Palavras chaves:** Carbono. Desenvolvimento. Sustentável.

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ONLINE E DELIVERY NO CONTEXTO DA  
PANDEMIA**

**ANALYSIS OF THE IMPORTANCE OF DIGITAL PLATFORMS  
OF ONLINE SERVICES AND DELIVERY IN THE PANDEMIC CONTEXT**

Maria Amélia Freitas dos SANTOS  
Maria Eduarda Velozo de FREITAS  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar a importância das plataformas digitais de prestação de serviço *on line* e delivery no contexto da pandemia. A metodologia utilizada se deu através de pesquisas bibliográficas. No estudo, foi demonstrado o crescimento dos acessos aos novos dispositivos, o modo como esses canais digitais surgiram dentro dos comércios e quais foram os critérios para que eles se findassem como uma plataforma totalmente segura para a realização de transações, como compra e venda. Foi abordado sobre as adaptações necessárias perante a atual situação do país como forma de prevenir a propagação do vírus, evitando com que os clientes dirijam-se até o ponto comercial para adquirirem os produtos desejados, em especial à classe idosa que, além de representar uma parcela dos grupos de risco, também é o grande desafio dos aplicativos de compra e venda online. Por fim, concluiu-se que as novas tecnologias influenciam no aprimoramento das atividades estratégicas das grandes e pequenas empresas que estão buscando integrar-se no meio digital, analisando as inovações tecnológicas disponíveis no mercado para otimização dos serviços das empresas do setor comercial.

Palavras-chave: Plataformas digitais. Empresas comerciais. Tecnologia. Pandemia.

# **SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO DIANTE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

## **BRAZILIAN PRISON SYSTEM IN FRONT OF THE HUMAN PERSON'S DIGNITY PRINCIPLE**

Bruna Vitoria CERELI  
Bruno Henrique Alves de SOUZA  
Guilherme Biribi de OLIVEIRA  
Willian Galvão da SILVA  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

No cenário brasileiro, o sistema carcerário tem se mostrado escasso em função do desenvolvimento de presidiários dispostos à ressocialização, além de se mostrar falho em aspectos propostos pelo Estado como essencial, oferecendo poucos meios de se integrar novamente em meio à sociedade, tornando-os submisso àquele tratamento e então, cometem novos crimes. A presente pesquisa tem como objetivo de elucidar as falhas que ferem os princípios da dignidade humana em presídios de todo o país. Para sua realização, utilizou-se o método dedutivo através de levantamento bibliográfico, artigos jurídicos e artigos científicos, buscando apresentar as diferenças e formas de tratamentos desprezíveis. Neste artigo são abordadas as taxas de encarceramento e ocupação de vagas (%) de países inferiores e superiores ao Brasil. Vale ressaltar que este estudo busca mostrar aos interessados em conhecer as condições precárias do sistema carcerário brasileiro. Por fim, o presente trabalho apontou o descaso com os presidiários que vai desde a falta de saneamento básico até a falta de ressocialização.

Palavras-chave: Sistema carcerário brasileiro. Ressocialização. Descaso. Dignidade da Pessoa Humana.

## **CONTRATO DE LOCAÇÃO EM MEIO PANDEMIACOVID-19**

### **LEASING AGREEMENT IN PANDEMIC COVID-19**

Heloisa Bogaz MADEIRA  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central encontrar respostas para o atual conflito causado pelo vírus COVID-19, no qual vem afetando a instabilidade contratual, impulsionado pela preocupação com o impacto sobre a situação econômica do país, encontra-se presente a Teoria da Imprevisão e Força Maior, onde estas estão amparadas por meio de doutrinas e do Código Civil, pra que desta forma seja possível encontrar formas vencer o desafio que vem sendo reequilibrar a equação dos contratos, sendo está uma medida necessária, desta forma o primeiro e mais importante passo para o contratante é induzir de boa-fé a negociação das mudanças necessárias em seu atual contrato pactuado. A sinceridade objetiva produz a responsabilidade de lealdade e cooperação para alcançar os resultados esperados que sejam benéficos para ambas as partes do contrato, e se torna um elemento de integração hermenêutica quando é difícil aplicar a teoria da imprevisibilidade. Ademais, ainda que ambas as partes não alcancem um consentimento, o poder judiciário haverá uma ação fundamental na preservação desses fundamentos para que um desenlace justo e coerente possa ser sugestão de conciliação com cada processo individual. Por fim, consigna-se que este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas e compreensão de textos de artigos científicos retirados da internet.

Palavras-chave: COVID-19. Contrato de Locação. Força Maior. Imprevisão.

## **A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E SEUS EFEITOS NA ATUALIDADE**

### **CRISIS IN THE BRAZILIAN PRISIONAL SYSTEM AND ITS EFFECTS IN ACTUALITY**

Felipe A. de S. BARBOZA  
Jessica Rodrigues PEREIRA  
Gisele da Silva COVA

#### **RESUMO**

No trabalho de pesquisa atual, foi abordado sobre o Sistema Prisional Brasileiro. O objetivo foi oferecer conhecimento aos leitores, trazendo-lhes uma visão acerca do tema. Foi discutido sobre o conceito do sistema carcerário, onde é citada a evolução dos estabelecimentos prisionais, as mudanças que houve na finalidade de penas, e alguns dados que discorrem brevemente sobre a falência que acontece cada vez mais no sistema, levantando assim problemas como a superlotação, saúde precária, entre outros. Também sobre a diferença de um país para outro, onde uns buscam a ressocialização dos presos e outros acabam deixando os indivíduos ainda piores do que antes. Foi citado como é a visão da sociedade atual, sobre como as pessoas influenciam o estado e a administração desses sistemas. E, por fim, sobre a dignidade humana e as garantias do preso, isso porque, a dignidade é um direito fundamental do preso para que este tenha uma vida digna. A metodologia usada foi através da revisão de literatura com fontes de pesquisa em doutrina, artigos científicos, internet e legislação sobre o assunto. E na conclusão foram apresentadas soluções para se refletir e discutir, para que assim, o país não precise conviver com essa falha no sistema.

Palavras-chaves: Sistema prisional brasileiro. Evolução. Problemas. Ressocialização.

**ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO: um vislumbre da possibilidade de descriminalização no Brasil.**

**ABORTION CAUSED BY PREGNANT WOMEN OR WITH HER CONSENT: a glimpse of the possibility of decriminalization in Brazil.**

Leonardo Silva TEREZA  
Samuel da Silva SOUZA  
Robson Rodrigo Ferro LIVORATTI  
Lethícia Estéfani Ribeiro ALVES  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Criminalizado pelos artigos 124 e seguintes do código penal, com exclusão de ilicitude apenas em casos de anencefalia como malformação detectada no nascituro ou em gravidez como consequência de estupro, mesmo contemporaneamente o aborto sempre foi um assunto polêmico devido ao teor da acirrada discussão entre os que são favoráveis a descriminalização e os que são fervorosamente contra, na maioria das vezes por motivos religiosos. A polêmica gira em torno de uma incerteza científica, algo que não se pôde afirmar até agora com absoluta certeza: onde começa a vida humana. Justamente por isso e por outros aspectos como questão da autonomia da mulher sobre seu próprio corpo, a situação das gestantes que, não podendo exercer o abortamento legalmente, são forçadas a procedimentos precários e inseguros entre outros que trazem este assunto para os holofotes frequentemente. Às vezes, em meio a tantas informações de diferentes fontes com diferentes opiniões sobre o mesmo assunto, a visão dos prováveis rumos das problemáticas fica turvas e foi a partir dessa premissa que com este trabalho pretendeu-se delinear a possibilidade da legalização. Através de pesquisa bibliográfica e leitura de textos em artigos na internet, o que se obteve foi a projeção da concretização da conquista descriminalização, contudo, num futuro significativamente distante devido as características do próprio país, de sua população e na evidente retomada do conservadorismo ao protagonismo político.

Palavras-Chave: Aborto. Direito. Mulher. Penal. Gravidez

# **APLICAÇÃO DA LEI PENAL NOS CRIMES CIBERNÉTICOS**

## **CRIMINAL LAW APPLICATION IN CYBER CRIMES**

Karen Karoline SÁ  
Murilo Henrique GUERRA  
Vander Flavio PINTO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

A internet e a consequente democratização ao seu acesso criaram um novo campo para a execução dos crimes digitais. Tais crimes podem ser exclusivamente contra a honra ou mesmo alguns de natureza sexual, como abuso sexual e pornografia infantil. No entanto, urge-se o questionamento: em caso de um crime cometido por meio da rede mundial de computadores, onde seria realizada a investigação e, conseqüentemente, seria processada a ação penal? O objetivo do presente trabalho é compreender onde é considerado o lugar do crime em crimes digitais, destacando quais seriam as autoridades competentes para atuar no caso. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica através do método dedutivo. O presente trabalho evidenciou que crimes formais devem ser processados e julgados no local onde ocorreu a conduta. Já no caso de crimes materiais, onde ocorreu o resultado. Nos crimes permanentes ou continuados realizados em países diferentes, serão processados e julgados de acordo com a prevenção. Não obstante, se a plurilocalidade é diferente nas fases do crime, isso é, crimes iniciados no Brasil e terminados no exterior, será julgado no lugar onde se realizou o último ato executório ou onde se deveria produzir o resultado, conforme nuances do Código de Processo Penal.

Palavras-chave: Crimes Digitais. Competência. Direito Processual.

**DESDOBRAMENTOS LEGAIS DOS VÍNCULOS ESTABELECIDOS ENTRE  
APLICATIVOS DE SERVIÇOS E PRESTADORES**

**LEGAL DEPLOYMENTS OF BONDS ESTABLISHED BETWEEN SERVICE  
APPLICATIONS AND PROVIDERS**

Caio Vinicius Soares EMIDIO  
Matheus Henrique Magalhães MATOS  
Matheus José Cerezo TERNERO  
Samir Pereira da SILVA  
Vinicius Barreira BOURBON

**RESUMO**

O presente artigo tem fulcro na discussão a respeito da abrangência da legislação trabalhista aos prestadores de serviços dos aplicativos existentes no país. A tecnologia está em mudança constante e desenvolvimento, e isso gera problemas em diversas áreas, o ordenamento jurídico não é diferente, incapaz de se atualizar e encaixar no mesmo ritmo. No Brasil, a legislação trabalhista discorre minimamente a respeito, o que promove a necessidade de uma melhora legislativa pelos órgãos governamentais, cabendo aos representantes propor mudanças que sejam abrangentes e promovam a devida inclusão. O propósito deste trabalho é expor a precarização dos trabalhadores nesta área e a divergência existente entre as decisões monocráticas ocorridas em tribunais de 1o grau. E ainda, concluindo sobre a importância da regulamentação trabalhista para a garantia de melhores condições sociais e de renda a esses indivíduos. O trabalho foi desenvolvido por meio de revisão de literatura, com consulta a livros, periódicos e legislação pertinente.

Palavras chaves: Precarização. Prestadores de serviços. Legislação trabalhista.

**A ATUAÇÃO DO ATUAL MINISTRO DO MEIO AMBIENTE NO CUMPRIMENTO  
DO DEVER CONSTITUCIONAL DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE COM  
ÊNFASE NO BIOMA AMAZÔNIA**

**THE ROLE OF THE CURRENT MINISTER OF THE ENVIRONMENT IN  
FULFILLING THE CONSTITUTIONAL DUTY TO PROTECT THE  
ENVIRONMENT WITH AN EMPHASIS ON THE AMAZON BIOME**

Cristina Lacerda Soares Petrarolha SILVA  
Wania Campoli ALVES

**RESUMO**

O presente trabalho teve por objetivo analisar à luz do Direito Constitucional, a atuação do atual Ministro do Meio Ambiente frente as atribuições do cargo que ocupa. Visou-se levantar se está havendo omissão e/ou ingerência nessa atuação em relação ao meio ambiente e as consequências para o Brasil. Empregou-se o método de revisão de literatura, com análise dos dados. Pode-se verificar que existem atos do ministro do Meio Ambiente que não são condizentes às atribuições do cargo que ocupa, indo na contramão de preceitos legais e do dever de tutela do bem jurídico “meio ambiente”. Para a Câmara do Meio Ambiente do MPF, o ministro teria praticado atos de omissão e de ingerência, o que levou o Ministério Público Federal a fazer uma representação na Procuradoria Geral da República contra possíveis crimes de responsabilidade praticados pelo Ministro do Meio Ambiente. A prática destes atos, em desacordo com deveres e atribuições legais, podem causar consequências desastrosas para o Brasil, tais como o retrocesso da política ambiental.

Palavras-chave: Meio ambiente. Competências do Ministro de Estado. Amazônia.

**AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS QUE  
PASSARAM PELO PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL**

**THE LEGAL CONSEQUENCES OF CHILDREN'S RETURN THAT WENT  
THROUGH THE ADOPTION PROCESS IN BRAZIL**

Anna Luíza Anselmo André MARTINS  
Juciane Tainá Garcia da SILVA  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente trabalho discorre sobre as consequências jurídicas da devolução de uma criança ou de um jovem que havia sido adotado. Para um bom esclarecimento do tema central, fez-se necessário uma pesquisa aprofundada a respeito do parecer adotado pelas doutrinas, estatutos e julgadores. Em um primeiro momento foi realizado um levantamento quanto ao conceito de adoção e seus princípios legais, com objetivo de aprofundamento na questão de devolver uma criança à tutela do seu antigo abrigo. Com isso, foi possível constatar a problemática substancial presente no tema. A pesquisa tem como objetivo sanar a dúvida sobre a possibilidade de poder devolver a criança e também apontar as possíveis consequências, não só jurídicas, que irão surgir a partir deste fato. O método que será empregado neste artigo expõe de forma objetiva e clara os aspectos gerais da adoção, caminhando até uma situação problema que leva a decisão extrema de devolver a criança adotada.

Palavras-chave: Adoção. Processo. Devolução. Consequências.

**OS REFLEXOS DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NO ÂMBITO JURÍDICO**  
**THE REFLEXES OF SOCIO-AFFECTIVE PATERNITY IN THE LEGAL SPHERE**

Maria Luísa JULIANO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O objetivo principal do artigo é analisar o reconhecimento da paternidade socioafetivo através do afeto e das legislações brasileiras existentes. O artigo discorre sobre a paternidade socioafetiva, os principais princípios que norteiam o Direito de Família, bem como as legislações pertinentes ao tema e como o Poder Judiciário está se posicionando sobre o assunto. A problematização do tema é comprovar que a relação entre pai e filho está envolvida através do afeto e que este pai que não é o biológico pode ser sim reconhecido como pai na certidão de nascimento da criança ou do adolescente. Portanto, a condição de filiação do indivíduo independe da consanguinidade, uma vez que diante das novas composições de famílias é possível que crianças e adolescentes sejam educados e criados por pessoas que possuem somente o vínculo afetivo, desse modo, é possível perceber que pai é aquele que realmente cria e nem sempre aquele que ajudou na composição genética. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em doutrinas, jurisprudências, artigos na internet e análise de leis.

Palavras-chave: Paternidade. Socioafetividade. Afeto. Vínculo familiar.

## **LEGISLAÇÃO DO ABORTO À LUZ DO DIREITO À VIDA**

### **ABORTION LEGISLATION IN THE LIGHT OF THE RIGHT TO LIFE**

Heitor Oliveira MACHADO

Leonardo Leite DIANA

Lucivaldo Ferreira de SANTANA

Vanessa França VALERO

#### **RESUMO**

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de propiciar estudos acerca da relação entre o aborto e estupro, analisando o pedido de descriminalização do aborto que corre no judiciário, demonstrando qual o poder da União que de forma coerente com a Constituição teria competência para realizar a discussão sobre o assunto, e também discorrer sobre a anencefalia do feto em desenvolvimento no útero da mulher, utilizando sempre com o ponto de partida o direito à vida e a Dignidade da Pessoa Humana. A metodologia aplicada foi a descritiva com revisão bibliográfica, por meio de artigos científicos, livros, legislação e doutrinas. Além disso, serão abordas jurisprudências, bem como projetos de lei em tramitação. Diante dessa perspectiva, firma-se a defesa de que a prática do aborto, exceto nos casos previstos no código penal e na ADPF nº 54, é crime, independente do estado em que se encontre a gestação.

Palavras-chave: Estupro. Aborto. Dignidade da Pessoa Humana. Direito à vida.

# **A CARACTERIZAÇÃO DOS CRIMES SEXUAIS E A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DAS VÍTIMAS**

## **THE CHARACTERIZATION OF SEXUAL CRIMES AND THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT OF VICTIMS**

Alana Letícia Branco Carneiro POLTRONIERI

Isabela Henriques BUGNI

Leonardo PRIETO

Maria Vitória Ribeiro Whitaker GONZALES

Thiago OLIVETI

Luciana Renata Rondina STEFANONI

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar os crimes contra a dignidade sexual, relatando as penas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro e algumas mudanças de leis que contribuíram para a evolução da sociedade. Além do mais, é tratado nesse artigo a importância da avaliação psicológica realizada nas vítimas de violência e abusos. Baseado no Código Penal, foi reunido todos os tipos de crime que estão dispostos no Título V do referido Livro, apesar de muitos serem conhecidos, como o estupro, o sistema jurídico tipificou de forma bem clara e abrangente todas as situações possíveis de ocorrer, sendo um avanço muito importante para aplicar as penas corretamente. É relatado também a notoriedade da Lei nº 12.015 que altera o texto do artigo que relata sobre estupro, o tornando mais abrangente, uma vez que muda a palavra “mulher” por “alguém”. Busca-se comentar sobre a análise e conscientização da avaliação psicológica da vítima, uma vez que é necessária para a constituição de provas dos crimes em questão e para a recuperação de traumas sofridos nessas vítimas, concluindo-se ser muito importante o trabalho do psicólogo para recuperar a qualidade de vida que foi tomada desses indivíduos, sendo um trabalho longo e sensível. O artigo foi realizado através de artigos acadêmicos, por meio de pesquisas em sites, doutrinas e principalmente pelo código penal brasileiro. O tipo de pesquisa foi revisão de literatura.

Palavras-chave: Crimes Sexuais. Penalidades. Tratamentos Psicológicos. Ordenamento Jurídico. Vítima.

## **LICENÇA PATERNIDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL**

## **PATERNITY LICENSE AND ITS SOCIAL FUNCTION**

Abner Kemuel Porato IDALGO  
Giovanna Aparecida Silva CALIXTO

### **RESUMO**

O presente artigo visa instituir a discussão no tocante a paternidade e todo o espectro relacionado à importância deste elemento dentro dos núcleos familiares, ressaltando como a Licença Paternidade é uma peça fundamental para a construção de lares alicerçados e saudáveis, os quais servirão de coluna para todo o conjunto social especialmente se tratando do Brasil. Passando pela análise do papel social masculino nos primeiros momentos com sua prole, com o cônjuge e para consigo mesmo, estabelecendo essa relação entre Licença Paternidade e boa estrutura da família também de como a ausência paterna pode afetar diretamente a saúde física, emocional, afetiva e psicológica de uma criança, abordando as diversas disfunções oriundas de tal problemática. Além de comparar as políticas internas relacionadas ao assunto às de diversos países pelos continentes a fora, buscando desta forma, parâmetros para enxergar meios que contribuam significativamente para a evolução dentro da temática abordada. A metodologia utilizada foi através do método dedutivo.

Palavras-chave: Paternidade. Licença Paternidade. Família. Conjunto Social. Lares.

## **GUARDA COMPARTILHADA E SEUS RELEXOS**

### **SHARED GUARD AND ITS REFLECTIONS**

Anamilla Laurinda dos SANTOS  
Bruna PAULANI

#### **RESUMO**

O objetivo principal do artigo é analisar a guarda compartilhada e seus reflexos através das relações entre cônjuges e das legislações brasileiras existentes. O artigo discorre sobre a guarda compartilhada e suas vantagens, bem como a diferença significativa entre a guarda compartilhada e a guarda alternada. O Direito da Família se faz presente em todo o corpo do texto, pontuando os meios aceitos dentro dos tribunais e também aqueles que afetam a relação harmoniosa. O ponto crucial do presente trabalho é o de mostrar que a relação entre pais e filhos deve agir de modo harmonioso, envolta do afeto e do bom convívio entre seus genitores, independentemente da união ter sido assertiva. Pontua-se também as principais modificações que ocorreram na legislação brasileira com o advento da Lei nº 13.058, sancionada em 22 de dezembro de 2014, responsável por alterar alguns artigos que não mais correspondiam as necessidades da família atual. Ademais, com o advento da referida lei, a guarda compartilhada se tornou regra geral nos casos de separação conjugal. Assim sendo, ambos os pais possuem direitos e obrigações diante seus filhos. Utilizou-se o método dedutivo.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Direito da Família. Harmonioso. Obrigações. Reflexos.

# **A RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO**

## **THE RESPONSIBILITY OF THE FRON SERVICE TAKER TO THE THIRD PARTYING PROCEDURE**

Aryane Paula Queiroz AMARAL  
Ana Laura Artico de OLIVEIRA  
Caio Augusto Sanfelice R. de OLIVEIRA  
Thaísa Carvalho ESCASSIO  
Gabriela Valerio DEZAN

### **RESUMO**

O objetivo central do presente trabalho é analisar a responsabilidade do tomador de serviços frente ao processo de terceirização. As alterações em tela são responsáveis por modificar o modelo de contratação de trabalhadores por empresas terceirizadas. A legislação em discussão é responsável por flexibilizar a terceirização, sendo que possibilita a uma empresa contratar, por meio de uma terceira empresa. A proposta é responsável por expandir a lógica de oferta desses serviços no que se refere às funções, que não são o foco do negócio da empresa (atividade meio). A legislação permite que as distintas atividades possam ser alvo de terceirização no âmbito empresarial, considerando a possibilidade irrestrita para a contratação de terceirizados. A Lei mencionada não modifica os direitos destacados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), existindo a garantia de férias, décimo terceiro salário e hora extra. Pode-se mencionar ainda a questão do impedimento em se estabelecer um contrato de terceirização nas situações em que exista vínculo empregatício. Quando o trabalhador é contratado diretamente pela empresa não pode ser demitido e depois terceirizado. No que se refere ao desenvolvimento do trabalho, o mesmo será executado por meio de revisão de literatura, com consulta a livros, periódicos e sites de referência para o tema.

Palavras-chave: Terceirização. Trabalhadores. Vínculo empregatício.

# **APLICABILIDADE DO HOME CARE: ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS NO DIREITO BRASILEIRO**

## **APPLICABILITY OF HOME CARE: ANALYSIS OF LEGAL ASPECTS IN BRAZILIAN LAW**

Bianca Isabela RODRIGUES  
Daniela Coelho FIORILLI  
Higor Marcelo OLIVEIRA  
Leticia Mazini FERREIRA  
Ana Cláudia Rodrigues MULLER

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo estudar o conceito e as atribuições do Home Care e sua aplicabilidade aos pacientes, aprofundando os casos jurídicos, bem como seus aspectos e procedências. A metodologia utilizada baseia-se em jurisprudências, artigos acadêmicos, súmulas e também na Lei nº 9656/98 do Plano de Saúde. O Home Care refere-se a um serviço moderno do ramo da medicina, que vem sendo muito discutido dentro do âmbito jurídico, devido a um conflito entre as legislações pertinentes, como no caso do direito fundamental a saúde e o princípio da boa-fé entre as partes de um contrato de prestação de serviços. Foi possível observar certa incompatibilidade dos casos julgados e a importância em serem discutidos, para que assim haja a garantia de decisões mais justas, tanto para o paciente na figura de consumidor, quanto para a operadora do plano de saúde. Através do exposto, fica claro que há lacunas presentes na Lei nº 9656/98 ficando evidente a necessidade de uma revisão da mesma. Assim sendo, haverá diminuição nos números de processos e, conseqüentemente um alívio quanto a sobrecarga do Poder Judiciário, resultando assim num julgamento prudente de cada caso.

Palavras-chave: Home Care. Plano de saúde. Conflito. Lei nº 9656/98. Poder Judiciário.

## **A IMUNIDADE PARLAMENTAR E SEUS PARADIGMAS NO CONTEXTO ATUAL**

### **PARLIAMENTARY IMMUNITY AND ITS PARADIGMS IN THE CURRENT CONTEXT**

Jorge Omar Ferreira JUNIOR  
José Eduardo BORGES  
Nilton da Silva VENANCIO  
Vinícius Marcato BOCHI  
Leticia Lourenco Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

A Imunidade Parlamentar esteve em todas as Constituições Brasileiras, acompanhando nossa evolução histórica, entretanto foi mitigada no Regime Militar. A ditadura militar caiu, surgiu a CF/88 e a Imunidade Parlamentar foi adicionada pelos legisladores, sendo mecanismo protetivo para os Parlamentares exercerem suas funções sem embaraços ideológicos ou sofrerem coerção por parte de grupos rivais, todavia ao longo do tempo tivemos parlamentares que se utilizaram desta ferramenta como licença para ofenderem colegas sem qualquer critério, outros, tentaram retardar processos deixando uma sensação de impunidade, gerando um certo mal estar na população. O presente trabalho foi elaborado pelo sistema de revisão de literatura, sendo utilizado principalmente a pesquisa eletrônica por meio de sítios na internet. Mostrar que ainda que o instituto da Imunidade Parlamentar tem sido utilizado de forma incoerente, ele é fundamental para prevalência da Democracia. De 1988 até o presente ano, foi verificada uma evolução no que tange a Imunidade Parlamentar e as demandas sociais. Conclui-se, assim, que embora muitos pensem que a solução seria remover a Imunidade Parlamentar da Constituição, a solução não seria esta, mas sim ir moldando este instituto de forma que ele atinja o objetivo pelo qual foi criado.

Palavras-chave: Imunidade Parlamentar. Paradigma. Contexto. Democracia.

**A PRÁTICA DO OVERSHARENTING E O COMPARTILHAMENTO  
EXCESSIVO DA VIDA PARENTAL POR MEIO DE IDENTIDADES DIGITAIS**

**SUPERVISOR'S PRACTICE AND EXCESSIVE SHARING OF PARENTAL LIFE  
THROUGH DIGITAL IDENTITIES**

Erika Ferreira BARBIERI  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

O presente artigo possui o objetivo de analisar a prática do oversharenting, caracterizada pelo compartilhamento excessivo que os pais fazem da imagem dos seus filhos através das redes sociais. Pretende-se evidenciar o impacto causado pelo consumo e adultização infantil devido as identidades digitais. Busca-se examinar os direitos e garantias que protegem as crianças. O método aplicado foi revisão de literatura, utilizando-se como base pesquisa a sites, artigos acadêmicos que discutem o tema. Em primeiro momento foi realizado uma apresentação da nova era digital e o uso das redes sociais, logo após foi demonstrado a forma que o consumo e a adultização infantil está se tornando precoce na vida das crianças. Não obstante foi possível observar resultados evidentes que a atual Era da Informação já influencia diretamente o comportamento dos menores nas redes sociais. Portanto conclui-se que devido a intensa exposição dos filhos feita pelos pais está causando uma mudança na caracterização da infância, na qual a nova geração cresce com responsabilidades e anseios de uma vida adulta, mesmo que a legislação tenham meios que protegem os menores, a conscientização do dano tem que acontecer em toda sociedade.

Palavras-chave: Oversharenting. Consumo. Adultização.

## **ATA NOTARIAL: A REVOLUÇÃO AO SE PROVA ALGO**

### **NOTARIAL MINUTES: THE REVOLUTION BY PROVING**

Ludimilla Cristina da SILVA

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo principal a apresentação do meio de produção de prova, chamado de “ata notarial”, sua previsão legal, bem como dizer para que serve, quais situações utilizar, quais os seus tipos, por que, é lavrada, como funciona e seu custo. Para a realização do trabalho foi utilizada pesquisa por meio de sites, artigos e vídeo- aulas por meio da plataforma “youtube” além da legislação, uma vez que foi utilizado o Código de Processo Civil. Tem como fundamento a informação à esse tipo de produção de prova, bem como sua apresentação, baseando-se nos ditames de sua importância nos processos judiciais e administrativos. Por fim, pode-se concluir que a ata notarial passou a ser mais conhecida com a vigência do novo CPC, tendo em vista que esse meio de produção de prova passou a ser considerado típico com a edição do diploma legal supracitado, já que antes não havia previsão legal expressa. E, como consequência disso, passou a ser mais utilizado.

Palavras-chave: Ata Notarial. Tabelião. Fé pública. Prova.

# **A ASCENSÃO DE UMA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA INTERVIR UM COLAPSO CIBERNÉTICO**

## **THE ASCENSION OF BRAZILIAN LEGISLATION TO CUT OFF A CYBER COLLAPSE**

Caio Cesar FORNARI  
Emanuelli Paro MARTINS  
Gustavo de Paiva ROMERO  
Igor Heleno ROSSEGALLI  
Pedro Mateus Feltrini BELLO

### **RESUMO**

O presente artigo tem fulcro na discussão sobre a iminência dos crimes cibernéticos na sociedade virtual, coloca em pauta o racismo nas redes sociais, a ampliação dos crimes virtuais durante a pandemia causada pelo vírus Covid-19 e aborda um comparativo entre a legislação do Brasil e dos Estados Unidos. No Brasil, as normas que regem este tipo específico de crime são mínimas, o que promove a necessidade de uma melhora legislativa pelos órgãos governamentais. Então, conclui-se que há a necessidade de lapidar o sistema legislativo brasileiro, a fim de promover uma melhora na proteção dos usuários de Internet. Portanto, o presente artigo, cuja qual fora desenvolvido sob a égide de diversas pesquisas bibliográficas, disserta a respeito da presença dos crimes virtuais na sociedade brasileira, juntamente com propostas de intervenção, mostrando a necessidade da melhoria das normas. E ainda, sobre a importância da inclusão do presente conteúdo na grade curricular dos acadêmicos do curso de Direito.

Palavras chave: Crimes cibernéticos. Legislação. Internet. Covid-19. Direito Comparado.

**A CONDUTA DO POLICIAL MILITAR EM FACE DA NOVA LEI DE ABUSO DE  
AUTORIDADE E OS CRIMES DE TORTURA E LESÃO CORPORAL**

**THE CONDUCT OF THE MILITARY POLICE IN FACE OF THE NEW LAW OF  
ABUSE OUTHORITY AND THE CRIMES OF TORTURE ANS BODY INJURY**

Izabela Mendes Plasten dos SANTOS

Lucas Henrique BONINI

Nicole de Oliveira BUZUTI

Viviane Reiko YOSHIDA

Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

Neste artigo serão apresentadas as perspectivas jurídicas e socioculturais a partir da conduta do policial militar, em relação a nova Lei de Abuso de Autoridade, juntamente com os crimes de tortura e a decorrente lesão corporal. A problemática analisada versa sobre princípios fundamentais da dignidade humana que é violada por decorrentes abusos e excessos policiais. O objetivo do trabalho é, além de comentar sobre o abuso de autoridade, trazer como acontece a formação do agente policial que necessita de uma reestruturação, visto que, o processo formacional estimula um comportamento agressivo do agente. A metodologia utilizada foi a hipotético – dedutiva. Em suma, conclui-se que é necessária a desmilitarização no processo pedagógico nas academias de polícia nos estados brasileiros, devendo o agente cumprir com sua função social garantida na Constituição Federal, agindo com proporcionalidade em seus atos, de maneira ostensiva, respeitando a dignidade humana, sem se sobressair sobre sua posição de autoridade.

Palavras-chave: Agente policial. Conduta. Abusos. Processo.

**VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL: O PAPEL DAS POLÍCIAS IMPACTANDO  
NEGATIVAMENTE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE DIREITO**

**POLICE VIOLENCE IN BRAZIL: THE ROLE OF POLICIES IMPACTING  
NEGATIVELY ON A DEMOCRATIC SOCIETY OF LAW**

Beatriz Berlutti CARRASCO  
Milena Berlutti MASCHIO

**RESUMO**

É notável no Brasil o despreparo da força policial, que ocasiona um elevado número de abusos e violência, contrapondo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Magna do país. Essas agressões e crimes ocorrem principalmente contra a população de classe baixa, ficando claro assim o abismo social. A polícia é usada pelo Estado para defender os interesses da elite, fazendo com que esta, não cumpra seu verdadeiro papel de proteção da sociedade como um todo. O presente artigo visa à exposição do problema para sua reflexão, abordando críticas ao sistema, ao tratamento que a população recebe dos profissionais, a desigualdade racial e econômica, ao distanciamento da força policial da população, a dificuldade em apresentar a denúncia e ela resultar em investigação e possível punição para o policial infrator. Além disso, apresenta possíveis soluções, para corrigir esse grave problema estrutural, que a sociedade brasileira enfrenta desde os primeiros anos de sua colonização. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras-chave: Violência policial. Direitos Humanos. Segurança pública. Polícia.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO: SOB A VISÃO DO CÓDIGO CIVIL**

### **DOCTOR'S CIVIL RESPONSABILITY: UNDER THE VIEW OF THE CIVIL CODE**

Amanda Moreira BAZZANELLA  
Isabela Carolina Donades FERREIRA

#### **RESUMO**

O presente artigo trata-se da Responsabilidade Civil do Médico, sob a visão do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor. Neste artigo colocaremos em destaque as condutas, prudências, regras e responsabilidades que caminham ao cotidiano e a doutrina estabelecidas pelo âmbito jurídico. Deste modo, esclarecendo a importância do profissionalismo neste campo. Com o passar dos anos os médicos ganham um novo posicionamento em sua área, sendo cobrado pelo resultado final, bem como, seguindo a legislação e a jurisprudência o médico é responsável pelo meio. Isso sucede, pois a medicina não é uma ciência exata, portanto, não podendo prometer resultado final. A Responsabilidade Civil é subjetiva, a comprovação do elemento de culpa. O consumidor/paciente, dispõe de proteção, na qual será investigada mediante a verificação de culpa. Isto posto, o profissional que em exercício de atividade, houver negligência, imprudência e imperícia, será aplicado a indenização, como disposto no Código Civil. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras Chaves: Responsabilidade. Negligência. Atividade. Culpa.

**A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO NOS CASOS DE DANOS  
DECORRENTES DE ENCHETES NO PERÍMETRO URBANO E O DIREITO A  
INDENIZAÇÃO<sup>1</sup>**

**THE RESPONSIBILITY OF PUBLIC POWER IN CASES OF DAMAGE ARISING  
FROM FLOODS IN THE URBAN PERIMETER AND THE RIGHT TO INDEMNITY**

Ben-Hur Pereira da SILVA  
Leonardo Villanova COMBINATO  
Ana Maria Ortega ALONSO

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo tratar da recorrente problemática das inundações, suas consequências, ações indenizatórias e projetos de resolução, utilizando-se da metodologia descritiva com revisão bibliográfica. Foram abordados variados pontos como as perdas e danos materiais e morais a pessoa física e jurídica. A responsabilidade legal do Estado em cuidar da limpeza, organização e prevenção de catástrofes dentro do perímetro urbano e indenizar quando os respectivos eventos são decorrentes de sua conduta ativa ou passiva. Os direitos dos prejudicados; a ação civil pública; o passo a passo para se ingressar com uma ação indenizatória, são temas abordados no seguinte artigo. Somado ao conteúdo, frisa-se a importância da ação não apenas para resolver problemas individuais, mas também com objetivo de denunciar problemas para cobrar da administração municipal a implantação de projetos criados por meio dos governos Federal e Estadual que unem população e Estado na manutenção do ambiente em que se vive, junto as obras necessárias de cada local, para que se resolva esta problemática.

Palavras-Chave: Responsabilidade do Estado. Função social. Indenização. Danos. Falta de serviços.

## **ESTUDO DA ALTERAÇÃO DADA PELO “PACOTE ANTICRIME” À AÇÃO PENAL DO ESTELIONATO**

### **STUDY OF THE CHANGE BROUGHT BY THE “PACOTE ANTICRIME” TO THE SWINDLE PROSECUTION**

Vitor Hugo BUENO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

O artigo trata da alteração dada pelo Pacote Anticrime à ação penal do estelionato, que a tornou, com algumas exceções, pública condicionada à representação. O objetivo foi examinar o efeito desta alteração sobre as persecuções criminais em andamento e a gama de perspectivas e institutos jurídicos envolvidos, dentre estes a retroatividade das normas penais híbridas, a natureza da ação penal pública condicionada à representação, e a preservação da autonomia da vontade da vítima e dos direitos fundamentais do acusado. À vista disso, fez-se a análise de dois julgados divergentes do Superior Tribunal de Justiça e de recentíssima doutrina acerca do tema, bem como colheu-se orientação complementar de artigos extraídos da internet. O estudo desenvolvido, guiado pelo método hipotético-dedutivo, permitiu concluir que a inovação trazida deve ser aplicada de forma retroativa a todos os procedimentos iniciados, seja em fase policial ou não, intimando-se o ofendido ou seu representante legal para oferecer a representação no prazo de seis meses, sob pena de decadência.

Palavras-chave: Pacote Anticrime. Ação Penal do estelionato. Ação Penal Pública condicionada à representação. Aplicação retroativa.

**A SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL COMO FOMENTO  
AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

**UNIPERSONNEL LIMITED SOCIETY AS A PROMOTION OF BRAZILIAN  
ECONOMIC DEVELOPMENT**

Fabíola Clementi MANZOLI  
Gabriel de Souza LOZANO  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente trabalho está calcado na análise conjuntural da nascente sociedade limitada unipessoal sob o prisma da Lei de Liberdade Econômica e suas implicações para o cenário jurídico-negocial brasileiro. Em suma, o artigo em questão buscou evidenciar todo arcabouço principiológico do inédito ente jurídico e, com a leitura analítica, identificou elementos capazes de surtir um paralelo positivo para a realidade empresarial brasileira. Tal leitura deu-se por meio de instrução metodológica pautada na exploração de artigos convencionais e pesquisas empíricas concernentes na averiguação científica dos temas aqui expostos e, com rigor, denota-se que a sociedade limitada unipessoal, enquanto tecnologia jurídica, está unvida de fatores benéficos para propulsão do empreendedorismo brasileiro. Dada as caracterizações, constatou-se que a sociedade limitada unipessoal está dotada de fragmentos que proporcionam ao seu instituidor maior flexibilidade negocial, de modo a facilitar a aquisição de vantagens escriturais, tributárias e comerciais, propiciando a oportunidade de maior alavancagem no desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Sociedade Limitada Unipessoal. Desenvolvimento Econômico. Liberdade econômica.

# **APLICAÇÃO DA LEI PENAL NOS CRIMES CIBERNÉTICOS**

## **CRIMINAL LAW APPLICATION IN CYBER CRIMES**

Karen Karoline SÁ  
Murilo Henrique GUERRA  
Vander Flavio PINTO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

A internet e a consequente democratização ao seu acesso criaram um novo campo para a execução dos crimes digitais. Tais crimes podem ser exclusivamente contra a honra ou mesmo alguns de natureza sexual, como abuso sexual e pornografia infantil. No entanto, urge-se o questionamento: em caso de um crime cometido por meio da rede mundial de computadores, onde seria realizada a investigação e, conseqüentemente, seria processada a ação penal? O objetivo do presente trabalho é compreender onde é considerado o lugar do crime em crimes digitais, destacando quais seriam as autoridades competentes para atuar no caso. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica através do método dedutivo. O presente trabalho evidenciou que crimes formais devem ser processados e julgados no local onde ocorreu a conduta. Já no caso de crimes materiais, onde ocorreu o resultado. Nos crimes permanentes ou continuados realizados em países diferentes, serão processados e julgados de acordo com a prevenção. Não obstante, se a plurilocalidade é diferente nas fases do crime, isso é, crimes iniciados no Brasil e terminados no exterior, será julgado no lugar onde se realizou o último ato executório ou onde se deveria produzir o resultado, conforme nuances do Código de Processo Penal.

Palavras-chave: Crimes Digitais. Competência. Direito Processual.

**DESDOBRAMENTOS LEGAIS DOS VÍNCULOS ESTABELECIDOS ENTRE  
APLICATIVOS DE SERVIÇOS E PRESTADORES**

**LEGAL DEPLOYMENTS OF BONDS ESTABLISHED BETWEEN SERVICE  
APPLICATIONS AND PROVIDERS**

Caio Vinicius Soares EMIDIO  
Matheus Henrique Magalhães MATOS  
Matheus José Cerezo TERNERO  
Samir Pereira da SILVA  
Vinicius Barreira BOURBON

**RESUMO**

O presente artigo tem fulcro na discussão a respeito da abrangência da legislação trabalhista aos prestadores de serviços dos aplicativos existentes no país. A tecnologia está em mudança constante e desenvolvimento, e isso gera problemas em diversas áreas, o ordenamento jurídico não é diferente, incapaz de se atualizar e encaixar no mesmo ritmo. No Brasil, a legislação trabalhista discorre minimamente a respeito, o que promove a necessidade de uma melhora legislativa pelos órgãos governamentais, cabendo aos representantes propor mudanças que sejam abrangentes e promovam a devida inclusão. O propósito deste trabalho é expor a precarização dos trabalhadores nesta área e a divergência existente entre as decisões monocráticas ocorridas em tribunais de 1o grau. E ainda, concluindo sobre a importância da regulamentação trabalhista para a garantia de melhores condições sociais e de renda a esses indivíduos. O trabalho foi desenvolvido por meio de revisão de literatura, com consulta a livros, periódicos e legislação pertinente.

Palavras chaves: Precarização. Prestadores de serviços. Legislação trabalhista.

**A ATUAÇÃO DO ATUAL MINISTRO DO MEIO AMBIENTE NO CUMPRIMENTO  
DO DEVER CONSTITUCIONAL DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE COM  
ÊNFASE NO BIOMA AMAZÔNIA**

**THE ROLE OF THE CURRENT MINISTER OF THE ENVIRONMENT IN  
FULFILLING THE CONSTITUTIONAL DUTY TO PROTECT THE  
ENVIRONMENT WITH AN EMPHASIS ON THE AMAZON BIOME**

Cristina Lacerda Soares Petrarolha SILVA  
Wania Campoli ALVES

**RESUMO**

O presente trabalho teve por objetivo analisar à luz do Direito Constitucional, a atuação do atual Ministro do Meio Ambiente frente as atribuições do cargo que ocupa. Visou-se levantar se está havendo omissão e/ou ingerência nessa atuação em relação ao meio ambiente e as consequências para o Brasil. Empregou-se o método de revisão de literatura, com análise dos dados. Pode-se verificar que existem atos do ministro do Meio Ambiente que não são condizentes às atribuições do cargo que ocupa, indo na contramão de preceitos legais e do dever de tutela do bem jurídico “meio ambiente”. Para a Câmara do Meio Ambiente do MPF, o ministro teria praticado atos de omissão e de ingerência, o que levou o Ministério Público Federal a fazer uma representação na Procuradoria Geral da República contra possíveis crimes de responsabilidade praticados pelo Ministro do Meio Ambiente. A prática destes atos, em desacordo com deveres e atribuições legais, podem causar consequências desastrosas para o Brasil, tais como o retrocesso da política ambiental.

Palavras-chave: Meio ambiente. Competências do Ministro de Estado. Amazônia.

**AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS QUE  
PASSARAM PELO PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL**

**THE LEGAL CONSEQUENCES OF CHILDREN'S RETURN THAT WENT  
THROUGH THE ADOPTION PROCESS IN BRAZIL**

Anna Luíza Anselmo André MARTINS  
Juciane Tainá Garcia da SILVA  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente trabalho discorre sobre as consequências jurídicas da devolução de uma criança ou de um jovem que havia sido adotado. Para um bom esclarecimento do tema central, fez-se necessário uma pesquisa aprofundada a respeito do parecer adotado pelas doutrinas, estatutos e julgadores. Em um primeiro momento foi realizado um levantamento quanto ao conceito de adoção e seus princípios legais, com objetivo de aprofundamento na questão de devolver uma criança à tutela do seu antigo abrigo. Com isso, foi possível constatar a problemática substancial presente no tema. A pesquisa tem como objetivo sanar a dúvida sobre a possibilidade de poder devolver a criança e também apontar as possíveis consequências, não só jurídicas, que irão surgir a partir deste fato. O método que será empregado neste artigo expõe de forma objetiva e clara os aspectos gerais da adoção, caminhando até uma situação problema que leva a decisão extrema de devolver a criança adotada.

Palavras-chave: Adoção. Processo. Devolução. Consequências.

**OS REFLEXOS DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NO ÂMBITO JURÍDICO**  
**THE REFLEXES OF SOCIO-AFFECTIVE PATERNITY IN THE LEGAL SPHERE**

Maria Luísa JULIANO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O objetivo principal do artigo é analisar o reconhecimento da paternidade socioafetivo através do afeto e das legislações brasileiras existentes. O artigo discorre sobre a paternidade socioafetiva, os principais princípios que norteiam o Direito de Família, bem como as legislações pertinentes ao tema e como o Poder Judiciário está se posicionando sobre o assunto. A problematização do tema é comprovar que a relação entre pai e filho está envolvida através do afeto e que este pai que não é o biológico pode ser sim reconhecido como pai na certidão de nascimento da criança ou do adolescente. Portanto, a condição de filiação do indivíduo independe da consanguinidade, uma vez que diante das novas composições de famílias é possível que crianças e adolescentes sejam educados e criados por pessoas que possuem somente o vínculo afetivo, desse modo, é possível perceber que pai é aquele que realmente cria e nem sempre aquele que ajudou na composição genética. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em doutrinas, jurisprudências, artigos na internet e análise de leis.

Palavras-chave: Paternidade. Socioafetividade. Afeto. Vínculo familiar.

## **LEGISLAÇÃO DO ABORTO À LUZ DO DIREITO À VIDA**

### **ABORTION LEGISLATION IN THE LIGHT OF THE RIGHT TO LIFE**

Heitor Oliveira MACHADO

Leonardo Leite DIANA

Lucivaldo Ferreira de SANTANA

Vanessa França VALERO

#### **RESUMO**

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de propiciar estudos acerca da relação entre o aborto e estupro, analisando o pedido de descriminalização do aborto que corre no judiciário, demonstrando qual o poder da União que de forma coerente com a Constituição teria competência para realizar a discussão sobre o assunto, e também discorrer sobre a anencefalia do feto em desenvolvimento no útero da mulher, utilizando sempre com o ponto de partida o direito à vida e a Dignidade da Pessoa Humana. A metodologia aplicada foi a descritiva com revisão bibliográfica, por meio de artigos científicos, livros, legislação e doutrinas. Além disso, serão abordas jurisprudências, bem como projetos de lei em tramitação. Diante dessa perspectiva, firma-se a defesa de que a prática do aborto, exceto nos casos previstos no código penal e na ADPF nº 54, é crime, independente do estado em que se encontre a gestação.

Palavras-chave: Estupro. Aborto. Dignidade da Pessoa Humana. Direito à vida.

# **A CARACTERIZAÇÃO DOS CRIMES SEXUAIS E A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DAS VÍTIMAS**

## **THE CHARACTERIZATION OF SEXUAL CRIMES AND THE IMPORTANCE OF PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT OF VICTIMS**

Alana Letícia Branco Carneiro POLTRONIERI  
Isabela Henriques BUGNI  
Leonardo PRIETO  
Maria Vitória Ribeiro Whitaker GONZALES  
Thiago OLIVETI  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar os crimes contra a dignidade sexual, relatando as penas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro e algumas mudanças de leis que contribuíram para a evolução da sociedade. Além do mais, é tratado nesse artigo a importância da avaliação psicológica realizada nas vítimas de violência e abusos. Baseado no Código Penal, foi reunido todos os tipos de crime que estão dispostos no Título V do referido Livro, apesar de muitos serem conhecidos, como o estupro, o sistema jurídico tipificou de forma bem clara e abrangente todas as situações possíveis de ocorrer, sendo um avanço muito importante para aplicar as penas corretamente. É relatado também a notoriedade da Lei nº 12.015 que altera o texto do artigo que relata sobre estupro, o tornando mais abrangente, uma vez que muda a palavra “mulher” por “alguém”. Busca-se comentar sobre a análise e conscientização da avaliação psicológica da vítima, uma vez que é necessária para a constituição de provas dos crimes em questão e para a recuperação de traumas sofridos nessas vítimas, concluindo-se ser muito importante o trabalho do psicólogo para recuperar a qualidade de vida que foi tomada desses indivíduos, sendo um trabalho longo e sensível. O artigo foi realizado através de artigos acadêmicos, por meio de pesquisas em sites, doutrinas e principalmente pelo código penal brasileiro. O tipo de pesquisa foi revisão de literatura.

Palavras-chave: Crimes Sexuais. Penalidades. Tratamentos Psicológicos. Ordenamento Jurídico. Vítima.

## **LICENÇA PATERNIDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL**

## **PATERNITY LICENSE AND ITS SOCIAL FUNCTION**

Abner Kemuel Porato IDALGO  
Giovanna Aparecida Silva CALIXTO

### **RESUMO**

O presente artigo visa instituir a discussão no tocante a paternidade e todo o espectro relacionado à importância deste elemento dentro dos núcleos familiares, ressaltando como a Licença Paternidade é uma peça fundamental para a construção de lares alicerçados e saudáveis, os quais servirão de coluna para todo o conjunto social especialmente se tratando do Brasil. Passando pela análise do papel social masculino nos primeiros momentos com sua prole, com o cônjuge e para consigo mesmo, estabelecendo essa relação entre Licença Paternidade e boa estrutura da família também de como a ausência paterna pode afetar diretamente a saúde física, emocional, afetiva e psicológica de uma criança, abordando as diversas disfunções oriundas de tal problemática. Além de comparar as políticas internas relacionadas ao assunto às de diversos países pelos continentes a fora, buscando desta forma, parâmetros para enxergar meios que contribuam significativamente para a evolução dentro da temática abordada. A metodologia utilizada foi através do método dedutivo.

Palavras-chave: Paternidade. Licença Paternidade. Família. Conjunto Social. Lares.

## **GUARDA COMPARTILHADA E SEUS RELEXOS**

### **SHARED GUARD AND ITS REFLECTIONS**

Anamilla Laurinda dos SANTOS

Bruna PAULANI

#### **RESUMO**

O objetivo principal do artigo é analisar a guarda compartilhada e seus reflexos através das relações entre cônjuges e das legislações brasileiras existentes. O artigo discorre sobre a guarda compartilhada e suas vantagens, bem como a diferença significativa entre a guarda compartilhada e a guarda alternada. O Direito da Família se faz presente em todo o corpo do texto, pontuando os meios aceitos dentro dos tribunais e também aqueles que afetam a relação harmoniosa. O ponto crucial do presente trabalho é o de mostrar que a relação entre pais e filhos deve agir de modo harmonioso, envolta do afeto e do bom convívio entre seus genitores, independentemente da união ter sido assertiva. Pontua-se também as principais modificações que ocorreram na legislação brasileira com o advento da Lei nº 13.058, sancionada em 22 de dezembro de 2014, responsável por alterar alguns artigos que não mais correspondiam as necessidades da família atual. Ademais, com o advento da referida lei, a guarda compartilhada se tornou regra geral nos casos de separação conjugal. Assim sendo, ambos os pais possuem direitos e obrigações diante seus filhos. Utilizou-se o método dedutivo.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Direito da Família. Harmonioso. Obrigações. Reflexos.

# **A RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO**

## **THE RESPONSIBILITY OF THE FRON SERVICE TAKER TO THE THIRD PARTYING PROCEDURE**

Aryane Paula Queiroz AMARAL  
Ana Laura Artico de OLIVEIRA  
Caio Augusto Sanfelice R. de OLIVEIRA  
Thaísa Carvalho ESCASSIO  
Gabriela Valerio DEZAN

### **RESUMO**

O objetivo central do presente trabalho é analisar a responsabilidade do tomador de serviços frente ao processo de terceirização. As alterações em tela são responsáveis por modificar o modelo de contratação de trabalhadores por empresas terceirizadas. A legislação em discussão é responsável por flexibilizar a terceirização, sendo que possibilita a uma empresa contratar, por meio de uma terceira empresa. A proposta é responsável por expandir a lógica de oferta desses serviços no que se refere às funções, que não são o foco do negócio da empresa (atividade meio). A legislação permite que as distintas atividades possam ser alvo de terceirização no âmbito empresarial, considerando a possibilidade irrestrita para a contratação de terceirizados. A Lei mencionada não modifica os direitos destacados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), existindo a garantia de férias, décimo terceiro salário e hora extra. Pode-se mencionar ainda a questão do impedimento em se estabelecer um contrato de terceirização nas situações em que exista vínculo empregatício. Quando o trabalhador é contratado diretamente pela empresa não pode ser demitido e depois terceirizado. No que se refere ao desenvolvimento do trabalho, o mesmo será executado por meio de revisão de literatura, com consulta a livros, periódicos e sites de referência para o tema.

Palavras-chave: Terceirização. Trabalhadores. Vínculo empregatício.

# **APLICABILIDADE DO HOME CARE: ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS NO DIREITO BRASILEIRO**

## **APPLICABILITY OF HOME CARE: ANALYSIS OF LEGAL ASPECTS IN BRAZILIAN LAW**

Bianca Isabela RODRIGUES  
Daniela Coelho FIORILLI  
Higor Marcelo OLIVEIRA  
Leticia Mazini FERREIRA  
Ana Cláudia Rodrigues MULLER

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo estudar o conceito e as atribuições do Home Care e sua aplicabilidade aos pacientes, aprofundando os casos jurídicos, bem como seus aspectos e procedências. A metodologia utilizada baseia-se em jurisprudências, artigos acadêmicos, súmulas e também na Lei nº 9656/98 do Plano de Saúde. O Home Care refere-se a um serviço moderno do ramo da medicina, que vem sendo muito discutido dentro do âmbito jurídico, devido a um conflito entre as legislações pertinentes, como no caso do direito fundamental a saúde e o princípio da boa-fé entre as partes de um contrato de prestação de serviços. Foi possível observar certa incompatibilidade dos casos julgados e a importância em serem discutidos, para que assim haja a garantia de decisões mais justas, tanto para o paciente na figura de consumidor, quanto para a operadora do plano de saúde. Através do exposto, fica claro que há lacunas presentes na Lei nº 9656/98 ficando evidente a necessidade de uma revisão da mesma. Assim sendo, haverá diminuição nos números de processos e, conseqüentemente um alívio quanto a sobrecarga do Poder Judiciário, resultando assim num julgamento prudente de cada caso.

Palavras-chave: Home Care. Plano de saúde. Conflito. Lei nº 9656/98. Poder Judiciário.

# **A IMUNIDADE PARLAMENTAR E SEUS PARADIGMAS NO CONTEXTO ATUAL**

## **PARLIAMENTARY IMMUNITY AND ITS PARADIGMS IN THE CURRENT CONTEXT**

Jorge Omar Ferreira JUNIOR  
José Eduardo BORGES  
Nilton da Silva VENANCIO  
Vinícius Marcato BOCHI  
Leticia Lourenco Sangaletto TERRON

### **RESUMO**

A Imunidade Parlamentar esteve em todas as Constituições Brasileiras, acompanhando nossa evolução histórica, entretanto foi mitigada no Regime Militar. A ditadura militar caiu, surgiu a CF/88 e a Imunidade Parlamentar foi adicionada pelos legisladores, sendo mecanismo protetivo para os Parlamentares exercerem suas funções sem embaraços ideológicos ou sofrerem coerção por parte de grupos rivais, todavia ao longo do tempo tivemos parlamentares que se utilizaram desta ferramenta como licença para ofenderem colegas sem qualquer critério, outros, tentaram retardar processos deixando uma sensação de impunidade, gerando um certo mal estar na população. O presente trabalho foi elaborado pelo sistema de revisão de literatura, sendo utilizado principalmente a pesquisa eletrônica por meio de sítios na internet. Mostrar que ainda que o instituto da Imunidade Parlamentar tem sido utilizado de forma incoerente, ele é fundamental para prevalência da Democracia. De 1988 até o presente ano, foi verificada uma evolução no que tange a Imunidade Parlamentar e as demandas sociais. Conclui-se, assim, que embora muitos pensem que a solução seria remover a Imunidade Parlamentar da Constituição, a solução não seria esta, mas sim ir moldando este instituto de forma que ele atinja o objetivo pelo qual foi criado.

Palavras-chave: Imunidade Parlamentar. Paradigma. Contexto. Democracia.

**A PRÁTICA DO OVERSHARENTING E O COMPARTILHAMENTO  
EXCESSIVO DA VIDA PARENTAL POR MEIO DE IDENTIDADES DIGITAIS**

**SUPERVISOR'S PRACTICE AND EXCESSIVE SHARING OF PARENTAL LIFE  
THROUGH DIGITAL IDENTITIES**

Erika Ferreira BARBIERI  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

O presente artigo possui o objetivo de analisar a prática do oversharenting, caracterizada pelo compartilhamento excessivo que os pais fazem da imagem dos seus filhos através das redes sociais. Pretende-se evidenciar o impacto causado pelo consumo e adultização infantil devido as identidades digitais. Busca-se examinar os direitos e garantias que protegem as crianças. O método aplicado foi revisão de literatura, utilizando-se como base pesquisa a sites, artigos acadêmicos que discutem o tema. Em primeiro momento foi realizado uma apresentação da nova era digital e o uso das redes sociais, logo após foi demonstrado a forma que o consumo e a adultização infantil está se tornando precoce na vida das crianças. Não obstante foi possível observar resultados evidentes que a atual Era da Informação já influencia diretamente o comportamento dos menores nas redes sociais. Portanto conclui-se que devido a intensa exposição dos filhos feita pelos pais está causando uma mudança na caracterização da infância, na qual a nova geração cresce com responsabilidades e anseios de uma vida adulta, mesmo que a legislação tenham meios que protegem os menores, a conscientização do dano tem que acontecer em toda sociedade.

Palavras-chave: Oversharenting. Consumo. Adultização.

## **ATA NOTORIAL: A REVOLUÇÃO AO SE PROVA ALGO**

### **NOTORIAL MINUTES: THE REVOLUTION BY PROVING**

Ludimilla Cristina da SILVA

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo principal a apresentação do meio de produção de prova, chamado de “ata notarial”, sua previsão legal, bem como dizer para que serve, quais situações utilizar, quais os seus tipos, por que, é lavrada, como funciona e seu custo. Para a realização do trabalho foi utilizada pesquisa por meio de sites, artigos e vídeo- aulas por meio da plataforma “youtube” além da legislação, uma vez que foi utilizado o Código de Processo Civil. Tem como fundamento a informação à esse tipo de produção de prova, bem como sua apresentação, baseando-se nos ditames de sua importância nos processos judiciais e administrativos. Por fim, pode-se concluir que a ata notarial passou a ser mais conhecida com a vigência do novo CPC, tendo em vista que esse meio de produção de prova passou a ser considerado típico com a edição do diploma legal supracitado, já que antes não havia previsão legal expressa. E, como consequência disso, passou a ser mais utilizado.

Palavras-chave: Ata Notarial. Tabelião. Fé pública. Prova.

# **A ASCENSÃO DE UMA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA INTERVIR UM COLAPSO CIBERNÉTICO**

## **THE ASCENSION OF BRAZILIAN LEGISLATION TO CUT OFF A CYBER COLLAPSE**

Caio Cesar FORNARI  
Emanuelli Paro MARTINS  
Gustavo de Paiva ROMERO  
Igor Heleno ROSSEGALLI  
Pedro Mateus Feltrini BELLO

### **RESUMO**

O presente artigo tem fulcro na discussão sobre a iminência dos crimes cibernéticos na sociedade virtual, coloca em pauta o racismo nas redes sociais, a ampliação dos crimes virtuais durante a pandemia causada pelo vírus Covid-19 e aborda um comparativo entre a legislação do Brasil e dos Estados Unidos. No Brasil, as normas que regem este tipo específico de crime são mínimas, o que promove a necessidade de uma melhora legislativa pelos órgãos governamentais. Então, conclui-se que há a necessidade de lapidar o sistema legislativo brasileiro, a fim de promover uma melhora na proteção dos usuários de Internet. Portanto, o presente artigo, cuja qual fora desenvolvido sob a égide de diversas pesquisas bibliográficas, disserta a respeito da presença dos crimes virtuais na sociedade brasileira, juntamente com propostas de intervenção, mostrando a necessidade da melhoria das normas. E ainda, sobre a importância da inclusão do presente conteúdo na grade curricular dos acadêmicos do curso de Direito.

Palavras chave: Crimes cibernéticos. Legislação. Internet. Covid-19. Direito Comparado.

**A CONDUTA DO POLICIAL MILITAR EM FACE DA NOVA LEI DE ABUSO DE  
AUTORIDADE E OS CRIMES DE TORTURA E LESÃO CORPORAL**

**THE CONDUCT OF THE MILITARY POLICE IN FACE OF THE NEW LAW OF  
ABUSE OUTHORITY AND THE CRIMES OF TORTURE ANS BODY INJURY**

Izabela Mendes Plasten dos SANTOS

Lucas Henrique BONINI

Nicole de Oliveira BUZUTI

Viviane Reiko YOSHIDA

Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

Neste artigo serão apresentadas as perspectivas jurídicas e socioculturais a partir da conduta do policial militar, em relação a nova Lei de Abuso de Autoridade, juntamente com os crimes de tortura e a decorrente lesão corporal. A problemática analisada versa sobre princípios fundamentais da dignidade humana que é violada por decorrentes abusos e excessos policiais. O objetivo do trabalho é, além de comentar sobre o abuso de autoridade, trazer como acontece a formação do agente policial que necessita de uma reestruturação, visto que, o processo formacional estimula um comportamento agressivo do agente. A metodologia utilizada foi a hipotético – dedutiva. Em suma, conclui-se que é necessária a desmilitarização no processo pedagógico nas academias de polícia nos estados brasileiros, devendo o agente cumprir com sua função social garantida na Constituição Federal, agindo com proporcionalidade em seus atos, de maneira ostensiva, respeitando a dignidade humana, sem se sobressair sobre sua posição de autoridade.

Palavras-chave: Agente policial. Conduta. Abusos. Processo.

# **VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL: O PAPEL DAS POLÍCIAS IMPACTANDO NEGATIVAMENTE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA DE DIREITO**

## **POLICE VIOLENCE IN BRAZIL: THE ROLE OF POLICIES IMPACTING NEGATIVELY ON A DEMOCRATIC SOCIETY OF LAW**

Beatriz Berlutti CARRASCO  
Milena Berlutti MASCHIO

### **RESUMO**

É notável no Brasil o despreparo da força policial, que ocasiona um elevado número de abusos e violência, contrapondo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Magna do país. Essas agressões e crimes ocorrem principalmente contra a população de classe baixa, ficando claro assim o abismo social. A polícia é usada pelo Estado para defender os interesses da elite, fazendo com que esta, não cumpra seu verdadeiro papel de proteção da sociedade como um todo. O presente artigo visa à exposição do problema para sua reflexão, abordando críticas ao sistema, ao tratamento que a população recebe dos profissionais, a desigualdade racial e econômica, ao distanciamento da força policial da população, a dificuldade em apresentar a denúncia e ela resultar em investigação e possível punição para o policial infrator. Além disso, apresenta possíveis soluções, para corrigir esse grave problema estrutural, que a sociedade brasileira enfrenta desde os primeiros anos de sua colonização. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras-chave: Violência policial. Direitos Humanos. Segurança pública. Polícia.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO: SOB A VISÃO DO CÓDIGO CIVIL**

### **DOCTOR'S CIVIL RESPONSABILITY: UNDER THE VIEW OF THE CIVIL CODE**

Amanda Moreira BAZZANELLA  
Isabela Carolina Donades FERREIRA

#### **RESUMO**

O presente artigo trata-se da Responsabilidade Civil do Médico, sob a visão do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor. Neste artigo colocaremos em destaque as condutas, prudências, regras e responsabilidades que caminham ao cotidiano e a doutrina estabelecidas pelo âmbito jurídico. Deste modo, esclarecendo a importância do profissionalismo neste campo. Com o passar dos anos os médicos ganham um novo posicionamento em sua área, sendo cobrado pelo resultado final, bem como, seguindo a legislação e a jurisprudência o médico é responsável pelo meio. Isso sucede, pois a medicina não é uma ciência exata, portanto, não podendo prometer resultado final. A Responsabilidade Civil é subjetiva, a comprovação do elemento de culpa. O consumidor/paciente, dispõe de proteção, na qual será investigada mediante a verificação de culpa. Isto posto, o profissional que em exercício de atividade, houver negligência, imprudência e imperícia, será aplicado a indenização, como disposto no Código Civil. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras Chaves: Responsabilidade. Negligência. Atividade. Culpa.

**A RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO NOS CASOS DE DANOS  
DECORRENTES DE ENCHETES NO PERÍMETRO URBANO E O DIREITO A  
INDENIZAÇÃO<sup>1</sup>**

**THE RESPONSIBILITY OF PUBLIC POWER IN CASES OF DAMAGE ARISING  
FROM FLOODS IN THE URBAN PERIMETER AND THE RIGHT TO INDEMNITY**

Ben-Hur Pereira da SILVA  
Leonardo Villanova COMBINATO  
Ana Maria Ortega ALONSO

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo tratar da recorrente problemática das inundações, suas consequências, ações indenizatórias e projetos de resolução, utilizando-se da metodologia descritiva com revisão bibliográfica. Foram abordados variados pontos como as perdas e danos materiais e morais a pessoa física e jurídica. A responsabilidade legal do Estado em cuidar da limpeza, organização e prevenção de catástrofes dentro do perímetro urbano e indenizar quando os respectivos eventos são decorrentes de sua conduta ativa ou passiva. Os direitos dos prejudicados; a ação civil pública; o passo a passo para se ingressar com uma ação indenizatória, são temas abordados no seguinte artigo. Somado ao conteúdo, frisa-se a importância da ação não apenas para resolver problemas individuais, mas também com objetivo de denunciar problemas para cobrar da administração municipal a implantação de projetos criados por meio dos governos Federal e Estadual que unem população e Estado na manutenção do ambiente em que se vive, junto as obras necessárias de cada local, para que se resolva esta problemática.

Palavras-Chave: Responsabilidade do Estado. Função social. Indenização. Danos. Falta de serviços.

## **ESTUDO DA ALTERAÇÃO DADA PELO “PACOTE ANTICRIME” À AÇÃO PENAL DO ESTELIONATO**

### **STUDY OF THE CHANGE BROUGHT BY THE “PACOTE ANTICRIME” TO THE SWINDLE PROSECUTION**

Vitor Hugo BUENO  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

#### **RESUMO**

O artigo trata da alteração dada pelo Pacote Anticrime à ação penal do estelionato, que a tornou, com algumas exceções, pública condicionada à representação. O objetivo foi examinar o efeito desta alteração sobre as persecuções criminais em andamento e a gama de perspectivas e institutos jurídicos envolvidos, dentre estes a retroatividade das normas penais híbridas, a natureza da ação penal pública condicionada à representação, e a preservação da autonomia da vontade da vítima e dos direitos fundamentais do acusado. À vista disso, fez-se a análise de dois julgados divergentes do Superior Tribunal de Justiça e de recentíssima doutrina acerca do tema, bem como colheu-se orientação complementar de artigos extraídos da internet. O estudo desenvolvido, guiado pelo método hipotético-dedutivo, permitiu concluir que a inovação trazida deve ser aplicada de forma retroativa a todos os procedimentos iniciados, seja em fase policial ou não, intimando-se o ofendido ou seu representante legal para oferecer a representação no prazo de seis meses, sob pena de decadência.

Palavras-chave: Pacote Anticrime. Ação Penal do estelionato. Ação Penal Pública condicionada à representação. Aplicação retroativa.

**A SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL COMO FOMENTO  
AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

**UNIPERSONNEL LIMITED SOCIETY AS A PROMOTION OF BRAZILIAN  
ECONOMIC DEVELOPMENT**

Fabíola Clementi MANZOLI  
Gabriel de Souza LOZANO  
Eduardo CURY

**RESUMO**

O presente trabalho está calcado na análise conjuntural da nascente sociedade limitada unipessoal sob o prisma da Lei de Liberdade Econômica e suas implicações para o cenário jurídico-negocial brasileiro. Em suma, o artigo em questão buscou evidenciar todo arcabouço principiológico do inédito ente jurídico e, com a leitura analítica, identificou elementos capazes de surtir um paralelo positivo para a realidade empresarial brasileira. Tal leitura deu-se por meio de instrução metodológica pautada na exploração de artigos convencionais e pesquisas empíricas concernentes na averiguação científica dos temas aqui expostos e, com rigor, denota-se que a sociedade limitada unipessoal, enquanto tecnologia jurídica, está unvida de fatores benéficos para propulsão do empreendedorismo brasileiro. Dada as caracterizações, constatou-se que a sociedade limitada unipessoal está dotada de fragmentos que proporcionam ao seu instituidor maior flexibilidade negocial, de modo a facilitar a aquisição de vantagens escriturais, tributárias e comerciais, propiciando a oportunidade de maior alavancagem no desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Sociedade Limitada Unipessoal. Desenvolvimento Econômico. Liberdade econômica.

**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM VISTA DA  
INTELIGENCIA ARTIFICIAL NA INTERNET NOS DIAS ATUAIS.**

**GENERAL LAW FOR THE PROTECTION OF PERSONAL DATA IN VIEW  
OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE ON THE INTERNET IN THE PRESENT  
DAY.**

Higor Eduardo Alvares OHIRA  
Julia Bellussi Cruz MIYAJI  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de estudo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais diante da Inteligência Artificial, já que na atualidade a sociedade se encontra no período evolutivo digital, onde a crise do Covid-19 vem demonstrando cada vez mais o uso constante da Inteligência Artificial perante aos dados para atos comuns do dia a dia. A utilização dos dados pessoais como praticidade no meio virtual, poderá ocorrer riscos sem sua segurança, ou seja, a exposição de certos dados pode criar um colapso invasivo para o usuário. É importante transparecer este problema de como a Inteligência Artificial pode prejudicar e afetar seus direitos, e assim, compreender quem será o responsável por esta falha, visto que anteriormente, sua resolução pela norma brasileira baseava de jurisprudências sobrepostas por outras leis, sem uma previsão adequada e sem regulamentação. Sendo assim, cada país deve se adequar a este novo mundo virtual. No Brasil, por exemplo, promulgou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que proporcionou de forma específica como os dados devem ser tratados para uma maior segurança, enfatizando os direitos e deveres tanto do usuário que o utiliza, quanto de quem administra, desta forma, caso haja problemas com a exposição já é previsto a responsabilidade de cada ação. A metodologia utilizada foi através do método dedutivo.

Palavras-Chave: Proteção. Violação. Internet. Inteligência Artificial.

# **O PRÍNCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA APLICAÇÃO PELA AUTORIDADE POLICIAL**

## **THE PRINCIPLE OF INSIGNIFICANCE AND ITS APPLICATION BY THE POLICE AUTHORITY**

Emanuele Borges SEVILHA  
Gabrielli Bianca Borges PRATES

### **RESUMO**

O presente trabalho possui como objetivo principal esclarecer a aplicabilidade do Princípio da Insignificância pela autoridade policial na seara penal. Pretende-se evidenciar que a excessiva criminalização de algumas condutas, mesmo que aparentemente se enquadrem como típicas, não demonstram uma ofensa relevante ao bem jurídico penalmente tutelado, devido ao pequeno grau de gravidade, resultando na inserção de várias infrações que não mereceriam a movimentação de todo aparato penal do Estado, expandindo o sistema de delitos de bagatela e ocasionando um grande volume de atuação, comprometendo sua funcionalidade. O método empregado ao presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, sendo utilizados como base da pesquisa, doutrinas, artigos acadêmicos e estudo de casos concretos. Após, foi realizada uma análise quanto ao conceito, no qual considera-se que o Princípio da Insignificância é um injusto cujo conteúdo não representa dano significativo a um bem jurídico penalmente tutelado, não merecedor de sanção penal, devido a ínfima significância. Foi possível concluir que, as despesas geradas sobre causas sem o mínimo potencial ofensivo, compromete a celeridade de outras demandas inquestionavelmente relevantes para a sociedade, porquanto estes fatos insignificantes podem ser resolvidos muitas vezes por outros ramos do direito, isso tudo por intermédio de uma análise classificatória e técnica do Delegado.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Autoridade policial. Seara penal. Ofensa relevante

**. EXTINÇÃO DE CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE,  
IMPENHORABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE.**

**EXTINCTION OF CLAUSES OF INALIENABILITY, IMPENHORABILITY  
AND INCOMMUNICABILITY.**

Gustavo Carvalho Rodrigues de Almeida

**RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de estudo a Extinção de gravame das Cláusulas de Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade em testamento e escrituras públicas de doação em que se refere a adiantamento de legítima. A inalienabilidade decorrente da vontade somente pode ser imposta em atos de liberalidade (testamento ou doação), quando o testador ou doador assim determinam no testamento ou no instrumento de doação. Não se pode estabelecer a inalienabilidade pura e simplesmente num contrato de compra e venda ou pelo próprio proprietário, exceção feita ao bem de família previsto no Código Civil (art. 1711 do CC). Se o donatário, ou o herdeiro, aceita a doação (ou herança) com referida restrição, deverá observá-la pelo período estabelecido na cláusula. Porém, o doador ou testador não pode impor cláusula de inalienabilidade, assim como de impenhorabilidade e incomunicabilidade sobre os bens da legítima, exceto se houver justa causa (art. 1848, caput). Portanto, os herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge), em princípio, têm direito de receber a legítima (metade da herança) livre de qualquer espécie de restrição. Com relação ao restante da herança, o testador ou doador tem liberdade para impor as cláusulas restritivas mesmo que não haja justa causa. Utilizou-se o método dedutivo.

Palavras-Chave: Exclusão. Inalienabilidade. Impenhorabilidade. Incomunicabilidade.

## **O CARÁTER ASSISTENCIAL DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL NO BRASIL**

### **THE ASSISTENTIAL CHARACTER OF RETIREMENT BY RURAL AGE IN BRAZIL**

Tulio Vidal MONTENEGRO

#### **RESUMO**

O presente artigo possui a pretensão de fomentar a natureza proveniente do benefício rural adquirido através do Regime Geral Previdenciário, considerado na Lei 8.213/1991 (Lei de Benefícios), abordando juntamente o contexto de Seguridade Social, que está presente da Constituição Federal de 1988. Levando-se em consideração que a Previdência Social exerce o sistema contributivo, sendo decidido em texto constitucional. O estudo resultou na apreciação de que a aposentadoria por idade rural não pode-se considerar como caráter previdenciário, e sim como caráter assistencial, já que sua finalidade é de auxiliar as famílias que são mais vulneráveis no sistema previdenciário brasileiro, pois não são considerados filiados ao Instituto Nacional do Seguro Social, portanto os tribunais considerando a concessão do benefício para a finalidade assistencial proveniente da indefensibilidade da classe social, assim sendo necessário o poder do Estado atuar através do resguardo dos direitos, trazendo justiça e equidade para toda a população carente do Brasil. O método dedutivo foi o utilizado no estudo.

Palavras-chave: Direito Previdenciário. Idade Rural. INSS. Seguridade Social.

## **GUARDA COMPARTILHADA DE ANIMAIS: uma análise sobre sua legalidade**

### **SHARED GUARD OF ANIMALS: an analysis of its legality**

Juliana Pontes dos SANTOS  
Mariana RODRIGUES  
Mikaelly de Paula da SILVA  
Verônica Merlos GONÇALVES  
Ana Claudia Rodrigues MULLER

#### **RESUMO**

A sociedade e o direito se moldam de acordo com a evolução, no decorrer do tempo e das circunstâncias, portanto, as leis devem ter mobilidade para acompanhar a sociedade e suas necessidades conforme sua importância no mundo e no âmbito jurídico. Dessa forma, o presente artigo, por meio de pesquisas e do método dedutivo tem como objetivo principal trazer ao leitor, de maneira clara e objetiva o posicionamento do ordenamento jurídico brasileiro acerca da matéria. Quando duas pessoas decidem não mais dividir a mesma casa, podem ainda dividir algum tipo de sentimento, esse que muitas vezes se perpetua com o animal. Deste modo, o brevíssimo discorre sobre guarda, alimentos, direito de visita, e ainda a utilização de leis por analogia. Os tribunais têm enfrentado essas questões, e aos poucos se altera a percepção dos pets. Apesar de existir uma lacuna, não restam dúvidas da possibilidade jurídica. Ainda assim, ocorre a necessidade de uma legislação que regulamente a situação dos animalejos, enxergá-los como sujeitos de direito, fazendo da caminhada em busca de justiça mais acessível. Resta lembrar que, toda espécie de vida possui suas particularidades e merece respeito. A lei precisa estar lado a lado com aqueles que necessitam dela.

Palavras-chave: Divórcio. Lei. Família.

## **A APLICABILIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL E DA JUDICIALIZAÇÃO NA POLÍTICA BRASILEIRA.**

### **THE APPLICABILITY OF JUDICIAL ACTIVISM AND JUDICIALIZATION IN BRAZILIAN POLICY.**

Gabriela Caroline Crema  
Paulo Ricardo Santana

#### **RESUMO**

Atualmente a política brasileira enfrenta constantes discussões, podendo aperfeiçoar ou desestruturar um sistema de divisão para a aplicabilidade de direitos e garantias fundamentais. O judiciário vem crescendo e ganhando destaque através de um papel ativo, impulsionado pela omissão legislativa, que deixa grandes demandas sociais esquecidas, fazendo com que o poder jurídico interfira ao legislativo, acarretando a contrastes que possibilita tanta a eficácia de garantias e direitos fundamentais, quanto a uma desestruturação ao sistema constitucional. Foi utilizado como mecanismo de pesquisa livros, sites bibliográficos e vídeos informativos no método dedutivo. Esse trabalho visa informar qual o papel do judiciário, de qual forma atua nos dias atuais, e for fim, mostrar quais os riscos que a politização na justiça poderá causar ou desestruturar o parlamento brasileiro. Com isso, a importância que se deve com o respeito a ilustre Carta Magna de 1988, que exige a aplicabilidade de cada poder de acordo com a vivência social. O resultado do estudo mostra que, quando um poder deixa de atuar, automaticamente é manifestado pelos cidadãos o desafeto causado pela autoridade competente, no qual, acaba voltando-se a outro poder eminente, que possivelmente tentará corresponder a esses apelos, dilatando o sistema democrático de direito.

Palavra-chave: Ativismo judicial. Constituição. Poder judicial. Democracia.

# **IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DO DIREITO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

## **THE IMPLEMENTATION OF THE LAW STUDY IN BASIC EDUCATION**

Hugo William Dias

### **RESUMO**

O presente trabalho é uma abordagem da implementação da educação das Ciências Jurídicas na grade curricular do ensino regular. Procura-se demonstrar neste artigo a necessidade e vantagens do aprendizado da educação jurídica, dado que o ensino tanto fundamental quanto médio, buscam capacitar os jovens para o mundo, dando a eles os conhecimentos tidos como básicos para a sua convivência em sociedade, é notável a necessidade de haver na grade uma matéria que de o conhecimento dos direitos constitucionais e dos estatutos que trazem os direitos imprescindíveis ao cidadão, tanto quanto necessidade de trilhar um caminho para a formação da cidadania e conscientização dos estudantes tornando-os mais politizados. Levando o ensino básico do direito as escolas cria-se um norte para que as pessoas possam ter capacidade plena de exercer sua cidadania, criando consciência dos seus deveres e direitos, criando a curto prazo uma consciência cidadã nos jovens e a longo prazo criando uma nação politizada, capaz de solucionar conflitos de forma rápida, estimulando o senso de justiça, além de ajudar no desenvolvimento intelectual dos jovens, capacitando-os para debates, discursos e redações, por terem um vasto conhecimento e embasamento jurídico.

Palavras Chaves: Direito. Estudo. Educação. Cidadania. Constituição

**A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIROE SEUS EFEITOS NA  
ATUALIDADE**

**THE CRISIS IN THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM AND  
ITS EFFECTS TODAY**

Rebecca Di Falco da SILVA  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Este artigo científico possui como objetivo de estudo analisar a situação em que encontram as penitenciárias brasileiras. Em vista disso é possível notar que os problemas enfrentados são superlotação, falta de higiene, ausência de assistência básica à saúde, fugas e outros muitos problemas. Posto isso, um local que deveria ser de ressocialização aos carcerários e futuramente, a inclusão do agente à sociedade para ser um cidadão melhor, acaba sendo um local onde por conta da má qualidade de permanência em razão da maneira que são tratados, acabam retornando ao convívio social muito pior do que entraram, e claramente esse não é o objetivo de uma unidade prisional. Denotando sobre o quanto a atual situação dos presídios no Brasil é crítica, resumida de vivência insalubre e situação de mazelas, abordando com ênfase o quanto essas situações rotineiras na vida dos encarcerados pode e é prejudicial para uma boa ressocialização e inserção na sociedade como um todo, desde a realização de um fato à inserção no mercado de trabalho. Essa pesquisa foi baseada em revisão de literatura pautada em pesquisas bibliográficas, bem como a utilização de livros, e legislações pertinentes que abordam o tema em questão.

Palavras-chave: Crise. Sistema Prisional. Atualidade.

**PRÁTICA DE CRIMINAL PROFILING NA INVESTIGAÇÃO DE CRIMINAL**

## **CRIMINAL PROFILING PRACTICE IN CRIMINAL INVESTIGATION**

Eloisa Silva PAGANHANI  
Julia Thainá Guimarães CUSTODIO  
Letícia Carneiro da Costa FERREIRA  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

Para que haja um melhor desempenho nas investigações criminais, muitas técnicas estão sendo criadas, uma delas é conciliar a psicologia à área criminal, o que, por meio das análises comportamentais dos criminosos, e informações a respeito do crime, cria um perfil criminal, que serve como um instrumento para a investigação. O Criminal profiling, que no Brasil é nominado de perfilamento criminal, é uma técnica forense que, ao utilizar-se de um conjunto multidisciplinar auxilia peritos e policiais na investigação criminal no mundo todo. Todavia, visto que o conhecimento sobre essa área é limitado, o tema ainda se encontra escasso de informações, o que, muitas vezes, torna-se um empecilho para sua aplicação. O artigo em questão possui a finalidade de perscrutar a técnica de criminal profiling, conceituando-a e expondo seu aproveitamento nas investigações no mundo e no Brasil. Como meios de pesquisa foram utilizadas revisões bibliográficas do assunto proposto, em livros, sites e artigos acadêmicos, resultando em informações que sustentam a importância da utilização da técnica em questão, bem como da junção da Psicologia ao Direito, a fim de trazer uma maior eficácia para as investigações.

Palavras-chave: Investigação Criminal. Criminal profiling. Técnica Forense.

## **THE VIABILITY OF THE GUARANTEEJUDGE**

José Renato da SILVA JÚNIOR  
Mayene Hashimoto FUTIGAMI  
Rean Andrade de OLIVEIRA

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo conceituar e abordar e discutir a implantação da novidade trazida pela Lei 13.964 de 24 de dezembro de 2019, mais especificamente a figura do “juiz das garantias”. Essa inovação se trata de um rompimento do antigo sistema, no qual o juiz prevento era o responsável por toda persecução penal. O juiz das garantias, em uma explicação simplória, nada mais é do que um magistrado que atuará exclusivamente na fase pré-processual, com a finalidade de garantir a legalidade da investigação criminal, bem como de resguardar os direitos individuais do investigado. Ocorre que o referido tema ganha grande repercussão em decorrência da suspensão de sua aplicabilidade decidida pelo Supremo Tribunal Federal, motivada pela violação de diversos princípios constitucionais. Por essa razão, o presente estudo irá abordar a viabilidade da aplicação do juiz das garantias. Por fim, consigna-se que para o prosseguimento desta pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas atuais e qualificativas.

Palavras-chave: Código de Processo Penal. Juiz das garantias. Regulação.

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: dor além do parto**

## **OBSTETRIC VIOLENCE: pain beyond childbirth**

Isabela Maria da Graça Menezes MENDES  
Jullya Mariany Medrado NICOLETTI

### **RESUMO**

O resumo busca fazer uma breve análise sobre violência obstétrica, levando em consideração o parto hospitalar, possíveis intervenções e analisar a autonomia feminina. A busca por um parto humanizado e a expansão da Lei nº10.778/03. Conhecer essa violência onde se desonra o corpo, a mente e os direitos de suas vítimas é relevante para que não fique impune essas práticas que são totalmente negligentes, prejudicando a saúde física e mental da mulher. Expor as práticas de violência obstétrica de maneira ampla para que se entenda quais são as formas que leva uma mulher a sofrer tal violência e que saiba agir e conhecer todos os parâmetros da lei que as protege. O Material consultado para a produção do resumo foram pesquisas bibliográficas, sites, artigos relacionados e jurisprudências relacionadas ao tema. O ponto central é trazer uma ênfase sobre o assunto e mostrar a realidade que cerca de 1 em cada 4 mulheres brasileiras sofrem no começo da maternidade e a realização de qualquer prática sem o consentimento da mulher. Entende-se que a violência obstétrica além de ser um momento doloroso e marcante é uma total violação ao direito da mulher e aos direitos humanos.

Palavras-chaves: Violação. Negligência. Saúde. Mulher.

**ESTUPRO MARITAL: como é visto a violência conjugal na sociedade contemporânea**

**MARITAL RAPE: how conjugal violence is seen in contemporary society**

Isabela FERRAZ

**RESUMO**

O presente trabalho tem o desígnio de expor o ato da violência sexual dentro da relação matrimonial e em qual momento ela ocorre, vivenciada no mundo contemporâneo, que além de muito desconhecida, ainda é normalizada; abrangendo os crimes penais relacionados à essas violências com foco principal no crime de estupro marital, o artigo irá apresentar também sobre a decisão do STJ, que diante da transmissão com o *animus necandi* do vírus HIV, classifica-se como crime de lesão grave diante do artigo 129, II do Código Penal sem a necessidade de tipificar o crime do seu artigo anterior, relacionados ao contágio de moléstia venérea. O objetivo deste trabalho é analisar sobre quais crimes tipificados são cometidos dentro do ambiente familiar e evidenciar a necessidade do compartilhamento de informações sobre a tal liberdade sexual que a Constituição Federal garante principalmente ao público feminino que ainda vive com base do sentimento retrógrado da submissão na sociedade patriarcal em que ainda vivenciamos, por fim, lembrar o que existe dentro do contrato matrimonial. Esse artigo científico fora produzido baseado em artigos da internet, opiniões de operadores do direito e doutrinas jurídicas.

Palavras Chaves: Estupro. Conjugal. Crime. Violência. HIV.

## **LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O LIMITE DO DISCURSO DE ÓDIO**

### **FREEDOM OF EXPRESSION AND THE LIMIT OF HATE SPEECH**

Leonardo Henrique Soares CABREIRA

Rafael Santana GARCIA

Sérgio Oliveira FACIONE

#### **RESUMO**

Todos os brasileiros têm o direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 de expressar as suas ideias e ideologias, desde que não ferindo o direito legítimo de terceiros, conforme o artigo 5o, IV e IX da CF 88. Seguindo essa ideologia vê-se que a liberdade de expressão é uma conjectura para a liberdade de pensar. A liberdade de expressão assegura para que possamos conseguir descobrir nossos pensamentos, de forma a solidificar o direito que foi assegurado. O direito à liberdade de expressão é um direito básico que foi incluído na lista dos direitos de personalidade. Os direitos de personalidade são uma série de bens jurídicos que podem transformar as previsões físicas ou psicológicas de uma pessoa e personalizá-las. Essa restrição ocasionada pelo abuso do direito à liberdade de expressão pode ser entendida como um sistema de censura permitido pelo ordenamento jurídico brasileiro, que será um método judicial por meio de sanções. Entende-se que existe um limite até onde sua liberdade de expressão começa a se tornar um discurso de ódio com o próximo, sendo assim ferindo um dos princípios e tornando a expressão algo cada vez mais difícil em sociedade. A metodologia utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Direito. Discurso de ódio.

# **A INDICAÇÃO DE MINISTROS AO STF E O PRINCÍPIO DA SUSPEIÇÃO EM CASO DE JULGAMENTO DE PRESIDENTES**

## **THE APPOINTMENT OF MINISTERS TO THE STF AND THE PRINCIPLE OF SUSPECTION IN CASE OF JUDGMENT OF PRESIDENTS**

Gustavo Platero CABREIRA

### **RESUMO**

O presente artigo científico tem como objetivo primeiramente conceituar o Supremo Tribunal Federal e o processo de nomeação dos ministros que o compõe. Além disso, aborda historicamente o funcionamento da Suprema Corte deste país desde sua criação com dispositivo constitucional em 1891. É sabido que o STF é o guardião das leis brasileiras e garantias constitucionais e tudo que a adorna, e é o órgão máximo do poder judiciário, e a última instância do judiciário. Entretanto não cabe ao Supremo Tribunal Federal a nomeação de seus integrantes, sendo esta, competência inerente ao Presidente da República vigente no momento de necessidade. Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, existe a prerrogativa do foro privilegiado, o qual proporciona a pessoas detentoras de certos cargos, um rito específico, próprio e imprescindível para se apurar suspeita de crimes de responsabilidade ou comuns. Será tratado neste artigo, a prerrogativa ao foro privilegiado de Presidentes, que têm como órgão julgador o STF. Mister se faz necessário refletir sobre o princípio da suspeição dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal, pois estes, preliminarmente, foram indicados pelo Presidente da República, o que leva à reflexão se estes serão imparciais ou não, e neste caso, quem julga a sua suspeição. A metodologia apoiou-se no método dedutivo.

**Palavras-chave:** Supremo Tribunal Federal. Suspeição. Julgamentos.

**DIREITO À SAÚDE: direito fundamental social efetivado por meio de processo judicial**

**RIGHT TO HEALTH: fundamental social rogrth enforced through judicial process**

Edimara Aparecida dos Santos DURAN  
Rodrigo Soncini de Oliveira GUENA

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a temática do direito à saúde, em que consiste à um Direito Social Fundamental garantido pelo Estado. Sua discussão decorre a partir da análise da legitimidade da interferência do poder judiciário em Políticas Públicas ineficazes, justificando a falta de gerência de um poder sobre os demais. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método dedutivo através de revisão bibliográfica em obras impressas disponíveis na rede mundial de computadores, livros, julgados e legislação. Tem como objetivo investigar a legitimidade do poder judiciário no processo judicial, através do fenômeno da judicialização da Saúde, na qual visa proteção de Direitos Fundamentais Sociais e também retrata a idealização da Justiça Social. Através de doutrinas e de julgados do Supremo Tribunal Federal, discutiu-se sobre os direitos sociais como um direito subjetivo de natureza inalienável assegurada pela Constituição Federal. Por fim, pode-se concluir que o poder judiciário possui a legitimidade de interferência, como forma de instrumento de efetividade e defesa dos direitos fundamentais sociais, constatando-se também que deve haver uma harmonia entre o Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, uma vez que não possui suficiência de recursos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Políticas Públicas. Direito Sociais

## **DIREITO SUCESSÓRIO PERANTE AS MUDANÇAS SOCIAIS**

### **SUCCESSORY RIGHT BEFORE SOCIAL CHANGES**

Élcio da Silva NEVES  
Maria Eduarda de Souza B. SIMONATO  
Mariana Carla Batista CARRILHO

#### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo principal realizar um estudo sobre a evolução do direito sucessório com ênfase na sucessão quando causa mortis. O direito sucessório trata sobre as formas de transmissão de direitos e obrigações em decorrência da morte, bem como garante que bens oriundos de herança sejam divididos de forma justa entre os herdeiros. A herança é um direito assegurado pela própria Constituição Federal de 1988, artigo 5, inciso XXX é considerado um direito fundamental. Diante do exposto, é possível concluir que o tema direito sucessório perante as mudanças sociais, apresenta grande relevância de estudo atualmente, pois trata a respeito não só do indivíduo em âmbito familiar mas da norma e de como há necessidade da mesma se adequar a sociedade, a fim de evitar futuros conflitos. O trabalho foi realizado com base em revisões de literatura, com pesquisas em sites, artigos, livros revistas referência para a área de estudo, de forma árdua e meticulosa.

Palavras-chave: Direito. Sucessão. Herança. Evolução.

**LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE: o combate aos crimes praticados por policiais**

**AUTHORITY ABUSE LAW: the fight against crimes practiced by police**

Enzo Ferreira do Carmo LIMA  
Lucas Ivan dos Santos VICENTE  
Lucas Kalebe dos Santos ARAÚJO  
Paulo Roberto Silva GENTINI

**RESUMO**

Os crimes e abusos praticados por autoridades têm se tornado cada dia mais perceptíveis e visíveis pela população, situações estas que infringem o real motivo ao qual o poder fora concedido para estes agentes. Infelizmente a prática destes abusos não são de hoje, mas sim de situações causadas ao longo de muitos anos. Muitas práticas abusivas causam pânico e revolta aos civis, gerando medo e insegurança do órgão que deveria garantir a segurança da população, tendo em vista que este desempenha trabalhos incoerentes com aquele que fora determinado. Este trabalho irá demonstrar como a nova Lei de Abuso de Autoridade ajuda a impedir a realização destas práticas abusivas por agentes, trazendo maiores fiscalizações e punições àqueles que cometem o crime abusivo em benefício próprio ou destinado a terceiro, além de retratar novas medidas em fase de teste para aumentar ainda mais a fiscalização, monitorando as atividades dos agentes, fazendo com que as autoridades cumpram seus objetivos com lealdade e respeito com todos os cidadãos. A metodologia utilizada foi o método dedutivo.

Palavras chave: Autoridade. Abuso. Agente. Policial. Lei nº 13.869/2019.

**TERCEIRO SETOR: uma abordagem histórica conceitual sobre a sociedade civil organizada.**

**THIRD SECTOR: a conceptual historical approach to organized civil society**

Lucas TONIZIOLI  
Mikael Eduardo Romão ROCHA  
Paulo Ricardo SANTANA

**RESUMO**

O artigo aqui exposto tem por escopo inicial analisar o setor econômico, responsável por promover políticas públicas sociais posteriores à alteração filosófica do Estado, bem como, entender quais foram essas alterações, e como se desencadearam. Espera-se elucidar e definir pontos conceituais para poder tecer uma discussão veraz. Intencionase, também, apresentar o Setor de forma ampla, sem muitas minúcias, bem como a relação que este tem com o estado e o apoio que recebe dele. O método empregado ao trabalho foi o dedutivo, sendo utilizados, como base da pesquisa, doutrinas específicas e artigos acadêmicos. Inicialmente foram relacionados todos os artigos correlatos com o tema em questão, depois fora feita uma análise sobre o entendimento doutrinário e alguns dispositivos que dizem respeito aos mecanismos públicos utilizados para fomentar o setor. Entende-se que o tema brevemente estudado é de suma importância para as questões políticas e sociais de nosso país e que, para entender as suas relações com o setor publico e a sua eficácia no plano social, é necessário entender sua construção histórico-política.

Palavras-chave: Direto Administrativo. Terceiro Setor. Políticas Públicas.

## **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL**

### **OBSTATRIC VIOLENCE IN BRAZIL**

AnaLigia Sulato BRANCALHONE

Ana Claudia Rodrigues MULLER

#### **RESUMO**

O presente trabalho busca analisar a violência obstétrica no Brasil, tanto no âmbito social como no âmbito jurídico. É exposto que há contraposições dos direitos das mulheres presentes na Constituição com a prática, pois a violência de gênero é ainda muito presente na sociedade. No início, é apresentada a história de como o parto foi institucionalizado no Brasil, na sua evolução de algo caseiro se tornando um ramo da medicina, a obstetrícia. Logo depois, é aprofundado no que consiste a violência obstétrica, o foco da pesquisa, e analisa que ela é uma violação dos direitos das mulheres, expõe a repercussão no Brasil e em como é comum as mulheres sofrerem essa violência. Com as discussões sobre o tema mais constantes, as mulheres estão descobrindo seus direitos e como se portar e buscar ajuda de instituições tanto jurídicas como sociais. Por fim, indica medidas que possam ser tomadas pelo estado para que as mulheres voltem a se sentir seguras e reparadas pelos danos. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Institucionalização do parto. Direitos da mulher.

## **O DANO MORAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

### **MORAL DAMAGE INCONSUMER RELATIONS**

Jean Carlos Rossafa do AMARAL  
Ricardo Alexandre Rodrigues GARCIA

#### **RESUMO**

A presente pesquisa tem o objetivo principal de estudar e analisar acerca dos danos morais que podem ser ocasionados por atos e fatos danosos ao consumidor. Na extensa área da relação de consumo, os atos ilícitos praticados por fornecedores de produtos ou serviços, podem gerar danos imensuráveis ao consumidor. Principalmente quando atinge a esfera moral e a dignidade da pessoa humana. Conclui-se que através do estudo do caso concreto, que é de suma importância a responsabilização do fornecedor em corrigir seus atos de forma racional e bom senso compatível com o ato ilícito praticado, incentivando o caráter socioeducativo das indenizações. Sendo assim, a decisão do valor a ser indenizado deve sempre observar fatores como a razoabilidade e a imparcialidade, apresentando questões primordiais para se proteger o consumidor, e impulsionar a sociedade a subir um nível de desenvolvimento mais elevado, encontrando assim um equilíbrio entre o avanço científico e o respeito ao ser humano. Com isso, as forças produtivas se desenvolvem fundadas em parâmetros de responsabilidade, tendo como objetivo central não a lucratividade, mas sim, o respeito ao consumidor. A metodologia utilizada foi o método dedutivo.

Palavras chave: Consumidor. Dano moral. Reparação.

## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: o inimigo silencioso**

### **VIOLENCE AGAINST WOMEN: the silente enemy.**

Fabiano Henrique da SILVA

#### **RESUMO**

A violência contra as mulheres ocorre em todo o mundo de maneira desordenada, na maioria das vezes silenciosamente, podendo ocorrer dentro de seus próprios lares, no ambiente de trabalho ou em qualquer lugar em que a mulher se encontre, deve-se entender de que não se trata somente daquela violência física, mas também temos a sexual, moral e psicológica. Utilizou-se do método dedutivo. Esse tipo de violência está cada vez mais presente na rotina das pessoas e isso ocorre de uma mudança comportamental das mulheres ao longo do tempo, em que ganham mais confiança para denunciar esses abusos. Infelizmente, apesar dos grandes avanços que a legislação obteve, talvez a maior delas foi a criação da lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o certo é que ainda o Brasil está apenas engatinhando para o combate efetivo e para uma punição ideal desses crimes. Deve-se investir cada vez mais, em políticas públicas de conscientização, e alteração da legislação no sentido de combater mais rapidamente e efetivamente esses crimes que assolam cada vez mais mulheres no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Legislação.

**TIPOS DE CRIMES AMBIENTAIS (CONTRA NATUREZA) PRATICADO POR  
EMPRESAS – LEI nº 9.605/1998**

**TYPES OF AMBIENTAL CRIMES  
(AGAINST NATURE) PRACTICED BY COMPANIES - LAW nº 9.605 / 1998**

Guilherme Rodrigues VERAS  
Letícia Fernanda Matheus ZANINI  
Nathany MATOS  
Ricardo Alexandre Rodrigues GARCIA

**RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central estudo, em relação aos crimes ambientais praticados por empresas. Estudar-se-á precisamente como funciona a fiscalização e aplicação das penas nos delitos, bem como os tipos de crimes ambientais existentes e a importância da responsabilização e conscientização. São considerados crimes ambientais, aqueles praticados contra fauna, flora, os meios de poluição, crimes contra o ordenamento urbano e cultural. A responsabilização por esses crimes será tanto de pessoa física, quanto jurídica, recebendo sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados. O direito criminal ambiental possui características que lhe são peculiares, dentre as quais se destaca a prospecção de caráter preventivo, o que leva à antecipação da tutela penal. Para que não venham a sofrer certos tipos de sanções as empresas e seus representantes, precisam seguir o ordenamento jurídico e buscar mecanismo que não venham a agredir o meio ambiente, e assim evitar certas complicações jurídicas. Com isso, necessita juridicamente ser protegido e respeitado pelo através das regulações brasileiras e por quem as executa. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras-chave: Crimes ambientais. Fiscalização Ambiental. Responsabilização das Empresas no crime Ambiental.

**MARKETING MULTINÍVEL E O ESQUEMA EM PIRÂMIDE: diferenças que configuram um crime**

**MULTILEVEL MARKETING AND THE PYRAMID SCHEME: differences that configure a crime**

Artur de Moraes TOMAZ  
Eduardo Gomes da Silva QUEIROZ  
Jerson Roberto Pinheiro JUNIOR  
Thaynan Gianini Lemos Costa SILVA

**RESUMO**

O presente artigo possui como principal objetivo, analisar o que são os conhecidos “Esquemas de Pirâmides” e o “Marketing Multinível” e a maneira com os quais foram configurados no Brasil no decorrer dos anos. Empresas que aderem esse determinado método, e que por sua vez pode ser fraudulento e ilícito, mas fora de conhecimento da mesma, onde oferecem retorno monetário exorbitante mediante um investimento inicial muito baixo, que serve como o estímulo para que outras pessoas entrem no investimento, cominando em suma, na falência. A metodologia empregada a este trabalho é embasada em artigos de casos concretos, sendo realizado um estudo sobre empresas que aderiram os métodos de investimentos citados e seu retorno financeiro perante estes, analisando a presença de atividades ilegais nos conformes da Lei 1.521/51 que dispõe sobre crimes contra a economia popular, concluindo que a pratica da “Pirâmide Financeira” se configura em um destes crimes e ainda distinguir esta pratica do “Marketing Multinível”, que é exercida de forma totalmente legal.

Palavras-chave: Marketing Multinível. Pirâmide Financeira. Empresas.

**DIREITOS E GARANTIAS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO PORTADOR DE TEA**

**RIGHTS AND GUARANTEES FROM THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL POLICY FOR THE PROTECTION OF THE RIGHTS OF THE HOLDER OF TEA**

Aline Aparecida Francisco DURVAL  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Diante de tantos casos de portadores de TEA ( Transtorno do Espectro Autista ) no Brasil e no mundo e estudos sistematizados desse Transtorno, chegou-se a um determinado ponto em que os direitos dessas pessoas começaram a ser reivindicados e criou-se no Brasil a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A partir dessa temática e da lei que rege essa política permeia-se os campos do Direitos e das garantias das pessoas com TEA, analisando as leis existente, assim como a Constituição Federal e o que cada uma delas garante aos portadores do Transtorno do Espectro Autista. O objetivo desse trabalho é demonstrar como as leis vigentes no Brasil podem ajudar os portadores de TEA a viverem melhor gozando de seus direitos e usando as garantias a eles oferecidas para que possam expressar sua cidadania e ter uma qualidade de vida significativa dentro de suas limitações. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos e legislação pertinente à temática.

Palavras- chave: Transtorno do Espectro Autista. Garantias. Políticas Públicas.

## **ATIVISMO JUDICIAL: atuação ativista do poder judiciário em meio à Covid-19**

### **JUDICIAL ACTIVISM: activist performance of the judiciary in the middle of Covid-19**

Denise Fabiane Martins ZERBINATI

#### **RESUMO**

O presente trabalho busca fazer uma reflexão acerca de recentes decisões do Poder Judiciário em processos envolvendo questões políticas relacionadas a pandemia de Covid-19. Para a elaboração do artigo foi utilizado o método dedutivo através de pesquisas bibliográficas por meio de artigos científicos, livros, jurisprudência e legislação. O objetivo foi observar se em tais decisões o poder judiciário agiu de forma ativista, atuando em área dos demais poderes. De início através da doutrina discutiu-se o princípio da separação dos poderes e seu emprego na Constituição de 1988. Depois, considerações relacionadas ao ativismo judicial, que é uma atuação expansionista do poder judiciário em funções conferidas aos outros poderes. Passa-se a uma explanação sobre decisões recentes relacionadas a temas políticos no atual cenário de pandemia de Covid-19, ocorrendo o fenômeno da judicialização da política. Por fim, pode-se concluir que a atuação do poder judiciário em tais julgados foi dotada de ativismo judicial, com ingerência em funções típicas dos poderes legislativo e executivo.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Separação dos Poderes. Covid-19.

**INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: manipulação social e responsabilidade civil por danos causados por medicamentos.**

**PHARMACEUTICAL INDUSTRY: social manipulation and civil responsibility for damage caused by medicines.**

Luana Almeida SILVA  
Tuany Gasques ANDRADE

**RESUMO**

O presente artigo possui como objetivo analisar os riscos do consumo por medicamentos e a obrigação civil por danos causados por estes. Em seguida, irá ser citado o conceito, a sua identificação, as consequências e as formas de prevenção dentro destes crimes. Este artigo foi elaborado através de pesquisas realizadas em artigos e em sites da internet, tendo seu desenvolvimento sido feito através da discussão, visando analisar e explorar o conceito, causa e consequências da responsabilidade civil causados por medicamentos. Acerca do tema, foi analisado que, antes do existir o Código de Defesa do Consumidor, não havia nenhuma lei ou regimento competente para que desse suporte e que protegesse o consumidor contra os malefícios decorrentes do consumo de remédios, onde também determinou algumas incumbências para todos os casos de incidentes ao consumo, tudo aquilo que venha a ser decorrido do produto ou de serviço. Contudo, será analisado formas de fiscalização, normas de condutas e éticas, processos produtivos destes remédios, com intuito de prevenção e declínio no número absurdo de casos.

Palavras-chave: Medicamentos. Consumo. Abuso. Responsabilidade Civil. Defesa do Consumidor. Fiscalização.

**E-COMMERCE E PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR: segurança em relações de consumo virtuais**

**E-COMMERCE AND LEGAL CONSUMER PROTECTION: security in virtual consumer relations**

Vitória Vicente MARINELI  
Ricardo Alexandre Rodrigues GARCIA

**RESUMO**

A tecnologia encontra-se corriqueiramente presente na vida dos cidadãos de todo o mundo. Com o advento da era digital, a qual está em constante e crescente evolução, se fez necessário a adaptação de diversas áreas profissionais a esta modalidade. Neste diapasão, o comércio passou também a ingressar no mundo *online*, moldando-se e evoluindo conforme exige a tecnologia. Destarte, o presente artigo tem como objetivo realizar a verificação e a análise da proteção jurídica do consumidor brasileiro em face ao comércio virtual, também comumente denominado e-commerce. O estudo analisará o que dispõem as leis, jurisprudências, doutrinas e afins a despeito da segurança do consumidor no comércio eletrônico, bem como verificará como e se realmente tais conteúdos do ordenamento jurídico brasileiro funcionam na prática, oferecendo a proteção necessária ao consumidor virtual. Para a elaboração do artigo, foram utilizadas pesquisas realizadas em livros, artigos, sites e legislações inerentes ao conteúdo. Com a análise clara e aprofundada, sob um olhar crítico, tem-se que a segurança oferecida ao consumidor virtual, por vezes, na prática, pode não demonstrar tamanha eficácia como requerem certos contextos atuais.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Consumidor. Proteção jurídica.

**ANÁLISE DA ALTERAÇÃO DADA PELA LEI 13.968/19 AO ARTIGO 122 DO  
CÓDIGO PENAL, E DAS MUDANÇAS CONSEQUENTES DELA.**

**ANALYSIS OF THE CHANGE GIVEN BY LAW 13.968 / 19 TO ARTICLE 122  
OF THE CRIMINAL CODE, AND ITS CHANGES THEREOF.**

Lidiana dos Santos PEREIRA  
Nátalyn Sorfa COSTA

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetividade apresentar uma análise didática inclinada à alteração do Artigo 122 do Código Penal, realizada pela Lei 13.968/19 sancionada em 26 de dezembro de 2019. O trabalho compõe-se de questões pertinentes sobre a indução, instigação ou auxílio a automutilação ou ao suicídio, onde, na atualidade, são demandas notavelmente pertinentes sobretudo com a nova redação do artigo, no qual foi acrescentado a prática da automutilação. O estudo apresenta tópicos visando pontos mais primordiais sobre o suicídio, onde as pessoas decorrentes ao seu ponto de fragilidade e vulnerabilidade tornam-se simplesmente suscetíveis a serem induzidas, instigadas ou auxiliadas para a prática da automutilação ou do suicídio. A metodologia empregada para a conclusão do artigo deu-se através de estudos e análises bibliográficas, pesquisas em sites da internet e uma minuciosa atenção à legislação. O objetivo do estudo é expor a modificação da norma, apontando e desmembrando as questões centrais sobre a mudança, como por exemplo a influência das mídias sociais, a capacidade do tribunal do júri, etc. Entende-se por isto que a nova redação do artigo 122 do Código Penal faz-se extremamente conveniente e apropriado, englobando questões e denotando sua punibilidade comprometendo-se à garantia de uma legislação proeminente.

Palavras- chave: Suicídio. Automutilação. Participação.

## **DESIGUALDADE SALARIAL: evolução do século**

### **WAGE INEQUALITY: evolution of the century**

Heloiza Cristina BARBOSA  
Isabela Martins BRAZERO  
Rayssa Cristina Barbosa AGUIAR

#### **RESUMO**

O presente artigo científico tem como principal objetivo analisar e demonstrar a discriminação por gênero no mercado de trabalho, bem como, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, que infelizmente é uma realidade que persiste até nos dias atuais. Mesmo com leis vigentes que asseguram a igualdade entre gênero, no nosso país pode-se perceber a grande valorização dos homens. Quando se observa os cargos de liderança e autoridade é notório a grande predominância do sexo masculino, e ainda, são eles os que mais possuem perspectivas de crescimento e promoção nas funções que exercem, enquanto as mulheres frequentemente são as que continuam estagnadas. Percebe-se que a justificativa para este triste cenário se dá pelo preconceito e cultura enraizada há séculos de que mulheres não são tão eficientes ou inteligentes quanto os homens. O trabalho acadêmico foi realizado mediante pesquisas bibliográficas, conteúdos disponibilizados em sites e análises jurisprudenciais, enfatizando assim o método dedutivo.

Palavras-chave: Discriminação por gênero. Desigualdade salarial. Mercado de trabalho.

**A INCOMPATIBILIDADE DAS PENAS IMPOSTAS AOS CRIMES  
ENVOLVENDO FRAUDES DE INVESTIMENTO DE CRIPTOATIVOS SOB A  
ÓTICA DO CULTURALISMO JURÍDICO**

**INCOMPATIBILITY OF PENALTIES IMPOSED ON  
CRIMES INVOLVING CRYPTIC INVESTMENT FRAUDS FROM  
THE PURPOSE OF LEGAL CULTURALISM**

Rafael Rodrigues de SOUZA  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

Embora seja corriqueira, a prática de fraudes de investimento, seja na modalidade de pirâmide ou esquema de ponzi, é proibida no Brasil, configurando, assim, a infringência à diversos tipos legais. No entanto, tais fraudes se sofisticaram, possibilitando o investimento em ativos digitais, prometendo retorno expressivo em tempo diminuto. Por certo, as pirâmides desse segmento também tendem a ficar insustentáveis, seja por aumento expressivo dos lucros, ou desistência dos demais investidores, o que leva a dissolução do esquema com perdas inimagináveis. O objetivo deste trabalho é analisar esquemas de pirâmide envolvendo criptomoedas no Brasil, ponderando as deliberações dos tribunais frente à temática, além de compreender se há compatibilidade das penas impostas a tais crimes. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica, por meio da utilização de periódicos, livros e legislação pertinente à temática. Em consequência de certo recrudescimento das práticas e em um olhar crítico, sob a ótica do culturalismo jurídico, tem-se que há incompatibilidade entre as penas impostas aos crimes praticados. De modo que se faz necessário uma reforma nas penas atribuídas às condutas, para que o Estado, enquanto percussor do convívio social, possa garantir, efetivamente, sua finalidade.

Palavras-chave: Criptomoedas. Esquema de Pirâmides. Perspectiva jurídica.

## **PÍLULA DO DIA SEGUINTE: abortiva ou não?**

### **NEXT DAY PILL: abortive or not?**

Aline Vitória de OLIVEIRA  
Bruna Beatriz Teles da CRUZ  
Gabriella de Souza SANTANA  
Walter Martins MULLER

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo principal esclarecer-se o método contraceptivo emergencial usado pelas mulheres como forma de prevenção de gravidez, se enquadra como um método abortivo, qualificando-se assim como um fato típico no ordenamento jurídico brasileiro. Para a realização do trabalho foi utilizado o método dedutivo através de revisão bibliográfica por meio de artigos científicos, livros e legislação. Tem como fundamento enaltecer a necessidade da divulgação de informações sobre o medicamento, no caso específico a “pílula do dia seguinte”, que acaba gerando uma discriminação sobre quem pratica o seu devido uso e também sendo questionado e debatido se é uma utilização criminosa ou não. Por fim, pode-se concluir que o uso da pílula do dia seguinte, apesar de grandes questionamentos e divergências, especialistas comprova o devido efeito do medicamento e expõem orientações peculiares que devem ser tomado e respeitado, assim como o ordenamento jurídico esclarece e prevê as devidas legalidades sobre o assunto, na qual o seu uso não se enquadra em um crime de aborto como prevê o Código Penal Brasileiro.

Palavras-chave: Pílula do dia seguinte. Aborto. Legislação. Crime.

**A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: as violações dos direitos humanos e a redemocratização por meio da constituição federal de 1988**

**THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: violations of human rights and redemocratization through the federal constitution of 1988**

Josilaine Alexandre POLVERE  
Ana Maria Ortega ALONSO

**RESUMO**

Este é um breve estudo sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Tem como objetivos demonstrar as violações de direitos humanos que o país viveu neste período, e analisar como o Estado brasileiro passou de autoritário para Estado Democrático. O estudo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica documental, a partir do método hipotético dedutivo, no qual teve como fontes, artigos científicos; e a análise de relatórios feitos pela Comissão Nacional da Verdade, estudo da Constituição de 1946 e da Constituição de 1988, averiguou-se a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e outras legislações relacionadas. Primeiramente, foi realizado um estudo sobre as causas da Ditadura na América do Sul, em consequente, como ela se instalou no Brasil, e se desenvolveu nos anos seguintes até a retomada da democracia com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diante do estudo, comprovou-se que o Brasil assim como outros países da América do Sul, sofreram graves violações dos direitos humanos. Muitos desses crimes não foram apurados por decorrência da Lei da Anistia, criada para perdoar crimes políticos, ficando comprovada a sua incompatibilidade com o direito brasileiro e internacional. Por fim, constatou-se a redemocratização do Estado brasileiro por intermédio da Constituição Federal de 1988. A favor das vítimas foi criada a Comissão Nacional da Verdade, para apurar e esclarecer os crimes contra a humanidade.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Brasil. Redemocratização.

**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM VISTA DA  
INTELIGENCIA ARTIFICIAL NA INTERNET NOS DIAS ATUAIS.**

**GENERAL LAW FOR THE PROTECTION OF PERSONAL DATA IN VIEW  
OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE ON THE INTERNET IN THE PRESENT  
DAY.**

Higor Eduardo Alvares OHIRA  
Julia Bellussi Cruz MIYAJI  
Leticia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de estudo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais diante da Inteligência Artificial, já que na atualidade a sociedade se encontra no período evolutivo digital, onde a crise do Covid-19 vem demonstrando cada vez mais o uso constante da Inteligência Artificial perante aos dados para atos comuns do dia a dia. A utilização dos dados pessoais como praticidade no meio virtual, poderá ocorrer riscos sem sua segurança, ou seja, a exposição de certos dados pode criar um colapso invasivo para o usuário. É importante transparecer este problema de como a Inteligência Artificial pode prejudicar e afetar seus direitos, e assim, compreender quem será o responsável por esta falha, visto que anteriormente, sua resolução pela norma brasileira baseava de jurisprudências sobrepostas por outras leis, sem uma previsão adequada e sem regulamentação. Sendo assim, cada país deve se adequar a este novo mundo virtual. No Brasil, por exemplo, promulgou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que proporcionou de forma específica como os dados devem ser tratados para uma maior segurança, enfatizando os direitos e deveres tanto do usuário que o utiliza, quanto de quem administra, desta forma, caso haja problemas com a exposição já é previsto a responsabilidade de cada ação. A metodologia utilizada foi através do método dedutivo.

Palavras-Chave: Proteção. Violação. Internet. Inteligência Artificial.

# **O PRÍNCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA APLICAÇÃO PELA AUTORIDADE POLICIAL**

## **THE PRINCIPLE OF INSIGNIFICANCE AND ITS APPLICATION BY THE POLICE AUTHORITY**

Emanuele Borges SEVILHA  
Gabrielli Bianca Borges PRATES

### **RESUMO**

O presente trabalho possui como objetivo principal esclarecer a aplicabilidade do Princípio da Insignificância pela autoridade policial na seara penal. Pretende-se evidenciar que a excessiva criminalização de algumas condutas, mesmo que aparentemente se enquadrem como típicas, não demonstram uma ofensa relevante ao bem jurídico penalmente tutelado, devido ao pequeno grau de gravidade, resultando na inserção de várias infrações que não mereceriam a movimentação de todo aparato penal do Estado, expandindo o sistema de delitos de bagatela e ocasionando um grande volume de atuação, comprometendo sua funcionalidade. O método empregado ao presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, sendo utilizados como base da pesquisa, doutrinas, artigos acadêmicos e estudo de casos concretos. Após, foi realizada uma análise quanto ao conceito, no qual considera-se que o Princípio da Insignificância é um injusto cujo conteúdo não representa dano significativo a um bem jurídico penalmente tutelado, não merecedor de sanção penal, devido a ínfima significância. Foi possível concluir que, as despesas geradas sobre causas sem o mínimo potencial ofensivo, compromete a celeridade de outras demandas inquestionavelmente relevantes para a sociedade, porquanto estes fatos insignificantes podem ser resolvidos muitas vezes por outros ramos do direito, isso tudo por intermédio de uma análise classificatória e técnica do Delegado.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Autoridade policial. Seara penal. Ofensa relevante

**. EXTINÇÃO DE CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE,  
IMPENHORABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE.**

**EXTINCTION OF CLAUSES OF INALIENABILITY, IMPENHORABILITY  
AND INCOMMUNICABILITY.**

Gustavo Carvalho Rodrigues de Almeida

**RESUMO**

O presente artigo tem como objeto de estudo a Extinção de gravame das Cláusulas de Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade em testamento e escrituras públicas de doação em que se refere a adiantamento de legítima. A inalienabilidade decorrente da vontade somente pode ser imposta em atos de liberalidade (testamento ou doação), quando o testador ou doador assim determinam no testamento ou no instrumento de doação. Não se pode estabelecer a inalienabilidade pura e simplesmente num contrato de compra e venda ou pelo próprio proprietário, exceção feita ao bem de família previsto no Código Civil (art. 1711 do CC). Se o donatário, ou o herdeiro, aceita a doação (ou herança) com referida restrição, deverá observá-la pelo período estabelecido na cláusula. Porém, o doador ou testador não pode impor cláusula de inalienabilidade, assim como de impenhorabilidade e incomunicabilidade sobre os bens da legítima, exceto se houver justa causa (art. 1848, caput). Portanto, os herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge), em princípio, têm direito de receber a legítima (metade da herança) livre de qualquer espécie de restrição. Com relação ao restante da herança, o testador ou doador tem liberdade para impor as cláusulas restritivas mesmo que não haja justa causa. Utilizou-se o método dedutivo.

Palavras-Chave: Exclusão. Inalienabilidade. Impenhorabilidade. Incomunicabilidade.

## **O CARÁTER ASSISTENCIAL DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL NO BRASIL**

### **THE ASSISTENTIAL CHARACTER OF RETIREMENT BY RURAL AGE IN BRAZIL**

Tulio Vidal MONTENEGRO

#### **RESUMO**

O presente artigo possui a pretensão de fomentar a natureza proveniente do benefício rural adquirido através do Regime Geral Previdenciário, considerado na Lei 8.213/1991 (Lei de Benefícios), abordando juntamente o contexto de Seguridade Social, que está presente da Constituição Federal de 1988. Levando-se em consideração que a Previdência Social exerce o sistema contributivo, sendo decidido em texto constitucional. O estudo resultou na apreciação de que a aposentadoria por idade rural não pode-se considerar como caráter previdenciário, e sim como caráter assistencial, já que sua finalidade é de auxiliar as famílias que são mais vulneráveis no sistema previdenciário brasileiro, pois não são considerados filiados ao Instituto Nacional do Seguro Social, portanto os tribunais considerando a concessão do benefício para a finalidade assistencial proveniente da indefensibilidade da classe social, assim sendo necessário o poder do Estado atuar através do resguardo dos direitos, trazendo justiça e equidade para toda a população carente do Brasil. O método dedutivo foi o utilizado no estudo.

Palavras-chave: Direito Previdenciário. Idade Rural. INSS. Seguridade Social.

## **GUARDA COMPARTILHADA DE ANIMAIS: uma análise sobre sua legalidade**

### **SHARED GUARD OF ANIMALS: an analysis of its legality**

Juliana Pontes dos SANTOS  
Mariana RODRIGUES  
Mikaelly de Paula da SILVA  
Verônica Merlos GONÇALVES  
Ana Claudia Rodrigues MULLER

#### **RESUMO**

A sociedade e o direito se moldam de acordo com a evolução, no decorrer do tempo e das circunstâncias, portanto, as leis devem ter mobilidade para acompanhar a sociedade e suas necessidades conforme sua importância no mundo e no âmbito jurídico. Dessa forma, o presente artigo, por meio de pesquisas e do método dedutivo tem como objetivo principal trazer ao leitor, de maneira clara e objetiva o posicionamento do ordenamento jurídico brasileiro acerca da matéria. Quando duas pessoas decidem não mais dividir a mesma casa, podem ainda dividir algum tipo de sentimento, esse que muitas vezes se perpetua com o animal. Deste modo, o brevíssimo discorre sobre guarda, alimentos, direito de visita, e ainda a utilização de leis por analogia. Os tribunais têm enfrentado essas questões, e aos poucos se altera a percepção dos pets. Apesar de existir uma lacuna, não restam dúvidas da possibilidade jurídica. Ainda assim, ocorre a necessidade de uma legislação que regulamente a situação dos animalejos, enxergá-los como sujeitos de direito, fazendo da caminhada em busca de justiça mais acessível. Resta lembrar que, toda espécie de vida possui suas particularidades e merece respeito. A lei precisa estar lado a lado com aqueles que necessitam dela.

Palavras-chave: Divórcio. Lei. Família.

**A APLICABILIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL E DA  
JUDICIALIZAÇÃO NA POLÍTICA BRASILEIRA.**

**THE APPLICABILITY OF JUDICIAL ACTIVISM AND JUDICIALIZATION  
IN BRAZILIAN POLICY.**

Gabriela Caroline Crema  
Paulo Ricardo Santana

**RESUMO**

Atualmente a política brasileira enfrenta constantes discussões, podendo aperfeiçoar ou desestruturar um sistema de divisão para a aplicabilidade de direitos e garantias fundamentais. O judiciário vem crescendo e ganhando destaque através de um papel ativo, impulsionado pela omissão legislativa, que deixa grandes demandas sociais esquecidas, fazendo com que o poder jurídico interfira ao legislativo, acarretando a contrastes que possibilita tanta a eficácia de garantias e direitos fundamentais, quanto a uma desestruturação ao sistema constitucional. Foi utilizado como mecanismo de pesquisa livros, sites bibliográficos e vídeos informativos no método dedutivo. Esse trabalho visa informar qual o papel do judiciário, de qual forma atua nos dias atuais, e for fim, mostrar quais os riscos que a politização na justiça poderá causar ou desestruturar o parlamento brasileiro. Com isso, a importância que se deve com o respeito a ilustre Carta Magna de 1988, que exige a aplicabilidade de cada poder de acordo com a vivência social. O resultado do estudo mostra que, quando um poder deixa de atuar, automaticamente é manifestado pelos cidadãos o desafeto causado pela autoridade competente, no qual, acaba voltando-se a outro poder eminente, que possivelmente tentará corresponder a esses apelos, dilatando o sistema democrático de direito.

Palavra-chave: Ativismo judicial. Constituição. Poder judicial. Democracia.

# **IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DO DIREITO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

## **THE IMPLEMENTATION OF THE LAW STUDY IN BASIC EDUCATION**

Hugo William Dias

### **RESUMO**

O presente trabalho é uma abordagem da implementação da educação das Ciências Jurídicas na grade curricular do ensino regular. Procura-se demonstrar neste artigo a necessidade e vantagens do aprendizado da educação jurídica, dado que o ensino tanto fundamental quanto médio, buscam capacitar os jovens para o mundo, dando a eles os conhecimentos tidos como básicos para a sua convivência em sociedade, é notável a necessidade de haver na grade uma matéria que de o conhecimento dos direitos constitucionais e dos estatutos que trazem os direitos imprescindíveis ao cidadão, tanto quanto necessidade de trilhar um caminho para a formação da cidadania e conscientização dos estudantes tornando-os mais politizados. Levando o ensino básico do direito as escolas cria-se um norte para que as pessoas possam ter capacidade plena de exercer sua cidadania, criando consciência dos seus deveres e direitos, criando a curto prazo uma consciência cidadã nos jovens e a longo prazo criando uma nação politizada, capaz de solucionar conflitos de forma rápida, estimulando o senso de justiça, além de ajudar no desenvolvimento intelectual dos jovens, capacitando-os para debates, discursos e redações, por terem um vasto conhecimento e embasamento jurídico.

Palavras Chaves: Direito. Estudo. Educação. Cidadania. Constituição

**A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIROE SEUS EFEITOS NA  
ATUALIDADE**

**THE CRISIS IN THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM AND  
ITS EFFECTS TODAY**

Rebecca Di Falco da SILVA  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Este artigo científico possui como objetivo de estudo analisar a situação em que encontram as penitenciárias brasileiras. Em vista disso é possível notar que os problemas enfrentados são superlotação, falta de higiene, ausência de assistência básica à saúde, fugas e outros muitos problemas. Posto isso, um local que deveria ser de ressocialização aos carcerários e futuramente, a inclusão do agente à sociedade para ser um cidadão melhor, acaba sendo um local onde por conta da má qualidade de permanência em razão da maneira que são tratados, acabam retornando ao convívio social muito pior do que entraram, e claramente esse não é o objetivo de uma unidade prisional. Denotando sobre o quanto a atual situação dos presídios no Brasil é crítica, resumida de vivência insalubre e situação de mazelas, abordando com ênfase o quanto essas situações rotineiras na vida dos encarcerados pode e é prejudicial para uma boa ressocialização e inserção na sociedade como um todo, desde a realização de um fato à inserção no mercado de trabalho. Essa pesquisa foi baseada em revisão de literatura pautada em pesquisas bibliográficas, bem como a utilização de livros, e legislações pertinentes que abordam o tema em questão.

Palavras-chave: Crise. Sistema Prisional. Atualidade.

**PRÁTICA DE CRIMINAL PROFILING NA INVESTIGAÇÃO DE CRIMINAL**

## **CRIMINAL PROFILING PRACTICE IN CRIMINAL INVESTIGATION**

Eloisa Silva PAGANHANI  
Julia Thainá Guimarães CUSTODIO  
Letícia Carneiro da Costa FERREIRA  
Regina Maria de SOUZA

### **RESUMO**

Para que haja um melhor desempenho nas investigações criminais, muitas técnicas estão sendo criadas, uma delas é conciliar a psicologia à área criminal, o que, por meio das análises comportamentais dos criminosos, e informações a respeito do crime, cria um perfil criminal, que serve como um instrumento para a investigação. O Criminal profiling, que no Brasil é nominado de perfilamento criminal, é uma técnica forense que, ao utilizar-se de um conjunto multidisciplinar auxilia peritos e policiais na investigação criminal no mundo todo. Todavia, visto que o conhecimento sobre essa área é limitado, o tema ainda se encontra escasso de informações, o que, muitas vezes, torna-se um empecilho para sua aplicação. O artigo em questão possui a finalidade de perscrutar a técnica de criminal profiling, conceituando-a e expondo seu aproveitamento nas investigações no mundo e no Brasil. Como meios de pesquisa foram utilizadas revisões bibliográficas do assunto proposto, em livros, sites e artigos acadêmicos, resultando em informações que sustentam a importância da utilização da técnica em questão, bem como da junção da Psicologia ao Direito, a fim de trazer uma maior eficácia para as investigações.

Palavras-chave: Investigação Criminal. Criminal profiling. Técnica Forense.

## **THE VIABILITY OF THE GUARANTEEJUDGE**

José Renato da SILVA JÚNIOR  
Mayene Hashimoto FUTIGAMI  
Rean Andrade de OLIVEIRA

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo conceituar e abordar e discutir a implantação da novidade trazida pela Lei 13.964 de 24 de dezembro de 2019, mais especificamente a figura do “juiz das garantias”. Essa inovação se trata de um rompimento do antigo sistema, no qual o juiz prevento era o responsável por toda persecução penal. O juiz das garantias, em uma explicação simplória, nada mais é do que um magistrado que atuará exclusivamente na fase pré-processual, com a finalidade de garantir a legalidade da investigação criminal, bem como de resguardar os direitos individuais do investigado. Ocorre que o referido tema ganha grande repercussão em decorrência da suspensão de sua aplicabilidade decidida pelo Supremo Tribunal Federal, motivada pela violação de diversos princípios constitucionais. Por essa razão, o presente estudo irá abordar a viabilidade da aplicação do juiz das garantias. Por fim, consigna-se que para o prosseguimento desta pesquisa foram utilizadas fontes bibliográficas atuais e qualificativas.

Palavras-chave: Código de Processo Penal. Juiz das garantias. Regulação.

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: dor além do parto**

## **OBSTETRIC VIOLENCE: pain beyond childbirth**

Isabela Maria da Graça Menezes MENDES  
Jullya Mariany Medrado NICOLETTI

### **RESUMO**

O resumo busca fazer uma breve análise sobre violência obstétrica, levando em consideração o parto hospitalar, possíveis intervenções e analisar a autonomia feminina. A busca por um parto humanizado e a expansão da Lei nº10.778/03. Conhecer essa violência onde se desonra o corpo, a mente e os direitos de suas vítimas é relevante para que não fique impune essas práticas que são totalmente negligentes, prejudicando a saúde física e mental da mulher. Expor as práticas de violência obstétrica de maneira ampla para que se entenda quais são as formas que leva uma mulher a sofrer tal violência e que saiba agir e conhecer todos os parâmetros da lei que as protege. O Material consultado para a produção do resumo foram pesquisas bibliográficas, sites, artigos relacionados e jurisprudências relacionadas ao tema. O ponto central é trazer uma ênfase sobre o assunto e mostrar a realidade que cerca de 1 em cada 4 mulheres brasileiras sofrem no começo da maternidade e a realização de qualquer prática sem o consentimento da mulher. Entende-se que a violência obstétrica além de ser um momento doloroso e marcante é uma total violação ao direito da mulher e aos direitos humanos.

Palavras-chaves: Violação. Negligência. Saúde. Mulher.

**ESTUPRO MARITAL: como é visto a violência conjugal na sociedade contemporânea**

**MARITAL RAPE: how conjugal violence is seen in contemporary society**

Isabela FERRAZ

**RESUMO**

O presente trabalho tem o desígnio de expor o ato da violência sexual dentro da relação matrimonial e em qual momento ela ocorre, vivenciada no mundo contemporâneo, que além de muito desconhecida, ainda é normalizada; abrangendo os crimes penais relacionados à essas violências com foco principal no crime de estupro marital, o artigo irá apresentar também sobre a decisão do STJ, que diante da transmissão com o *animus necandi* do vírus HIV, classifica-se como crime de lesão grave diante do artigo 129, II do Código Penal sem a necessidade de tipificar o crime do seu artigo anterior, relacionados ao contágio de moléstia venérea. O objetivo deste trabalho é analisar sobre quais crimes tipificados são cometidos dentro do ambiente familiar e evidenciar a necessidade do compartilhamento de informações sobre a tal liberdade sexual que a Constituição Federal garante principalmente ao público feminino que ainda vive com base do sentimento retrógrado da submissão na sociedade patriarcal em que ainda vivenciamos, por fim, lembrar o que existe dentro do contrato matrimonial. Esse artigo científico fora produzido baseado em artigos da internet, opiniões de operadores do direito e doutrinas jurídicas.

Palavras Chaves: Estupro. Conjugal. Crime. Violência. HIV.

# **LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O LIMITE DO DISCURSO DE ÓDIO**

## **FREEDOM OF EXPRESSION AND THE LIMIT OF HATE SPEECH**

Leonardo Henrique Soares CABREIRA

Rafael Santana GARCIA

Sérgio Oliveira FACIONE

### **RESUMO**

Todos os brasileiros têm o direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 de expressar as suas ideias e ideologias, desde que não ferindo o direito legítimo de terceiros, conforme o artigo 5o, IV e IX da CF 88. Seguindo essa ideologia vê-se que a liberdade de expressão é uma conjectura para a liberdade de pensar. A liberdade de expressão assegura para que possamos conseguir descobrir nossos pensamentos, de forma a solidificar o direito que foi assegurado. O direito à liberdade de expressão é um direito básico que foi incluído na lista dos direitos de personalidade. Os direitos de personalidade são uma série de bens jurídicos que podem transformar as previsões físicas ou psicológicas de uma pessoa e personalizá-las. Essa restrição ocasionada pelo abuso do direito à liberdade de expressão pode ser entendida como um sistema de censura permitido pelo ordenamento jurídico brasileiro, que será um método judicial por meio de sanções. Entende-se que existe um limite até onde sua liberdade de expressão começa a se tornar um discurso de ódio com o próximo, sendo assim ferindo um dos princípios e tornando a expressão algo cada vez mais difícil em sociedade. A metodologia utilizou-se do método dedutivo.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Direito. Discurso de ódio.

# **A INDICAÇÃO DE MINISTROS AO STF E O PRINCÍPIO DA SUSPEIÇÃO EM CASO DE JULGAMENTO DE PRESIDENTES**

## **THE APPOINTMENT OF MINISTERS TO THE STF AND THE PRINCIPLE OF SUSPECTION IN CASE OF JUDGMENT OF PRESIDENTS**

Gustavo Platero CABREIRA

### **RESUMO**

O presente artigo científico tem como objetivo primeiramente conceituar o Supremo Tribunal Federal e o processo de nomeação dos ministros que o compõe. Além disso, aborda historicamente o funcionamento da Suprema Corte deste país desde sua criação com dispositivo constitucional em 1891. É sabido que o STF é o guardião das leis brasileiras e garantias constitucionais e tudo que a adorna, e é o órgão máximo do poder judiciário, e a última instância do judiciário. Entretanto não cabe ao Supremo Tribunal Federal a nomeação de seus integrantes, sendo esta, competência inerente ao Presidente da República vigente no momento de necessidade. Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, existe a prerrogativa do foro privilegiado, o qual proporciona a pessoas detentoras de certos cargos, um rito específico, próprio e imprescindível para se apurar suspeita de crimes de responsabilidade ou comuns. Será tratado neste artigo, a prerrogativa ao foro privilegiado de Presidentes, que têm como órgão julgador o STF. Mister se faz necessário refletir sobre o princípio da suspeição dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal, pois estes, preliminarmente, foram indicados pelo Presidente da República, o que leva à reflexão se estes serão imparciais ou não, e neste caso, quem julga a sua suspeição. A metodologia apoiou-se no método dedutivo.

**Palavras-chave:** Supremo Tribunal Federal. Suspeição. Julgamentos.

**DIREITO À SAÚDE: direito fundamental social efetivado por meio de processo judicial**

**RIGHT TO HEALTH: fundamental social rogrth enforced through judicial process**

Edimara Aparecida dos Santos DURAN  
Rodrigo Soncini de Oliveira GUENA

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a temática do direito à saúde, em que consiste à um Direito Social Fundamental garantido pelo Estado. Sua discussão decorre a partir da análise da legitimidade da interferência do poder judiciário em Políticas Públicas ineficazes, justificando a falta de gerência de um poder sobre os demais. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método dedutivo através de revisão bibliográfica em obras impressas disponíveis na rede mundial de computadores, livros, julgados e legislação. Tem como objetivo investigar a legitimidade do poder judiciário no processo judicial, através do fenômeno da judicialização da Saúde, na qual visa proteção de Direitos Fundamentais Sociais e também retrata a idealização da Justiça Social. Através de doutrinas e de julgados do Supremo Tribunal Federal, discutiu-se sobre os direitos sociais como um direito subjetivo de natureza inalienável assegurada pela Constituição Federal. Por fim, pode-se concluir que o poder judiciário possui a legitimidade de interferência, como forma de instrumento de efetividade e defesa dos direitos fundamentais sociais, constatando-se também que deve haver uma harmonia entre o Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, uma vez que não possui suficiência de recursos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Políticas Públicas. Direito Sociais

## **DIREITO SUCESSÓRIO PERANTE AS MUDANÇAS SOCIAIS**

### **SUCCESSORY RIGHT BEFORE SOCIAL CHANGES**

Élcio da Silva NEVES  
Maria Eduarda de Souza B. SIMONATO  
Mariana Carla Batista CARRILHO

#### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo principal realizar um estudo sobre a evolução do direito sucessório com ênfase na sucessão quando causa mortis. O direito sucessório trata sobre as formas de transmissão de direitos e obrigações em decorrência da morte, bem como garante que bens oriundos de herança sejam divididos de forma justa entre os herdeiros. A herança é um direito assegurado pela própria Constituição Federal de 1988, artigo 5, inciso XXX é considerado um direito fundamental. Diante do exposto, é possível concluir que o tema direito sucessório perante as mudanças sociais, apresenta grande relevância de estudo atualmente, pois trata a respeito não só do indivíduo em âmbito familiar mas da norma e de como há necessidade da mesma se adequar a sociedade, a fim de evitar futuros conflitos. O trabalho foi realizado com base em revisões de literatura, com pesquisas em sites, artigos, livros revistas referência para a área de estudo, de forma árdua e meticulosa.

Palavras-chave: Direito. Sucessão. Herança. Evolução.

**LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE: o combate aos crimes praticados por policiais**

**AUTHORITY ABUSE LAW: the fight against crimes practiced by police**

Enzo Ferreira do Carmo LIMA  
Lucas Ivan dos Santos VICENTE  
Lucas Kalebe dos Santos ARAÚJO  
Paulo Roberto Silva GENTINI

**RESUMO**

Os crimes e abusos praticados por autoridades têm se tornado cada dia mais perceptíveis e visíveis pela população, situações estas que infringem o real motivo ao qual o poder fora concedido para estes agentes. Infelizmente a prática destes abusos não são de hoje, mas sim de situações causadas ao longo de muitos anos. Muitas práticas abusivas causam pânico e revolta aos civis, gerando medo e insegurança do órgão que deveria garantir a segurança da população, tendo em vista que este desempenha trabalhos incoerentes com aquele que fora determinado. Este trabalho irá demonstrar como a nova Lei de Abuso de Autoridade ajuda a impedir a realização destas práticas abusivas por agentes, trazendo maiores fiscalizações e punições àqueles que cometem o crime abusivo em benefício próprio ou destinado a terceiro, além de retratar novas medidas em fase de teste para aumentar ainda mais a fiscalização, monitorando as atividades dos agentes, fazendo com que as autoridades cumpram seus objetivos com lealdade e respeito com todos os cidadãos. A metodologia utilizada foi o método dedutivo.

Palavras chave: Autoridade. Abuso. Agente. Policial. Lei nº 13.869/2019.

**TERCEIRO SETOR: uma abordagem histórica conceitual sobre a sociedade civil organizada.**

**THIRD SECTOR: a conceptual historical approach to organized civil society**

Lucas TONIZIOLI  
Mikael Eduardo Romão ROCHA  
Paulo Ricardo SANTANA

**RESUMO**

O artigo aqui exposto tem por escopo inicial analisar o setor econômico, responsável por promover políticas públicas sociais posteriores à alteração filosófica do Estado, bem como, entender quais foram essas alterações, e como se desencadearam. Espera-se elucidar e definir pontos conceituais para poder tecer uma discussão veraz. Intencionase, também, apresentar o Setor de forma ampla, sem muitas minúcias, bem como a relação que este tem com o estado e o apoio que recebe dele. O método empregado ao trabalho foi o dedutivo, sendo utilizados, como base da pesquisa, doutrinas específicas e artigos acadêmicos. Inicialmente foram relacionados todos os artigos correlatos com o tema em questão, depois fora feita uma análise sobre o entendimento doutrinário e alguns dispositivos que dizem respeito aos mecanismos públicos utilizados para fomentar o setor. Entende-se que o tema brevemente estudado é de suma importância para as questões políticas e sociais de nosso país e que, para entender as suas relações com o setor publico e a sua eficácia no plano social, é necessário entender sua construção histórico-política.

Palavras-chave: Direto Administrativo. Terceiro Setor. Políticas Públicas.

## **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL**

### **OBSTATRIC VIOLENCE IN BRAZIL**

AnaLigia Sulato BRANCALHONE

Ana Claudia Rodrigues MULLER

#### **RESUMO**

O presente trabalho busca analisar a violência obstétrica no Brasil, tanto no âmbito social como no âmbito jurídico. É exposto que há contraposições dos direitos das mulheres presentes na Constituição com a prática, pois a violência de gênero é ainda muito presente na sociedade. No início, é apresentada a história de como o parto foi institucionalizado no Brasil, na sua evolução de algo caseiro se tornando um ramo da medicina, a obstetrícia. Logo depois, é aprofundado no que consiste a violência obstétrica, o foco da pesquisa, e analisa que ela é uma violação dos direitos das mulheres, expõe a repercussão no Brasil e em como é comum as mulheres sofrerem essa violência. Com as discussões sobre o tema mais constantes, as mulheres estão descobrindo seus direitos e como se portar e buscar ajuda de instituições tanto jurídicas como sociais. Por fim, indica medidas que possam ser tomadas pelo estado para que as mulheres voltem a se sentir seguras e reparadas pelos danos. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Institucionalização do parto. Direitos da mulher.

## **O DANO MORAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

### **MORAL DAMAGE INCONSUMER RELATIONS**

Jean Carlos Rossafa do AMARAL  
Ricardo Alexandre Rodrigues GARCIA

#### **RESUMO**

A presente pesquisa tem o objetivo principal de estudar e analisar acerca dos danos morais que podem ser ocasionados por atos e fatos danosos ao consumidor. Na extensa área da relação de consumo, os atos ilícitos praticados por fornecedores de produtos ou serviços, podem gerar danos imensuráveis ao consumidor. Principalmente quando atinge a esfera moral e a dignidade da pessoa humana. Conclui-se que através do estudo do caso concreto, que é de suma importância a responsabilização do fornecedor em corrigir seus atos de forma racional e bom senso compatível com o ato ilícito praticado, incentivando o caráter socioeducativo das indenizações. Sendo assim, a decisão do valor a ser indenizado deve sempre observar fatores como a razoabilidade e a imparcialidade, apresentando questões primordiais para se proteger o consumidor, e impulsionar a sociedade a subir um nível de desenvolvimento mais elevado, encontrando assim um equilíbrio entre o avanço científico e o respeito ao ser humano. Com isso, as forças produtivas se desenvolvem fundadas em parâmetros de responsabilidade, tendo como objetivo central não a lucratividade, mas sim, o respeito ao consumidor. A metodologia utilizada foi o método dedutivo.

Palavras chave: Consumidor. Dano moral. Reparação.

## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: o inimigo silencioso**

### **VIOLENCE AGAINST WOMEN: the silente enemy.**

Fabiano Henrique da SILVA

#### **RESUMO**

A violência contra as mulheres ocorre em todo o mundo de maneira desordenada, na maioria das vezes silenciosamente, podendo ocorrer dentro de seus próprios lares, no ambiente de trabalho ou em qualquer lugar em que a mulher se encontre, deve-se entender de que não se trata somente daquela violência física, mas também temos a sexual, moral e psicológica. Utilizou-se do método dedutivo. Esse tipo de violência está cada vez mais presente na rotina das pessoas e isso ocorre de uma mudança comportamental das mulheres ao longo do tempo, em que ganham mais confiança para denunciar esses abusos. Infelizmente, apesar dos grandes avanços que a legislação obteve, talvez a maior delas foi a criação da lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o certo é que ainda o Brasil está apenas engatinhando para o combate efetivo e para uma punição ideal desses crimes. Deve-se investir cada vez mais, em políticas públicas de conscientização, e alteração da legislação no sentido de combater mais rapidamente e efetivamente esses crimes que assolam cada vez mais mulheres no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Legislação.

**TIPOS DE CRIMES AMBIENTAIS (CONTRA NATUREZA) PRATICADO POR EMPRESAS – LEI nº 9.605/1998**

**TYPES OF AMBIENTAL CRIMES  
(AGAINST NATURE) PRACTICED BY COMPANIES - LAW nº 9.605 / 1998**

Guilherme Rodrigues VERAS  
Letícia Fernanda Matheus ZANINI  
Nathany MATOS  
Ricardo Alexandre Rodrigues GARCIA

**RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central estudo, em relação aos crimes ambientais praticados por empresas. Estudar-se-á precisamente como funciona a fiscalização e aplicação das penas nos delitos, bem como os tipos de crimes ambientais existentes e a importância da responsabilização e conscientização. São considerados crimes ambientais, aqueles praticados contra fauna, flora, os meios de poluição, crimes contra o ordenamento urbano e cultural. A responsabilização por esses crimes será tanto de pessoa física, quanto jurídica, recebendo sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos causados. O direito criminal ambiental possui características que lhe são peculiares, dentre as quais se destaca a prospecção de caráter preventivo, o que leva à antecipação da tutela penal. Para que não venham a sofrer certos tipos de sanções as empresas e seus representantes, precisam seguir o ordenamento jurídico e buscar mecanismo que não venham a agredir o meio ambiente, e assim evitar certas complicações jurídicas. Com isso, necessita juridicamente ser protegido e respeitado pelo através das regulações brasileiras e por quem as executa. O método utilizado foi o dedutivo.

Palavras-chave: Crimes ambientais. Fiscalização Ambiental. Responsabilização das Empresas no crime Ambiental.

**MARKETING MULTINÍVEL E O ESQUEMA EM PIRÂMIDE: diferenças que configuram um crime**

**MULTILEVEL MARKETING AND THE PYRAMID SCHEME: differences that configure a crime**

Artur de Moraes TOMAZ  
Eduardo Gomes da Silva QUEIROZ  
Jerson Roberto Pinheiro JUNIOR  
Thaynan Gianini Lemos Costa SILVA

**RESUMO**

O presente artigo possui como principal objetivo, analisar o que são os conhecidos “Esquemas de Pirâmides” e o “Marketing Multinível” e a maneira com os quais foram configurados no Brasil no decorrer dos anos. Empresas que aderem esse determinado método, e que por sua vez pode ser fraudulento e ilícito, mas fora de conhecimento da mesma, onde oferecem retorno monetário exorbitante mediante um investimento inicial muito baixo, que serve como o estímulo para que outras pessoas entrem no investimento, cominando em suma, na falência. A metodologia empregada a este trabalho é embasada em artigos de casos concretos, sendo realizado um estudo sobre empresas que aderiram os métodos de investimentos citados e seu retorno financeiro perante estes, analisando a presença de atividades ilegais nos conformes da Lei 1.521/51 que dispõe sobre crimes contra a economia popular, concluindo que a pratica da “Pirâmide Financeira” se configura em um destes crimes e ainda distinguir esta pratica do “Marketing Multinível”, que é exercida de forma totalmente legal.

Palavras-chave: Marketing Multinível. Pirâmide Financeira. Empresas.

**DIREITOS E GARANTIAS A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO PORTADOR DE TEA**

**RIGHTS AND GUARANTEES FROM THE IMPLEMENTATION OF THE NATIONAL POLICY FOR THE PROTECTION OF THE RIGHTS OF THE HOLDER OF TEA**

Aline Aparecida Francisco DURVAL  
Luciana Renata Rondina STEFANONI

**RESUMO**

Diante de tantos casos de portadores de TEA ( Transtorno do Espectro Autista ) no Brasil e no mundo e estudos sistematizados desse Transtorno, chegou-se a um determinado ponto em que os direitos dessas pessoas começaram a ser reivindicados e criou-se no Brasil a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. A partir dessa temática e da lei que rege essa política permeia-se os campos do Direitos e das garantias das pessoas com TEA, analisando as leis existente, assim como a Constituição Federal e o que cada uma delas garante aos portadores do Transtorno do Espectro Autista. O objetivo desse trabalho é demonstrar como as leis vigentes no Brasil podem ajudar os portadores de TEA a viverem melhor gozando de seus direitos e usando as garantias a eles oferecidas para que possam expressar sua cidadania e ter uma qualidade de vida significativa dentro de suas limitações. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos e legislação pertinente à temática.

Palavras- chave: Transtorno do Espectro Autista. Garantias. Políticas Públicas.

## **ATIVISMO JUDICIAL: atuação ativista do poder judiciário em meio à Covid-19**

### **JUDICIAL ACTIVISM: activist performance of the judiciary in the middle of Covid-19**

Denise Fabiane Martins ZERBINATI

#### **RESUMO**

O presente trabalho busca fazer uma reflexão acerca de recentes decisões do Poder Judiciário em processos envolvendo questões políticas relacionadas a pandemia de Covid-19. Para a elaboração do artigo foi utilizado o método dedutivo através de pesquisas bibliográficas por meio de artigos científicos, livros, jurisprudência e legislação. O objetivo foi observar se em tais decisões o poder judiciário agiu de forma ativista, atuando em área dos demais poderes. De início através da doutrina discutiu-se o princípio da separação dos poderes e seu emprego na Constituição de 1988. Depois, considerações relacionadas ao ativismo judicial, que é uma atuação expansionista do poder judiciário em funções conferidas aos outros poderes. Passa-se a uma explanação sobre decisões recentes relacionadas a temas políticos no atual cenário de pandemia de Covid-19, ocorrendo o fenômeno da judicialização da política. Por fim, pode-se concluir que a atuação do poder judiciário em tais julgados foi dotada de ativismo judicial, com ingerência em funções típicas dos poderes legislativo e executivo.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Separação dos Poderes. Covid-19.

**INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: manipulação social e responsabilidade civil por danos causados por medicamentos.**

**PHARMACEUTICAL INDUSTRY: social manipulation and civil responsibility for damage caused by medicines.**

Luana Almeida SILVA  
Tuany Gasques ANDRADE

**RESUMO**

O presente artigo possui como objetivo analisar os riscos do consumo por medicamentos e a obrigação civil por danos causados por estes. Em seguida, irá ser citado o conceito, a sua identificação, as consequências e as formas de prevenção dentro destes crimes. Este artigo foi elaborado através de pesquisas realizadas em artigos e em sites da internet, tendo seu desenvolvimento sido feito através da discussão, visando analisar e explorar o conceito, causa e consequências da responsabilidade civil causados por medicamentos. Acerca do tema, foi analisado que, antes do existir o Código de Defesa do Consumidor, não havia nenhuma lei ou regimento competente para que desse suporte e que protegesse o consumidor contra os malefícios decorrentes do consumo de remédios, onde também determinou algumas incumbências para todos os casos de incidentes ao consumo, tudo aquilo que venha a ser decorrido do produto ou de serviço. Contudo, será analisado formas de fiscalização, normas de condutas e éticas, processos produtivos destes remédios, com intuito de prevenção e declínio no número absurdo de casos.

Palavras-chave: Medicamentos. Consumo. Abuso. Responsabilidade Civil. Defesa do Consumidor. Fiscalização.

**E-COMMERCE E PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR: segurança em relações de consumo virtuais**

**E-COMMERCE AND LEGAL CONSUMER PROTECTION: security in virtual consumer relations**

Vitória Vicente MARINELI  
Ricardo Alexandre Rodrigues GARCIA

**RESUMO**

A tecnologia encontra-se corriqueiramente presente na vida dos cidadãos de todo o mundo. Com o advento da era digital, a qual está em constante e crescente evolução, se fez necessário a adaptação de diversas áreas profissionais a esta modalidade. Neste diapasão, o comércio passou também a ingressar no mundo *online*, moldando-se e evoluindo conforme exige a tecnologia. Destarte, o presente artigo tem como objetivo realizar a verificação e a análise da proteção jurídica do consumidor brasileiro em face ao comércio virtual, também comumente denominado e-commerce. O estudo analisará o que dispõem as leis, jurisprudências, doutrinas e afins a despeito da segurança do consumidor no comércio eletrônico, bem como verificará como e se realmente tais conteúdos do ordenamento jurídico brasileiro funcionam na prática, oferecendo a proteção necessária ao consumidor virtual. Para a elaboração do artigo, foram utilizadas pesquisas realizadas em livros, artigos, sites e legislações inerentes ao conteúdo. Com a análise clara e aprofundada, sob um olhar crítico, tem-se que a segurança oferecida ao consumidor virtual, por vezes, na prática, pode não demonstrar tamanha eficácia como requerem certos contextos atuais.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Consumidor. Proteção jurídica.

**ANÁLISE DA ALTERAÇÃO DADA PELA LEI 13.968/19 AO ARTIGO 122 DO  
CÓDIGO PENAL, E DAS MUDANÇAS CONSEQUENTES DELA.**

**ANALYSIS OF THE CHANGE GIVEN BY LAW 13.968 / 19 TO ARTICLE 122  
OF THE CRIMINAL CODE, AND ITS CHANGES THEREOF.**

Lidiana dos Santos PEREIRA  
Nátalyn Sorfa COSTA

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetividade apresentar uma análise didática inclinada à alteração do Artigo 122 do Código Penal, realizada pela Lei 13.968/19 sancionada em 26 de dezembro de 2019. O trabalho compõe-se de questões pertinentes sobre a indução, instigação ou auxílio a automutilação ou ao suicídio, onde, na atualidade, são demandas notavelmente pertinentes sobretudo com a nova redação do artigo, no qual foi acrescentado a prática da automutilação. O estudo apresenta tópicos visando pontos mais primordiais sobre o suicídio, onde as pessoas decorrentes ao seu ponto de fragilidade e vulnerabilidade tornam-se simplesmente suscetíveis a serem induzidas, instigadas ou auxiliadas para a prática da automutilação ou do suicídio. A metodologia empregada para a conclusão do artigo deu-se através de estudos e análises bibliográficas, pesquisas em sites da internet e uma minuciosa atenção à legislação. O objetivo do estudo é expor a modificação da norma, apontando e desmembrando as questões centrais sobre a mudança, como por exemplo a influência das mídias sociais, a capacidade do tribunal do júri, etc. Entende-se por isto que a nova redação do artigo 122 do Código Penal faz-se extremamente conveniente e apropriado, englobando questões e denotando sua punibilidade comprometendo-se à garantia de uma legislação proeminente.

Palavras- chave: Suicídio. Automutilação. Participação.

## **DESIGUALDADE SALARIAL: evolução do século**

### **WAGE INEQUALITY: evolution of the century**

Heloiza Cristina BARBOSA  
Isabela Martins BRAZERO  
Rayssa Cristina Barbosa AGUIAR

#### **RESUMO**

O presente artigo científico tem como principal objetivo analisar e demonstrar a discriminação por gênero no mercado de trabalho, bem como, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, que infelizmente é uma realidade que persiste até nos dias atuais. Mesmo com leis vigentes que asseguram a igualdade entre gênero, no nosso país pode-se perceber a grande valorização dos homens. Quando se observa os cargos de liderança e autoridade é notório a grande predominância do sexo masculino, e ainda, são eles os que mais possuem perspectivas de crescimento e promoção nas funções que exercem, enquanto as mulheres frequentemente são as que continuam estagnadas. Percebe-se que a justificativa para este triste cenário se dá pelo preconceito e cultura enraizada há séculos de que mulheres não são tão eficientes ou inteligentes quanto os homens. O trabalho acadêmico foi realizado mediante pesquisas bibliográficas, conteúdos disponibilizados em sites e análises jurisprudenciais, enfatizando assim o método dedutivo.

Palavras-chave: Discriminação por gênero. Desigualdade salarial. Mercado de trabalho.

**A INCOMPATIBILIDADE DAS PENAS IMPOSTAS AOS CRIMES  
ENVOLVENDO FRAUDES DE INVESTIMENTO DE CRIPTOATIVOS SOB A  
ÓTICA DO CULTURALISMO JURÍDICO**

**INCOMPATIBILITY OF PENALTIES IMPOSED ON  
CRIMES INVOLVING CRYPTIC INVESTMENT FRAUDS FROM  
THE PURPOSE OF LEGAL CULTURALISM**

Rafael Rodrigues de SOUZA  
Regina Maria de SOUZA

**RESUMO**

Embora seja corriqueira, a prática de fraudes de investimento, seja na modalidade de pirâmide ou esquema de ponzi, é proibida no Brasil, configurando, assim, a infringência à diversos tipos legais. No entanto, tais fraudes se sofisticaram, possibilitando o investimento em ativos digitais, prometendo retorno expressivo em tempo diminuto. Por certo, as pirâmides desse segmento também tendem a ficar insustentáveis, seja por aumento expressivo dos lucros, ou desistência dos demais investidores, o que leva a dissolução do esquema com perdas inimagináveis. O objetivo deste trabalho é analisar esquemas de pirâmide envolvendo criptomoedas no Brasil, ponderando as deliberações dos tribunais frente à temática, além de compreender se há compatibilidade das penas impostas a tais crimes. A metodologia utilizada foi revisão de literatura pautada em pesquisa bibliográfica, por meio da utilização de periódicos, livros e legislação pertinente à temática. Em consequência de certo recrudescimento das práticas e em um olhar crítico, sob a ótica do culturalismo jurídico, tem-se que há incompatibilidade entre as penas impostas aos crimes praticados. De modo que se faz necessário uma reforma nas penas atribuídas às condutas, para que o Estado, enquanto percussor do convívio social, possa garantir, efetivamente, sua finalidade.

Palavras-chave: Criptomoedas. Esquema de Pirâmides. Perspectiva jurídica.

## **PÍLULA DO DIA SEGUINTE: abortiva ou não?**

### **NEXT DAY PILL: abortive or not?**

Aline Vitória de OLIVEIRA  
Bruna Beatriz Teles da CRUZ  
Gabriella de Souza SANTANA  
Walter Martins MULLER

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo principal esclarecer-se o método contraceptivo emergencial usado pelas mulheres como forma de prevenção de gravidez, se enquadra como um método abortivo, qualificando-se assim como um fato típico no ordenamento jurídico brasileiro. Para a realização do trabalho foi utilizado o método dedutivo através de revisão bibliográfica por meio de artigos científicos, livros e legislação. Tem como fundamento enaltecer a necessidade da divulgação de informações sobre o medicamento, no caso específico a “pílula do dia seguinte”, que acaba gerando uma discriminação sobre quem pratica o seu devido uso e também sendo questionado e debatido se é uma utilização criminosa ou não. Por fim, pode-se concluir que o uso da pílula do dia seguinte, apesar de grandes questionamentos e divergências, especialistas comprova o devido efeito do medicamento e expõem orientações peculiares que devem ser tomado e respeitado, assim como o ordenamento jurídico esclarece e prevê as devidas legalidades sobre o assunto, na qual o seu uso não se enquadra em um crime de aborto como prevê o Código Penal Brasileiro.

Palavras-chave: Pílula do dia seguinte. Aborto. Legislação. Crime.

**A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: as violações dos direitos humanos e a redemocratização por meio da constituição federal de 1988**

**THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: violations of human rights and redemocratization through the federal constitution of 1988**

Josilaine Alexandre POLVERE  
Ana Maria Ortega ALONSO

**RESUMO**

Este é um breve estudo sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Tem como objetivos demonstrar as violações de direitos humanos que o país viveu neste período, e analisar como o Estado brasileiro passou de autoritário para Estado Democrático. O estudo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica documental, a partir do método hipotético dedutivo, no qual teve como fontes, artigos científicos; e a análise de relatórios feitos pela Comissão Nacional da Verdade, estudo da Constituição de 1946 e da Constituição de 1988, averiguou-se a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e outras legislações relacionadas. Primeiramente, foi realizado um estudo sobre as causas da Ditadura na América do Sul, em consequente, como ela se instalou no Brasil, e se desenvolveu nos anos seguintes até a retomada da democracia com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Diante do estudo, comprovou-se que o Brasil assim como outros países da América do Sul, sofreram graves violações dos direitos humanos. Muitos desses crimes não foram apurados por decorrência da Lei da Anistia, criada para perdoar crimes políticos, ficando comprovada a sua incompatibilidade com o direito brasileiro e internacional. Por fim, constatou-se a redemocratização do Estado brasileiro por intermédio da Constituição Federal de 1988. A favor das vítimas foi criada a Comissão Nacional da Verdade, para apurar e esclarecer os crimes contra a humanidade.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Brasil. Redemocratização.

## **A “TIPIFICAÇÃO” NO ATIVISMO JUDICIAL**

### **THE "TYPIFICATION" IN JUDICIAL ACTIVISM**

Sergio Gabriel Marques dos SANTOS

#### **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo sobre o ativismo judicial e seu uso excessivo, entendendo o que é em essência o ativismo judicial, destacando os seus impactos para a sociedade, e como sua utilização frequente pode afetar a separação dos poderes. A metodologia utilizada para a realização do artigo foi de revisão de literatura com consulta a livros, artigos e legislação pertinente. O ativismo judicial é uma das funções atípicas que o Poder Judiciário brasileiro pode exercer quando houver alguma lei que tenha alguma lacuna, ou seja, que não está “completa”, assim impossibilitando o Judiciário de realizar sua função típica a qual seria a de julgar o caso concreto para que o processo siga conforme é devido. Para finalizar haverá questionamentos a respeito da frequente utilização do ativismo e quais impactos teria no ordenamento jurídico nacional. Foram destacados os pontos positivos e negativos do ativismo judicial, encontrados na literatura e em artigos, além de compreender como esta função atípica do Poder Judiciário atua, e também como o uso excessivo da mesma pode prejudicar a Tripartição de Poderes.

Palavras chave: Ativismo judicial. Poder Judiciário. Separação dos Poderes.

# **TESTAMENTO VITAL SOB A ÓTICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

## **LIVING WILL UNDER THE VIEW OF BRAZILIAN LEGAL ORDER**

Thaís Eduarda de OLIVEIRA  
Eduardo CURY

### **RESUMO**

A vida é considerada o direito fundamental principal a ser tutelado e protegido, contudo, é necessário viver com dignidade, inclusive no momento da morte, surge então o testamento vital que se apresenta como instrumento para regular as vontades dos pacientes acometidos de doenças incuráveis e de terminalidade. A problemática a ser aprestada questiona a possibilidade de a autonomia ser preservada, se o paciente possui autonomia limitada para a aceitação ou recusa de determinados procedimentos e até qual momento médicos devem seguir tais disposições expressas. O presente trabalho possui o objetivo de discutir a garantia da dignidade, a relação médico-paciente e a viabilidade de inclusão do testamento vital na legislação. Com a lavratura do testamento vital o paciente possui a autonomia sobre sua vontade, uma vez que, encontra-se respaldada na Constituição Federal. O método aplicado para a realização da pesquisa refere-se ao qualitativo, o qual embasa-se no levantamento bibliográfico, através de legislações, doutrinas e artigos. Conclui-se que diante de terminalidade as vontades expressas pelo paciente serão seguidas pelos médicos, preservando a autonomia privada e o direito à morte digna, contudo, o testamento vital possui base legal para regular as disposições expressas pelo paciente.

Palavras-chave: Autonomia privada. Dignidade da pessoa humana. Conselho Federal de Medicina.

**ALIENAÇÃO PARENTAL E A APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.318/2010**  
**PARENTAL DISPOSAL AND THE APPLICATION OF THE 12.318/2010**  
**LAW**

Vinícius Alves dos REIS  
Letícia Lourenço Sangaletto TERRON

**RESUMO**

Por certo, a separação conjugal é algo perfeitamente capaz de ocorrer nos dias atuais. No entanto, as discussões jurídicas podem se desdobrar das mais variadas formas, incluindo discussões acerca de pagamento de pensão, guarda dos filhos, visitas e, eventualmente, a discussão sobre alienação parental, que se constitui no fato de um dos genitores se utilizar de seu filho para atingir diretamente o ex-cônjuge, criando situações fantasiosas e introduzindo mentiras na mente do infante. A Lei nº 12.318/2010 institui vedações no caso de alienação parental no Brasil, sempre objetivando o bem estar do menor, mas possui algumas brechas criticadas pela doutrina. O objetivo do presente trabalho é analisar a alienação parental após a vigência da Lei nº 12.318/2010, bem como as dificuldades do judiciário em verificar a veracidade dos relatos ligados ao tema. A metodologia utilizada foi a revisão de literaturas pautadas em pesquisas bibliográficas, se utilizando de sites, livros, revistas, jornais e periódicos que discutem à temática. Embora a lei disponha sobre algumas penalidades, no caso de alienação parental ou de denúncias vazias, a morosidade do provimento jurisdicional demonstra-se um grande obstáculo a ser ultrapassado, causando diversos danos ao menor e ao genitor vitimizado no processo.

Palavras-chave: Alienação Parental. Direito de Família. Síndrome de Alienação Mental.

## **CRIME DIGITAL E A ANÁLISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

### **DIGITAL CRIME AND THE ANALYSIS OF CONTEMPORARY SOCIETY**

Vitor Luiz RODRIGUES  
Ademir Gasques SANCHES

#### **RESUMO**

O artigo discorrerá sobre a origem e a evolução da internet no Brasil, os principais crimes digitais cometidos na sociedade brasileira, bem como os delitos digitais e a pandemia do coronavírus no Brasil. O trabalho apresenta como objetivo central analisar a sociedade contemporânea brasileira e como estão enfrentando os delitos cometidos no ambiente virtual. A problematização do tema é a dificuldade de encontrar os criminosos no âmbito virtual, uma vez que valem do anonimato para a prática reiterada de delitos virtuais, e ainda se valendo do novo cenário mundial, que a pandemia do coronavírus. Conclui-se, então que é necessária uma releitura no Código Penal para adaptar à nova realidade enfrentada pela população brasileira, principalmente nesse momento de pandemia. Portanto, a punição deve ser proporcional ao fato delituoso praticado, podendo ser uma forma de controlar a prática destes delitos. Dessa forma, a criação da legislação específica para o combate da criminalidade virtual é fundamental, trazendo assim segurança jurídica a população. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura através do método dedutivo, com pesquisas em doutrinas, jurisprudências, revistas jurídicas, artigos científicos e legislações pertinentes.

Palavras-chave: Crime digital. Coronavírus. Internet. Sociedade contemporânea.